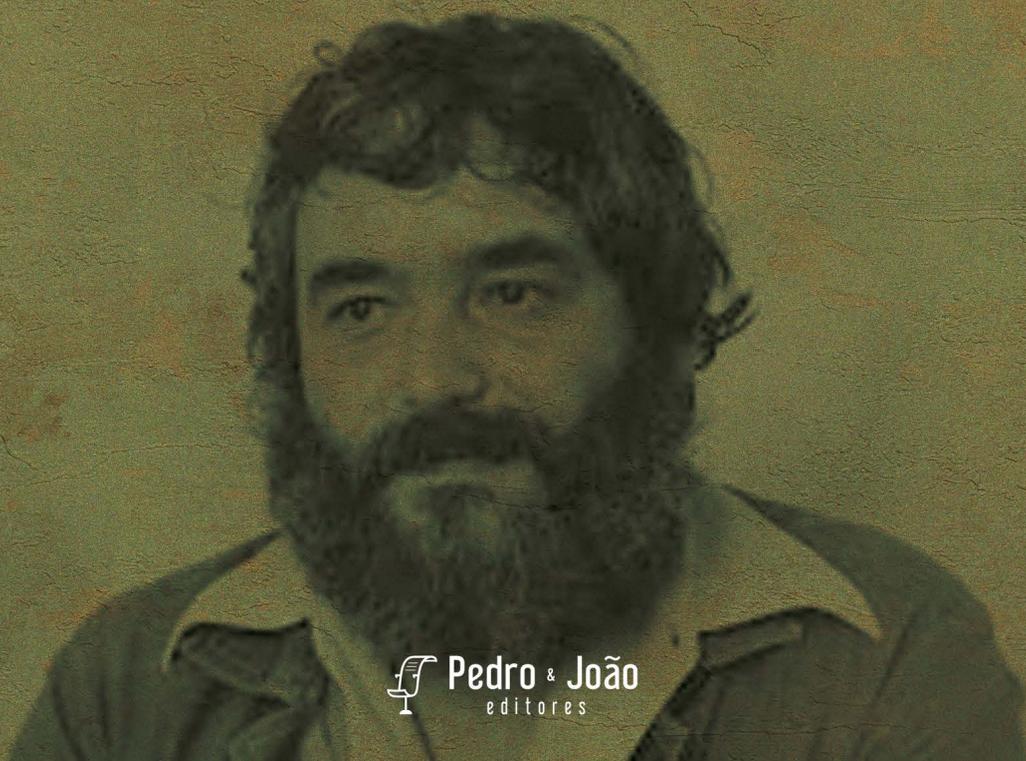


Edmundo Narracci Gasparini



LÍNGUA E LALANGUE NA ANÁLISE DO DISCURSO DE MICHEL PÊCHEUX



**LÍNGUA E *LALANGUE* NA ANÁLISE
DO DISCURSO DE MICHEL PÊCHEUX**

EDMUNDO NARRACCI GASPARINI

**LÍNGUA E *LALANGUE* NA ANÁLISE
DO DISCURSO DE MICHEL PÊCHEUX**



Pedro & João
editores

Copyright © do autor

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos do autor.

Edmundo Narracci Gasparini

Língua e Lalangue na análise do discurso de Michel Pêcheux. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 198p. 16 x 23 cm.

ISBN 978-65-5869-467-0 [Impresso]

978-65-5869-468-7 [Digital]

1. Análise do Discurso. 2. Estudos da linguagem. 3. Michel Pêcheux.
I. Autor. II. Título.

CDD – 410

Capa: Petricor Design

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luiz Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores
www.pedroejoaoeditores.com.br
13568-878 - São Carlos – SP
2021

Diante da lei está um porteiro. Um homem do campo chega a esse porteiro e pede para entrar na lei. Mas o porteiro diz que agora não pode permitir-lhe a entrada. O homem do campo reflete e depois pergunta se então não pode entrar mais tarde. – É possível – diz o porteiro. – Mas agora não.

[...]

O homem do campo não esperava tais dificuldades: a lei deve ser acessível a todos e a qualquer hora, pensa ele; agora, no entanto, ao examinar mais de perto o porteiro, com o seu casaco de pele, o grande nariz pontudo, a longa barba tártara, rala e preta, ele decide que é melhor aguardar até receber a permissão de entrada. O porteiro lhe dá um banquinho e deixa-o sentar-se ao lado da porta. Ali fica sentado dias e anos.

[...]

*– Todos aspiram à lei – diz o homem. – Como se explica que em tantos anos ninguém além de mim pediu para entrar? O porteiro percebe que o homem já está no fim e para ainda alcançar sua audição em declínio ele berra:
– Aqui ninguém mais podia ser admitido, pois esta entrada estava destinada só a você. Agora eu vou embora e fecho-a.*

Franz Kafka, *Diante da lei*

Agradeço ao Departamento de Letras, Artes e
Cultura da Universidade Federal de São João
del-Rei o apoio para a publicação.

Em especial, agradeço à Nina Virgínia de
Araújo Leite a orientação e a aposta.

APRESENTAÇÃO

Um percurso de transmissão

Na porta de entrada deste livro, leitor, está Kafka, e essa escolha não é sem consequências. O autor nos coloca “Diante da lei”. O texto de Edmundo Narracci Gasparini interroga o leitor desde o lugar que o texto de Kafka encena. Esse pequeno escrito revela o poder da Lei ao contar a vida de um sujeito do campo que, um dia, pede ao porteiro admissão ao recinto da Lei. Negado o pedido, ele indaga quando poderá entrar, ao que o porteiro responde: “não sei, talvez mais tarde”. Na porta da Lei ele passará a vida, esperando admissão para entrar. Já velho, perto de morrer, o sujeito se dá conta de que, se a lei é para todos, parece-lhe estranho que ninguém tenha vindo à porta da Lei e aí entrado; então indaga a razão ao porteiro que lhe retruca: “porque essa era a sua porta”. E como ato final, enuncia que agora irá fechá-la.

O que podemos concluir sobre a relação com a Lei a partir dessa parábola? Lembremos, com Modesto Carone¹ (2009), que uma parábola consiste numa “história consistente em si mesma, mas que aponta para outra coisa – geralmente um ensinamento de vida – que só pode ser desentranhada daquilo que é efetivamente narrado”. Sendo assim, o ensinamento só poderá ser alcançado pelo percurso dos ditos que permite alcançar algo da ordem de um dizer. Trata-se de um percurso que implica o tempo. A porta sempre esteve aberta, apenas a sua admissão fora, naquele momento, barrada. Porque então o sujeito permaneceu a vida toda na porta da Lei – essa é uma questão fundamental. Carone aponta que, se no início o objetivo do sujeito do campo era a entrada na Lei, com o impedimento ele passa a se preocupar com

¹ Carone, M. *Lição de Kafka*, São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

o porteiro – representante da Lei. Dois estatutos da Lei aqui se presentificam: o simbólico (instância abstrata) e o imaginário (figuras que a personificam e representam). O sujeito nunca soube nada sobre a Lei? Ele nunca pôde saber o que haveria dentro da Lei? Toda a sua vida ele passou frente à porta da Lei, exatamente como a Lei exigia – a entrada naquele momento não era permitida. Então, estando ou supondo estar fora da Lei, a verdade é que, de fato, ele esteve o tempo todo dentro de sua jurisdição: ele a conhecia sem saber. O fato de ser a sua própria porta, sua própria Lei, não estaria indicando que a descoberta do que significa a Lei – e por consequência, um sujeito da Lei - impõe um percurso de cada um no trabalho de experimentá-la, quer para obedecer quer para transgredi-la?

Sendo este o convite, caberá ao leitor adentrar o texto, submeter-se a ele para quem sabe, perfazendo o seu percurso, no final se dar conta de que para fazer uma pesquisa que incluía a psicanálise, não vale proceder pela psicanálise, como Lacan indicou aos etnógrafos, há que colocá-la em ato. Trata-se de um ensinamento fundamental que o autor deste livro extrai da fina análise que realiza do percurso de Michel Pêcheux. Começando pela indagação do lugar de língua e *lalangue* nos textos fundadores da análise do discurso deste autor, Edmundo desloca a análise para a posição enunciativa iluminando o modo como aquilo que escapa e falha na teoria se inscreve na escrita do autor. O leitor poderá acompanhar essa trilha, especialmente na análise do livro “Semântica e Discurso” em que Pêcheux enfatiza a maneira como a presença de chistes, quando de sua escrita, levou-o a afirmar que “o pensamento teórico é inconsciente”. Algo da verdade que o equívoco carrega faz furo no saber. É nas voltas dos ditos de Pêcheux, insistentemente lidos e relidos, que na escrita de Edmundo vai se discernindo a hiância que opera entre saber e verdade, marca fundamental de uma abordagem causada a partir do furo no saber, ou melhor, tecida de *lalangue*, configurando o retorno da verdade na falha do saber.

O texto que o leitor tem em mãos testemunha um efeito de transmissão, realizado no âmbito da universidade. Partindo de indagações que sua orientadora tinha deixado em suspensão, o autor pôde, em seu tempo, retomar e responder, não sem a companhia de alguns psicanalistas e teóricos. Avançar, não sem o outro.

Para que o fio de sua reflexão fosse encontrando veredas produtivas e iluminadoras, Edmundo contou com a leitura de alguns autores que merecem ser indicados especialmente pela importância de suas observações. Penso que foram autores que possibilitaram giros cruciais na elaboração e escrita do texto que o leitor se prepara para adentrar. Companheiros indispensáveis no percurso de Edmundo, cito apenas dois: Cláudia Thereza Guimarães de Lemos e Michel Plon.

Edmundo se serve do texto *Língua e discurso na teorização sobre aquisição de linguagem* de Cláudia de Lemos, publicado em 1995, com o objetivo de responder a uma pergunta crucial que emerge logo no início de sua reflexão, qual seja: “seria possível afirmar que o conceito saussureano de fala corresponde integralmente a um ‘caminho da liberdade humana’?” - como parece estar implicado na crítica de Pêcheux. A argumentação de Cláudia de Lemos retoma o texto saussureano e observa que, ao tomar a língua como ordem própria, Saussure exclui dela o que pertence ao registro da fala, e por consequência, o que pertence ao registro do individual. O que a autora conclui daí vai interessar de modo especial o percurso do autor, uma vez que ela afirma que “o que é excluído retorna como indagação sobre o espaço livre que a língua deixa para o próprio da fala”, identificado por Saussure à “liberdade das combinações”. Enfatizando o uso do termo “indagação” na reflexão da autora, Edmundo o contrasta com a afirmação de Pêcheux quanto ao fato de a oposição entre língua e fala remeter, como consequência, ao reaparecimento do “conceito filosófico de sujeito livre”. E seguindo essa indagação e fazendo-a desdobrar em relação a vários pontos de impasse que surgem ao longo da indagação que persegue, Edmundo cava o lugar teórico para discutir a presença de *lalangue* e do equívoco como referidos

ao que de real comparece na língua. Na reflexão de Cláudia de Lemos tal presença remete diretamente ao corpo do falante, com isto retomando a leitura de Milner com relação ao que a Linguística tem que excluir para se constituir como ciência – a singularidade de um corpo que fala. O importante deste diálogo é que a partir da atenta e cuidadosa leitura do trabalho de Cláudia de Lemos, o autor poderá sustentar a fala como “espaço do não-previsto”, contrastando-a com a suposta liberdade implicada na leitura de Pêcheux. Muitas serão as consequências da entrada deste texto na argumentação de Edmundo, cabendo ao leitor acompanhá-las.

Mas o leitor deverá também, para bem apreciar o caminho percorrido por Edmundo ao longo de sua indagação, atentar para o que a presença de Michel Plon traz para o debate. É no contexto da discussão da retificação escrita por Pêcheux em 1978 que o texto *Análise do discurso (de Michel Pêcheux) vs Análise do inconsciente* de Michel Plon ganhará destaque e importância. Embora o texto sobre a retificação seja por muitos considerado como o momento em que a aproximação de Pêcheux com a Psicanálise teria se dado de forma mais acabada, Plon chama a atenção justamente para a ambivalência presente na posição de Pêcheux com relação à Psicanálise em função não apenas do modo como tomou a afirmação de Lacan – “só há causa para o que falha” – mas especialmente com relação à sua posição face a Althusser e ao partido comunista. As instigantes observações de Plon permitem um olhar diferente para o que estaria em jogo na retificação escrita em 78.

Percorrendo com Edmundo o caminho de elaboração de Michel Pêcheux, o leitor tem a oportunidade de frequentar as voltas de seus ditos e discernir algo de um dizer: não há como evitar a falha. É este o convite à porta da Lei: que o leitor adentre.

Nina Virginia de Araújo Leite

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	15
CAPÍTULO 1 – O SISTEMA RELATIVAMENTE AUTÔNOMO	19
1.1 – A dicotomia língua vs. fala e a particularidade do discurso	20
1.2 – A língua nos dispositivos de análise automática do discurso de 1969 e 1975	31
1.3 – A semântica discursiva, a analogia e o valor linguístico	37
1.3.1 – A questão da analogia	38
1.3.2 – A questão do valor linguístico	44
1.3.3 – Valor e exclusão da singularidade na Linguística	51 56
1.4 – Lacan e o signo saussuriano	61
1.5 – Pêcheux, Saussure, Lacan	
CAPÍTULO 2 – O RECURSO A <i>LALANGUE</i> NA ANÁLISE DO DISCURSO	65
2.1 – A Linguística e o real da língua como impossível	65
2.2 – De volta a Saussure	70
2.3 – O real da história	75
2.4 – O real da história e o real da língua	83
2.5 – O acontecimento no discurso	91
2.6 – <i>On a gagné</i>	95
2.7 – Questões	102
CAPÍTULO 3 – <i>LALANGUE</i> E DISCURSO	109
3.1 – O incomensurável no âmbito da língua	109
3.2 – Foraclusão, sutura, verdade	115
3.3 – Saber-fazer com <i>lalangue</i>	125

3.4 – A contradição histórica e a relação sexual impossível	127
3.5 – O gozo suposto no jogo do <i>fort-da</i>	133
3.6 – Lacan e a teoria dos discursos	139
CAPÍTULO 4 – A QUESTÃO DO ATRAVESSAMENTO	149
4.1 – O recurso à teoria psicanalítica no ano de 1975	150
4.2 – Articulação e subjetividade	163
4.3 – A retificação de 1978	167
4.4 – Um atravessamento sem palavras	178
CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
REFERÊNCIAS	193

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No texto *A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas*, escrito em 1975 por Michel Pêcheux e Catherine Fuchs, os autores apresentam o quadro epistemológico da Análise do Discurso forjada por Pêcheux. Esse quadro é composto por três regiões do conhecimento científico: o Materialismo Histórico – a teoria acerca das formações sociais, incluída aí a teoria da ideologia; a Linguística, enquanto teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; e a Teoria do Discurso, que aborda a determinação histórica dos processos semânticos. Essas três regiões do conhecimento são, segundo os autores, “atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)” (PÊCHEUX; FUCHS [1975] 1997, p. 164). Levando em consideração a composição do quadro epistemológico da Análise do Discurso, este livro pretende refletir sobre a presença da língua e as vicissitudes por ela sofridas ao longo do percurso teórico de Michel Pêcheux, assim como explorar as possíveis relações entre tais vicissitudes e o atravessamento do quadro epistemológico pela teoria psicanalítica.

No texto mencionado acima, Pêcheux e Fuchs fazem uma pergunta fundamental para a reflexão a ser aqui realizada: do ponto de vista da teoria do discurso, que relação existe entre a língua e os processos discursivos? Os autores indicam então que os processos discursivos estão na fonte da produção dos efeitos de sentido, ao passo que a língua corresponde ao “*lugar material* onde se realizam estes efeitos de sentido” (PÊCHEUX; FUCHS [1975] 1997, p. 172, destaque dos autores). Em relação a essa questão, não é sem relevância recuperar a argumentação de Pêcheux e Fuchs de acordo com a qual o objeto a propósito do qual a Análise do Discurso produz seus resultados “não é um objeto linguístico mas um objeto socio-histórico onde o linguístico intervém como *pressuposto*” (PÊCHEUX; FUCHS [1975] 1997, p. 188, destaque dos

autores). A língua é, portanto, um pressuposto: na condição de lugar material no qual se realizam os processos discursivos constitutivos do sentido, a língua corresponde a uma “condição *material* de base do discurso” (LEITE, 1994, p. 137, destaque da autora). Entretanto, se a língua é condição material do discurso, por outro lado ela ocupa esse lugar de forma diferenciada ao longo do percurso teórico de Michel Pêcheux.

É possível vislumbrar um primeiro momento nesse percurso em que a língua é abordada de forma a colocar em destaque seu funcionamento como sistema regido por leis abordáveis no âmbito da Linguística, isto é, por leis fonológicas, morfológicas, sintáticas etc. O sistema da língua é, nessa perspectiva, possuidor de uma autonomia relativa, uma vez que coloca em cena um funcionamento que só parcialmente é linguístico. O que se enfatiza nesse momento é justamente o fato de que a base linguística distingue-se dos processos discursivos constitutivos do sentido, correspondendo ao lugar no qual se desdobram os efeitos de sentido produzidos em nível do processo discursivo. Essa abordagem da língua encontra-se estreitamente relacionada à intervenção de Pêcheux no campo da Linguística, intervenção nomeada pelo autor de “mudança de terreno”, mudança a partir da qual seriam forjados conceitos exteriores à Linguística, apropriados para uma abordagem do nível da particularidade correspondente ao discurso.

Outro elemento importante nessa abordagem da língua é a crítica tecida por Michel Pêcheux ao conceito de fala forjado por Ferdinand de Saussure no *Curso de Linguística Geral*, conceito que supostamente colocaria em cena uma liberdade do indivíduo. A construção da teoria sobre o discurso e do dispositivo de análise automática do discurso no contexto de tal abordagem se fundamenta na crítica à ideia de que haveria uma liberdade do falante, crítica que aponta justamente para a constituição do sentido em nível do discurso. Entretanto, seria sustentável a posição de Pêcheux segundo a qual o conceito saussuriano de fala é lugar da liberdade do indivíduo? Essa questão fará com que seja

imprescindível retomar elementos da reflexão realizada por Saussure no *Curso de Linguística Geral*, o que nos permitirá destacar alguns impasses que a abordagem da língua como sistematicidade relativamente autônoma coloca em cena. A esse respeito, não será sem relevância retomar também as considerações tecidas por Jacques Lacan acerca do signo saussuriano no texto *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud*.

Em contraste com a abordagem da língua na qual se coloca em destaque o funcionamento fonológico, morfológico e sintático da base linguística, é possível vislumbrar num momento posterior do percurso teórico de Michel Pêcheux um recurso explícito a um elemento proveniente da teoria psicanalítica: *lalangue*, termo forjado por Jacques Lacan como efeito de um lapso e teorizado por Jean-Claude Milner em *O amor da língua*. O recurso a *lalangue* se localiza no contexto de mudanças significativas no âmbito da Análise do Discurso, tanto no que se refere à teoria quanto no que concerne à prática de análise. Este livro pretende refletir sobre o recurso feito por Pêcheux a *lalangue* e recolher os efeitos que tal recurso pode ter para uma reflexão sobre o discurso. Teremos a oportunidade de vislumbrar que se por um lado a consideração da relevância do registro de *lalangue* – consideração esta que leva em conta apenas a teorização de Milner em *O amor da língua* – vem acompanhada de mudanças significativas no âmbito da Análise do Discurso, por outro lado tal recurso não deixa de colocar impasses para a abordagem do discurso forjada por Michel Pêcheux.

Refletir sobre esse recurso ao registro de *lalangue* demandará uma consideração detida do registro em que há língua e há inconsciente, o que fará com que nos debruçemos não apenas na argumentação desenvolvida por Milner em *O amor da língua*, mas também em elementos das considerações de Jacques Lacan e de outros autores acerca de *lalangue*. Uma vez que se leva em conta que *lalangue* remete à dimensão de um gozo impossível, interdito pela língua, que noção de discurso poderia advir daí? A esse respeito, não será sem relevância tecer considerações acerca da teoria dos discursos forjada por Jacques Lacan a partir de 1969.

A abordagem da forma diferenciada pela qual a língua comparece, no âmbito da produção de Pêcheux, como condição material do discurso nos permitirá formular uma questão acerca do atravessamento / articulação do quadro epistemológico da Análise do Discurso por uma “teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)”, assim como formulado por Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997). Seria possível abordar o recurso a *lalangue* como um efeito do atravessamento / articulação da Análise do Discurso pela teoria psicanalítica? Por um lado, o recurso explícito a *lalangue* não deixa de ser um efeito da teoria psicanalítica sobre a produção de Pêcheux. Por outro, os impasses que tal recurso coloca em cena farão com que seja necessário abordar a questão relativa ao atravessamento num outro nível, para além do recurso explícito.

No primeiro capítulo do livro, refletirei sobre a abordagem da língua que coloca em destaque o sistema linguístico regido por leis abordáveis no âmbito da Linguística, sistema possuidor de uma autonomia relativa. Por sua vez, o segundo capítulo dará lugar a uma reflexão acerca do recurso a *lalangue* feito por Pêcheux e dos impasses que tal recurso coloca para a Análise do Discurso. No terceiro capítulo, tecerei considerações sobre o registro de *lalangue* assim como comparece no âmbito da teoria psicanalítica e sobre a teoria dos discursos formulada por Jacques Lacan a partir de 1969. Por fim, o quarto capítulo abordará a questão do atravessamento da Análise do Discurso pela teoria psicanalítica.

CAPÍTULO I

O SISTEMA RELATIVAMENTE AUTÔNOMO

De forma que seja possível discutir as vicissitudes sofridas pela língua ao longo do percurso teórico de Michel Pêcheux, resgatarei elementos que permitirão refletir sobre a abordagem da língua que, num determinado momento desse percurso, coloca em destaque a sistematicidade fonológica, morfológica e sintática da base linguística, possuidora de uma autonomia relativa. Para que tais elementos sejam retomados, tecerei considerações acerca dos textos *Análise Automática do Discurso* (1969) e *A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso* (1971). Abordarei também os textos *A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas* e *Semântica e Discurso* – ambos publicados em 1975 –, nos quais é possível identificar elementos importantes para uma reflexão acerca da abordagem de língua aqui identificada.

Nessa abordagem, a “mudança de terreno” (PÊCHEUX [1969] 1997, p. 73) proposta por Michel Pêcheux corresponde a um elemento importante, mudança de perspectiva a partir da qual advém o objeto discurso. A reflexão acerca dessa mudança de terreno fornecerá a oportunidade para que sejam retomados elementos provenientes do *Curso de Linguística Geral*, o que permitirá discutir a reflexão de Pêcheux em relação a algumas das elaborações saussurianas presentes no *Curso*. No percurso aqui realizado, tecerei também considerações acerca do texto *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud*, o qual nos permitirá contrastar os elementos que Michel Pêcheux recolhe do *Curso* àqueles colocados em destaque por Jacques Lacan em sua leitura do signo saussuriano.

1.1 – A dicotomia língua vs. fala e a particularidade do discurso

Pêcheux inicia a reflexão realizada em *Análise Automática do Discurso* afirmando que, até o *Curso de Linguística Geral*, estudar uma língua frequentemente correspondia a estudar textos. Nessa perspectiva, as questões que se colocavam a propósito de um texto eram questões acerca do que ele abordava, acerca das ideias nele contidas, ou ainda questões acerca da conformidade do texto com as normas da língua. Um elemento relevante na argumentação de Pêcheux é a indicação de que, com a fundação da Linguística científica por Ferdinand de Saussure, a língua passa a ser considerada na condição de sistema, deixando de ser compreendida como se tivesse a função de expressar o sentido. Pêcheux destaca que o *Curso* introduz um deslocamento conceitual fundamental, que faz com que se afaste da perspectiva de uma função da língua (de expressar o sentido) em direção àquela de seu funcionamento enquanto sistema.

Na perspectiva do deslocamento conceitual introduzido por Saussure, o texto não poderia ser o objeto da Linguística, porque é a língua (e não o texto) que tem um funcionamento. Segundo Pêcheux, o deslocamento saussuriano sustenta a perspectiva segundo a qual “o que funciona é a *língua*, isto é, um conjunto de sistemas que autorizam combinações e substituições reguladas por elementos definidos, cujos mecanismos colocados em causa são de dimensão inferior ao texto” (PÊCHEUX [1969] 1997, p. 62, destaque do autor). Importante na argumentação desenvolvida pelo autor é a ideia de que a constituição da Linguística como disciplina científica deixou a descoberto o terreno do texto, e a questão que a Linguística deixou de responder continua a se fazer ouvir: “O que quer dizer este texto?” (PÊCHEUX [1969] 1997, p. 63). Pêcheux afirma que essa questão foi abordada no campo da “análise de conteúdo” ou “análise de texto”, campo do qual a proposta de uma análise automática do discurso se afastará. Interessamos destacar da argumentação desenvolvida pelo autor que a fundação da Linguística como ciência gera um resto,

resíduo que não deixa de retornar, impondo-se insistentemente na forma de uma questão acerca do sentido: “Que significação contém este texto?” (PÊCHEUX [1969] 1997, p. 63).

Indicando que no *Curso de Linguística Geral* Saussure estabelece a especificidade da língua a partir da exclusão da dimensão individual, isto é, da exclusão da fala, Pêcheux discute as implicações da oposição saussuriana entre a língua – “a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 22) e a fala – “um ato individual de vontade e inteligência” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 22). De acordo com Pêcheux, essa oposição autoriza a aparição do falante como unidade de intenções conscientes, como “avesso indispensável” ao sistema:

[...] esta oposição autoriza a reaparição triunfal do sujeito falante como *subjetividade em ato*, unidade ativa de intenções que se realizam pelos meios colocados a sua disposição; em outros termos, tudo se passa como se a linguística científica (tendo por objeto a língua) liberasse um resíduo, que é o conceito filosófico de sujeito livre, pensado como o avesso indispensável, o correlato necessário do sistema. A fala, enquanto uso da língua, aparece como um *caminho da liberdade humana* (PÊCHEUX [1969] 1997, p. 71, destaques do autor)

Em relação a essa reaparição do falante como unidade de intenções conscientes, supostamente autorizada pela oposição saussuriana entre a língua e a fala, Pêcheux identifica em um dos textos escritos por Roman Jakobson (*Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia*) a perspectiva segundo a qual avançar na escala que vai do domínio dos fonemas ao âmbito do discurso corresponderia a passar gradualmente da necessidade do sistema à contingência da liberdade. Ao fim desta passagem gradual, despontaria a fala como reduto da liberdade do locutor:

Assim, existe na combinação das unidades linguísticas uma escala ascendente de liberdade. Na combinação dos traços distintivos em fonemas, a liberdade do locutor individual é nula; o código já

estabeleceu todas as possibilidades que podem ser utilizadas na língua em questão. A liberdade de combinar os fonemas em palavras é circunscrita, é limitada à situação marginal da criação de palavras. Na formação das frases a partir de palavras, a coerção que o locutor sofre é menor. Enfim, na combinação das frases em enunciados, a ação das regras coercitivas da sintaxe para e a liberdade de todo locutor particular aumenta substancialmente, ainda que seja preciso não subestimar o número dos enunciados estereotipados (JAKOBSON, 1963 *apud* PÊCHEUX [1969] 1997, p. 72)

Segundo a argumentação desenvolvida por Pêcheux no texto de 1969, a reaparição do “conceito filosófico de sujeito livre” no âmbito do *Curso de Linguística Geral* é uma consequência do fato de que Saussure, de forma a atingir o que é específico à língua, exclui o que pertence à fala. De acordo com Pêcheux, os efeitos desta exclusão podem ser vislumbrados na argumentação de Jakobson segundo a qual haveria, ao longo da escala que leva dos fonemas ao discurso, uma passagem gradual da necessidade do sistema à contingência da liberdade. Contudo, se por um lado é possível vislumbrar a perspectiva da fala enquanto “caminho da liberdade humana” na argumentação desenvolvida por Jakobson na passagem citada acima, até que ponto seria possível aproximar a argumentação de Jakobson às elaborações de Saussure no *Curso de Linguística Geral*? Ou ainda, até que ponto é possível sustentar que o advento do “conceito filosófico de sujeito livre” é uma consequência da dicotomia língua vs. fala assim como elaborada no *Curso*?

As elaborações de Pêcheux acerca do conceito saussuriano de fala em *Análise Automática do Discurso* se aproximam daquelas presentes em *Semântica e Discurso*. Nesse livro, Pêcheux ([1975] 1988) afirma que a noção de fala configura-se como “o mais fraco elo” (p. 245), “o ponto de fragilidade do edifício saussuriano” (p. 245). A fala em Saussure seria, segundo Pêcheux, uma espécie de anti-conceito ideológico que “oculta a ‘lacuna’ aberta pela definição científica da língua como sistematicidade em funcionamento” (p. 245). É nesse sentido que, segundo afirmação

de Pêcheux na mesma obra, a oposição entre a subjetividade criadora da fala e a objetividade sistêmica da língua tem “as propriedades circulares de um par ideológico” (p. 60).

Se por um lado Pêcheux inclui na reflexão presente em *Análise Automática do Discurso* a argumentação de Jakobson acerca da suposta passagem gradual da necessidade do sistema à contingência da liberdade do locutor (cf. PÊCHEUX [1969] 1997, p. 72), por outro lado o autor identifica na Linguística um movimento progressivo de expansão de seus limites. Se inicialmente as regras de funcionamento da língua foram buscadas nos fenômenos situados na parte inferior da escala – num nível inferior à frase –, o aparecimento das gramáticas gerativas permitiu estender o limite de atuação da Linguística, constituindo uma teoria linguística da frase. Pêcheux faz então uma pergunta importante para o projeto de análise automática do discurso de 1969: “Seria o caso de se pensar que a ciência linguística vai assim progressivamente estender seu empreendimento e chegar a dar conta de toda a ‘escala’ utilizando instrumentos combinatórios cada vez mais potentes?” (PÊCHEUX [1969] 1997, p. 72).

É nesse ponto de sua argumentação que Pêcheux faz a afirmação de que é possível que a abordagem dos fenômenos que pertencem ao “alto da escala” necessite de um deslocamento teórico, de “uma ‘mudança de terreno’ que faça intervir conceitos exteriores à região da linguística atual” (PÊCHEUX [1969] 1997, p. 73). Portanto, na *Análise do Discurso* forjada por Pêcheux em 1969, os fenômenos do “alto da escala” não correspondem nem a um lugar da liberdade do locutor (assim como indicado por Jakobson), nem a um campo abordável pelos instrumentos que a Linguística então dispunha.

Pêcheux diz ser indispensável questionar a identidade estabelecida de forma implícita por Saussure entre o universal e o extraindividual, ou seja, questionar a perspectiva de que, no âmbito da linguagem, aquilo que é extraindividual corresponde apenas ao funcionamento da língua. Trata-se para o autor de destacar “um nível intermediário entre a singularidade individual

e a universalidade, a saber, o nível da *particularidade* que define ‘contratos’ linguísticos específicos de tal ou tal região do sistema, isto é, feixes de normas mais ou menos localmente definidos” (PÊCHEUX [1969] 1997, p. 74, destaque do autor). O ponto a ser destacado aqui é que a intervenção de Pêcheux no campo da Linguística atinge a oposição estabelecida por Saussure entre a língua e a fala, e aponta para a necessidade de distinguir um nível intermediário – correspondente ao discurso enquanto nível da particularidade – que somente seria abordável a partir de uma mudança de terreno, mudança esta que faria incidir no campo da Linguística conceitos a ela exteriores.

No texto *Análise Automática do Discurso*, as considerações de Pêcheux ([1969] 1997) acerca das implicações da oposição saussuriana entre língua e fala preparam o caminho para a formulação de ideias fundamentais na caracterização do nível da particularidade que corresponde ao discurso. Longe de se configurar como lugar no qual desponta a liberdade e a vontade humanas, “um discurso é sempre pronunciado a partir de *condições de produção dadas*” (p. 77, destaque do autor). Tomando como exemplo o discurso proferido por um deputado na Câmara, Pêcheux afirma que, do ponto de vista saussuriano, tal discurso seria da ordem da fala, da liberdade do falante, enquanto para Pêcheux trata-se de destacar que aquilo que esse deputado diz se situa “no interior da *relação de forças* existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado” (p. 77, destaque do autor), correspondendo a “um certo *lugar* no interior de uma formação social dada” (p. 77, destaque do autor). Para Pêcheux, trata-se de colocar em cena, na análise automática do discurso por ele forjada, “a relação necessária entre um discurso e seu lugar em um mecanismo institucional extralinguístico” (p. 77). Entretanto, cabe aqui perguntar mais uma vez: em que medida é possível sustentar que do ponto de vista saussuriano a fala corresponde ao lugar no qual se manifesta a liberdade do falante?

Utilizando mais uma vez o exemplo do discurso de um deputado na Câmara, Pêcheux ([1969] 1997) indica que esse

discurso deve ser remetido às “relações de sentido nas quais é produzido” (p. 77, destaque do autor). Segundo o autor, esse discurso remete necessariamente a um outro discurso, o que leva Pêcheux a afirmar que “o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima” (p. 77). A argumentação desenvolvida pelo autor aponta para a inexistência de uma realidade pré-discursiva, uma vez que um discurso remete necessariamente a outros discursos, e não a uma “realidade”. Como não vislumbrar aqui o fato de que, segundo Jacques Lacan ([1955-1956] 1988), o significado (no signo saussuriano) não se refere aos objetos, às coisas, mas sim à significação, que por sua vez remete sempre a uma outra significação?

No *Curso de Linguística Geral*, fica indicado que, no que se refere à língua, há um corte em relação à “coisa no mundo”: a língua não é uma nomenclatura. Ora, a argumentação desenvolvida em *Análise Automática do Discurso* acerca das relações de sentido nas quais um discurso é produzido atualiza a crítica de Saussure à noção de língua como nomenclatura, atualiza a perspectiva segundo a qual quando se trata de língua não existe correspondência possível com a “coisa no mundo” – ou com a “realidade efetiva”. Assim como a língua não corresponde a uma lista de termos que correspondem a coisas (cf. SAUSSURE [1916] 1974, p. 79), o discurso não tem como matéria-prima uma “realidade efetiva”, uma “realidade bruta” à espera de ser apreendida pelo falante.

A indicação de que não há correspondência entre um discurso e uma suposta realidade efetiva, de que um discurso remete necessariamente a outros discursos – pois ele é produzido no interior de relações de sentido –, confronta a perspectiva da língua como instrumento de comunicação com um impasse. Em sua retomada do esquema informacional proposto por Jakobson, no qual A e B designam respectivamente os lugares do destinador e do destinatário, Pêcheux ([1969] 1997) indica que o discurso não coloca

em cena uma transmissão de informação entre interlocutores, mas sim “um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B” (p. 82).

Algumas linhas acima, perguntei em que medida seria possível sustentar que, do ponto de vista saussuriano, a fala corresponderia ao lugar no qual se manifesta a liberdade individual. Até que ponto a dicotomia língua vs. fala traçada por Saussure tem como consequência a reaparição do “conceito filosófico de sujeito livre” (PÊCHEUX [1969] 1997, p. 71)? Ou ainda: seria legítima a aproximação feita por Pêcheux entre as elaborações de Saussure no *Curso de Linguística Geral* e a argumentação de Jakobson acerca da liberdade do locutor no âmbito da “combinação das frases em enunciados” (JAKOBSON, 1963 *apud* PÊCHEUX [1969] 1997, p. 72)?

Como vimos, a argumentação desenvolvida por Pêcheux em *Análise Automática do Discurso* indica que a fundação da Linguística científica gera um resto, resíduo que não deixa de retornar. Esse retorno pode ser vislumbrado no fato de que, segundo Pêcheux, a constituição da Linguística como disciplina científica deixou a descoberto o terreno do texto, e a questão que a Linguística deixou de responder insiste em se fazer ouvir: “Que significação contém este texto?” (PÊCHEUX [1969] 1997, p. 63). Por outro lado, a argumentação desenvolvida por Pêcheux indica que o resíduo engendrado pela fundação da Linguística científica corresponde também à reaparição do “conceito filosófico de sujeito livre, pensado como o avesso indispensável, o correlato necessário do sistema” (PÊCHEUX [1969] 1997, p. 71).

Ora, com a mudança de terreno em relação à Linguística, Pêcheux propõe-se a abordar o resíduo gerado pela fundação da Linguística científica, resíduo que insiste em se fazer ouvir. É certo também que a mudança de terreno se configura como um questionamento da perspectiva segundo a qual o falante corresponde a uma “unidade ativa de intenções” (PÊCHEUX [1969] 1997, p. 71). Entretanto, se de fato a fala comparece no *Curso de Linguística Geral* como “um ato individual de vontade e inteligência” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 22), seria possível

afirmar que o conceito saussuriano de fala corresponde integralmente a um “*caminho da liberdade humana*” (PÊCHEUX [1969] 1997, p. 71, destaque do autor)?

Para que seja possível responder essa pergunta, gostaria de retomar elementos da argumentação desenvolvida por Cláudia de Lemos no texto *Língua e discurso na teorização sobre aquisição de linguagem*. Segundo Lemos, ao abordar a língua como ordem própria, Saussure exclui dela o que pertence à fala, à esfera individual. A autora afirma então que “o que é excluído retorna como indagação sobre o espaço livre que a língua deixa para ‘o próprio da fala’, identificado por ele [Saussure] à ‘liberdade das combinações’” (LEMOS, 1995b, p. 12). É importante destacar que, segundo Lemos, o elemento excluído retorna na forma de uma “indagação” acerca do espaço livre que a língua deixa para o falante, o que contrasta com a indicação de Pêcheux de que a oposição entre a língua e a fala tem como consequência a reaparição do “conceito filosófico de sujeito livre” (PÊCHEUX [1969] 1997, p. 71). A esse respeito, Lemos afirma que “O individual que retorna é o que se dá na esfera da fala, definida agora como *espaço do não-previsto*, onde se pode exercer a ‘liberdade das combinações’” (LEMOS, 1995b, p. 12, destaque meu). Da afirmação da autora, gostaria de destacar a possibilidade de abordar a fala como “espaço do não-previsto”, o que coloca em cena uma diferença em relação à fala considerada como espaço da liberdade individual.

Lemos indica que o retorno do elemento excluído se dá no momento em que Saussure aborda o tema das relações e das diferenças entre termos linguísticos ao longo dos eixos sintagmático e associativo, cada um dos quais geradores de uma certa ordem de valores. Levando em consideração a argumentação desenvolvida no *Curso de Linguística Geral*, a autora destaca a *imprevisibilidade* que os eixos sintagmático e associativo colocam em cena, o que aponta para um impasse no que se refere à dicotomia língua vs. fala. A esse respeito, vale a pena incluir aqui a seguinte afirmação, encontrada no *Curso* e também incluída

no texto de Lemos: “Cumprer reconhecer [...] que no domínio do sintagma não há limite categórico entre o fato de língua, testemunho de uso coletivo, e o fato de fala, que depende da liberdade individual” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 145). Em relação a esse ponto, é também importante indicar que, segundo Saussure, as relações que se desenrolam no eixo associativo, desdobrando-se fora da cadeia da fala, “fazem parte desse tesouro interior que constitui a língua de cada indivíduo” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 143, destaque meu). A “língua de cada indivíduo” é lugar no qual o elemento excluído, concernente à esfera individual da fala, comparece na forma de um impasse referente à dicotomia língua vs. fala.

Apontando para a “liberdade” que os eixos sintagmático e associativo colocam em cena – eixos nos quais se desdobram as relações e as diferenças entre termos linguísticos –, Lemos se interroga sobre o que seria essa “liberdade”: o que a língua, uma vez que se considera as restrições por ela impostas, deixa como espaço para o falante? Lemos aborda então as elaborações de Saussure acerca do funcionamento simultâneo dos agrupamentos associativos e sintagmáticos. Dessas elaborações, gostaria de destacar a seguinte passagem:

Nossa memória tem de reserva todos os tipos de sintagmas mais ou menos complexos, de qualquer espécie ou extensão que possam ser, e no momento de empregá-los, *fazemos intervir os grupos associativos para fixar nossa escolha*. Quando alguém diz *vamos!*, pensa inconscientemente em diversos grupos de associação em cuja interseção se encontra o sintagma *vamos!* Este figura, por um lado, na série *vai! vão!*, e é a oposição de *vamos!* com essas formas que determina a escolha; por outro lado, *vamos!* evoca a série *subamos! comamos!* etc., em cujo interior é escolhida pelo mesmo procedimento; em cada série, sabemos o que é mister variar para obter a diferenciação própria da unidade buscada. Mude-se a ideia a exprimir, e outras oposições serão necessárias para fazer aparecer um outro valor; diremos por exemplo *vão!* ou *subamos!*

Por conseguinte, não basta dizer, colocando-se num ponto de vista positivo, que se toma *vamos!* porque significa o que se quer exprimir. Em realidade, a ideia invoca, não uma forma, mas todo um sistema latente, graças ao qual se obtêm as oposições necessárias à constituição do signo. Este não teria, por si só, nenhuma significação própria. (SAUSSURE [1916] 1974, p. 150-151, destaques do autor)

As elaborações presentes no *Curso de Linguística Geral* indicam, portanto, que as séries associativas intervêm na escolha de um termo em detrimento de outros. É a oposição de um termo com outros na série associativa que determina a escolha. Ainda de acordo com a passagem citada acima, a ideia invoca não uma forma, mas um sistema latente. Em outras palavras, é insuficiente dizer, acerca da escolha de uma forma, que se trata de “expressar o que se quer dizer”. O que está em jogo aqui é o efeito de “todo um sistema latente” na escolha. Portanto, a ideia não invoca uma forma que a expressaria, mas antes todo o sistema latente. Fundamentada na argumentação desenvolvida no *Curso*, Lemos afirma que “A liberdade das combinações se reduz assim à escolha pelo indivíduo saussuriano de um caminho dentre caminhos que ele não escolheu” (LEMOS, 1995b, p. 15). Realizando um deslocamento da “liberdade” em direção à “imprevisibilidade”, a autora afirma que é possível entender a imprevisibilidade como “efeito da diferença” (LEMOS, 1995b, p. 18) existente no âmbito da língua.

Da reflexão realizada por Lemos, é importante resgatar a indicação de que haveria um contraste entre o indivíduo saussuriano e o locutor individual de Jakobson. A autora afirma que o locutor de Jakobson está submetido às unidades estratificadas no código, porém tem no texto (na “combinação das frases em enunciados”) seu domínio de liberdade. Por sua vez, o indivíduo saussuriano “está sempre sujeito a um funcionamento da língua, já que restrição e imprevisibilidade não se distribuem de forma desigual entre fonema e palavra, sentença e texto”

(LEMOS, 1995b, p. 15-16). A argumentação de Lemos indica que a relação do falante com a língua está em jogo qualquer que seja o nível de estratificação considerado, do fonema à combinação de frases em enunciados, e permite questionar a aproximação feita por Pêcheux entre o conceito saussuriano de fala e a liberdade do locutor postulada por Jakobson.

Qual seria a relevância das considerações de Lemos para a reflexão empreendida neste livro? Abordar a imprevisibilidade como efeito da diferença na língua aponta para a perspectiva segundo a qual a relação do falante com a língua está em jogo qualquer que seja o nível de estratificação considerado, segundo a qual “o indivíduo está sempre sujeito a um funcionamento da língua” (LEMOS, 1995b, p. 15). Se para Pêcheux a oposição entre a língua e a fala autoriza “a reaparição triunfal do sujeito falante como *subjetividade em ato*, unidade ativa de intenções” (PÊCHEUX [1969] 1997, p. 71), a argumentação de Lemos indica que o elemento excluído por Saussure (na delimitação do objeto da Linguística científica) retorna na forma de *impasses* concernentes à dicotomia língua vs. fala. Se por um lado a fala comparece no *Curso* como “um ato individual de vontade e inteligência” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 22), a reflexão realizada por Lemos acerca das relações associativas e sintagmáticas indica que não há fala sem língua. A perspectiva de um impasse referente à dicotomia língua vs. fala – a partir do qual é possível abordar a imprevisibilidade como efeito da diferença na língua (cf. LEMOS, 1995b, p. 18) – poderia ser colocada numa certa relação com a visada desenvolvida por Jacques Lacan segundo a qual o sujeito é efeito do funcionamento do significante?

O questionamento à perspectiva de uma liberdade individual é um elemento central na mudança de terreno proposta por Michel Pêcheux em *Análise Automática do Discurso*. Entretanto, tal questionamento – que fundamenta a abordagem do nível do “*lugar* [onde se posiciona o falante] no interior de uma formação social dada” (PÊCHEUX [1969] 1997, p. 77, destaque do autor) – se sustenta numa leitura da dicotomia saussuriana língua vs. fala

que não leva em consideração um elemento importante, recolhido por Lemos em sua abordagem das relações sintagmáticas e associativas assim como elaboradas no *Curso de Linguística Geral*: o falante está sempre sujeito a um funcionamento da língua, sendo a imprevisibilidade um efeito da diferença na língua. O fato de que Pêcheux não tenha considerado este elemento – uma vez que privilegia a fala saussuriana como “caminho da liberdade humana” – poderia ser relevante na consideração das vicissitudes sofridas pela língua ao longo do percurso teórico do autor?

1.2 – A língua nos dispositivos de análise automática do discurso de 1969 e 1975

Ao longo da argumentação desenvolvida em 1969 no texto *Análise Automática do Discurso*, Pêcheux propõe o termo “processo de produção” para designar os mecanismos formais que produzem um discurso em determinadas condições de produção. O autor pretende definir os elementos teóricos que permitem abordar estes processos, e afirma que “os fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento mas com a condição de acrescentar imediatamente que este funcionamento não é integralmente linguístico, no sentido atual desse termo” (PÊCHEUX [1969] 1997, p. 78, destaques do autor). Para além do funcionamento linguístico, há um funcionamento de outra ordem que se refere justamente à dimensão da particularidade do discurso.

Segundo Pêcheux, o estudo dos processos de produção do discurso supõe “o estudo das *variações* específicas (semânticas, retóricas e pragmáticas) ligadas aos processos de produção particulares considerados sobre o ‘fundo *invariante*’ da língua (essencialmente: a sintaxe como fonte de coerções universais)” (PÊCHEUX [1969] 1997, p. 74-75, destaques meus). Ora, o que fica mobilizado a partir do momento em que a língua é tomada como fundo invariante? Desenha-se, na argumentação de Pêcheux, uma distinção entre a “variação” concernente aos

processos de produção do discurso e a “invariância” da língua, portanto entre a multiplicidade de processos discursivos possíveis e a unidade da língua. Destarte, a língua desponta como fundo invariante no qual se desdobram os processos de produção do discurso em sua variabilidade.

Segundo Pêcheux, o fundo invariante da língua se refere essencialmente à sintaxe como fonte de coerções universais. No texto de 1969, o que a perspectiva de um fundo invariante mobiliza é o funcionamento sintático da língua, ou seja, o fundo invariante coloca em cena a ordem própria da língua em seu funcionamento sintático. Para que seja possível abordar os processos de produção do discurso, atingindo o nível de um funcionamento que não é integralmente linguístico, faz-se necessário tomar como base o próprio funcionamento da língua. No âmbito da teorização desenvolvida por Pêcheux em 1969, a língua como fundo invariante torna-se um elemento fundamental na abordagem dos processos de produção do discurso. A esse respeito, se a mudança de terreno proposta por Pêcheux faz intervir conceitos exteriores à região da Linguística – de forma que seja possível abordar o nível da particularidade do discurso –, tal “mudança” se fundamenta numa “permanência” no terreno da Linguística, terreno no qual a língua é abordada enquanto ordem própria que coloca em cena um funcionamento fonológico, morfológico, sintático etc.

Textos produzidos por Michel Pêcheux no ano de 1975 dão lugar a uma reflexão similar acerca da língua em sua relação com os processos discursivos. Em *Semântica e Discurso*, Pêcheux afirma que

[...] o sistema da língua é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo *discurso*: a língua se apresenta, assim, como a *base* comum de *processos* discursivos diferenciados [...].

Ao opor *base linguística* e *processo discursivo*, inicialmente estamos pretendendo destacar que [...] todo sistema linguístico, enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas, é dotado de uma *autonomia relativa* que o submete a leis internas, as quais constituem, precisamente, o objeto da Linguística. (PÊCHEUX [1975] 1988, p. 91, destaques do autor)

Nessa passagem, Pêcheux aponta para a distinção existente entre “base linguística” e “processo discursivo” que se desenvolve sobre essa base. Uma língua, constituída por uma sistematicidade fonológica, morfológica e sintática, é dotada de uma “autonomia relativa” que coloca em cena leis internas, objeto de estudo da Linguística. É sobre a base destas leis que se desenrolam os processos discursivos.

No texto *A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas* (escrito também em 1975), Pêcheux e Fuchs afirmam que a materialidade específica da língua remete à ideia de funcionamento “no sentido saussuriano” (PÊCHEUX; FUCHS [1975] 1997, p. 172), em oposição à ideia de função. Ora, considerar a língua materialidade na qual se realizam os processos discursivos consolida o deslocamento efetuado por Saussure da função da língua em direção ao seu funcionamento. É no horizonte de uma crítica à perspectiva da língua enquanto possuidora da função de expressar o sentido, ou enquanto instrumento para a comunicação, que Pêcheux assinala à língua sua “autonomia relativa”, seu lugar material enquanto “base” sobre a qual se desenvolvem os processos discursivos constitutivos do sentido. Entretanto, se por um lado as reflexões de Pêcheux sobre a língua consolidam o deslocamento efetuado por Saussure da função da língua em direção a seu funcionamento, não podemos desconsiderar as diferenças que estão em jogo. O *Curso de Linguística Geral* coloca em cena a possibilidade de abordar a língua como ordem que “não pede mais que a diferença” (cf. SAUSSURE [1916] 1974, p. 138), diferença que se desdobra ao longo dos eixos sintagmático e associativo. Pêcheux consolida a ruptura saussuriana, porém coloca em destaque a

língua como base material – sistematicidade possuidora de um funcionamento fonológico, morfológico e sintático – na qual se desdobram os processos discursivos constitutivos do sentido. Não menos importante é lembrar que, de acordo com a argumentação desenvolvida no *Curso* e recuperada por Lemos, “o indivíduo está sempre sujeito a um funcionamento da língua” (LEMOS, 1995b, p. 15). Do fonema à combinação das frases em enunciados, está sempre em jogo o “funcionamento simultâneo de duas formas de agrupamentos” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 149), aquele que se desdobra nos eixos sintagmático e associativo. Por sua vez, Pêcheux (num momento específico de seu percurso) faz uma crítica ao conceito saussuriano de fala, uma vez que ele supostamente seria o espaço de uma liberdade individual.

A descrição do dispositivo de análise automática do discurso feita na segunda parte do texto *Análise Automática do Discurso* divide-se em duas partes: “Regras para o registro codificado da superfície discursiva” e “A análise automática do material registrado”. Segundo Pêcheux, o registro da superfície discursiva se configura como uma etapa preparatória indispensável à análise do material registrado, que incidirá sobre o processo discursivo. Sobre a etapa de registro, o autor afirma que fornecerá dela apenas um esboço geral, e que deixará ao linguista um grande número de decisões acerca desse procedimento, decisões que ele diz não poder tomar, uma vez que a automatização do procedimento de registro exigirá um longo trabalho linguístico. O autor apresentará então as “regras” para o registro da superfície discursiva.

Chama a atenção o fato de que a descrição das etapas de registro e de análise do material registrado inclui um grande número de notações lógicas, o que demonstra um movimento em direção a uma literalização da análise automática do discurso forjada em 1969. O que interessa destacar aqui é a perspectiva, colocada em cena na descrição do dispositivo de análise, de um registro “regrado” e “automatizado” da superfície discursiva e de uma análise “automática” do material registrado (com vistas a abordar o processo discursivo). É importante destacar que na

análise “automática” e “rigorosa” do discurso forjada por Pêcheux em 1969 atribui-se à língua e ao linguista um papel relevante.

Em relação a essa discussão, é relevante retomar a argumentação desenvolvida por Paul Henry ([1990] 1997) no texto *Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969)*. Nesse texto, o autor indica que a elaboração de um dispositivo de análise automática do discurso em 1969 visava a fornecer às ciências sociais um instrumento científico que lhes faltava. A esse respeito, deve-se indicar que no texto *Notas para uma teoria geral das ideologias*, escrito em 1968 sob pseudônimo de Thomas Herbert, Pêcheux tece uma crítica às ciências sociais, que seriam um obstáculo ao desenvolvimento da ciência fundada por Marx, uma vez que engendram um recalque da cientificidade do Materialismo Histórico.

Segundo Herbert (1968), as ciências sociais se configuravam como um arsenal teórico e prático que funciona no sentido da reprodução das relações sociais, engendrando uma adaptação à formação social vigente. Em outras palavras, as “ciências” sociais corresponderiam a uma teoria ideológica das ideologias. De acordo com Herbert, qualquer ciência é produzida através de um trabalho de mutação conceitual num determinado campo conceitual ideológico. Nesse sentido, qualquer ciência é ciência da ideologia da qual ela se separa. Portanto, a elaboração do dispositivo de análise automática do discurso em 1969 pode ser abordada em relação à pretensão de Pêcheux de fazer uma intervenção no campo das ciências sociais, transformando-a em uma prática verdadeiramente científica (cf. HENRY [1990] 1997). A elaboração desse dispositivo – no qual a língua e o linguista ocupam um lugar de destaque – é demonstrativa, portanto, de um assentimento ao ideal da ciência.

Em relação a esse ponto, as elaborações tecidas por Pêcheux em 1969 aproximam-se mais uma vez das reflexões realizadas no ano de 1975. De acordo com as elaborações de Pêcheux e Fuchs em *A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas*, a evidência da leitura subjetiva – segundo a qual um

texto é, de forma biunívoca, associado a seu sentido – é uma ilusão constitutiva do efeito-sujeito em relação à linguagem. O dispositivo de análise automática do discurso delineado pelos autores em 1975 se propõe a atingir o nível dos processos discursivos e deve, de forma a possibilitar uma análise científica de tais processos, atravessar o efeito-sujeito.

O dispositivo discutido em 1975 privilegia a língua enquanto lugar a partir do qual a evidência da leitura subjetiva pode ser atravessada: “a AAD, que deseja ‘atravessar o efeito-sujeito’, deve aferir *onde* ela o atravessa *na língua*” (PÊCHEUX; FUCHS [1975] 1997, p. 174, destaques dos autores). Não reproduzir o efeito-sujeito através de uma “análise objetiva” é, segundo Pêcheux e Fuchs, uma “preocupação legítima”. Nesse sentido, considerar a língua uma base dotada de autonomia relativa fundamenta a abordagem não-ideológica do sentido proposta pelos autores em 1975. Em outras palavras, a distinção entre base linguística e processo discursivo é formulada em estreita vinculação com o propósito de evitar o recurso a um “semantismo implícito” (PÊCHEUX; FUCHS [1975] 1997, p. 173), de evitar cair no engodo do efeito subjetivo de leitura. Portanto, é na perspectiva de atravessar a ilusão constitutiva do efeito-sujeito que a língua é abordada como base material.

O ponto de partida do dispositivo de análise do discurso discutido por Pêcheux e Fuchs em 1975 é um *corpus* discursivo, um conjunto de textos de tamanho variável que remete a condições de produção consideradas estáveis. Assim, a análise não-subjetiva dos efeitos de sentido inclui uma fase de análise linguística, uma vez que os textos do *corpus* estarão articulados numa determinada língua. O dispositivo de análise automática do discurso deve evitar cair no engodo da evidência da leitura subjetiva, de forma a não se configurar como uma abordagem ideológica da questão do sentido. É nessa perspectiva que deve ser situada a proposta da preliminar análise linguística do *corpus* discursivo. Fica aqui configurada a perspectiva de que o analista de discurso deve delimitar e recortar segmentos de língua, de forma a abordar o processo discursivo

constitutivo do sentido. Ora, o que fica mobilizado na perspectiva segundo a qual é necessário fazer esse recorte, segundo a qual a análise do processo discursivo incide sobre segmentos de língua recortados pelo analista?

Os dispositivos de análise de 1969 e 1975 colocam em cena a perspectiva de que, de forma a abordar os processos discursivos constitutivos do sentido, é imprescindível uma etapa preliminar de trabalho com a língua: em 1969, reserva-se ao linguista um papel essencial no trabalho (de natureza linguística) a ser realizado na fase preliminar de registro, ao passo que em 1975 desponta a perspectiva de que o ponto de partida da análise discursiva é um *corpus* discursivo sobre o qual será realizado um trabalho linguístico. Evidencia-se aqui não só a distinção entre língua e processo discursivo, mas também a relevância da sistematicidade linguística na análise dos processos discursivos constitutivos do sentido. A base linguística, o fundo invariante da língua – em sua distinção com os processos discursivos – é um elemento fundamental numa abordagem do discurso que se pretende científica, isto é, que é marcada por um assentimento ao ideal da ciência.

1.3 – A semântica discursiva, a analogia e o valor linguístico

Importante na argumentação desenvolvida por Pêcheux, Haroche e Henry no texto *A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso* – argumentação que busca explicitar os fundamentos do que os autores chamam de “semântica discursiva” – é a ideia de que a semântica demanda uma “mudança de terreno ou de perspectiva” (PÊCHEUX; HAROCHE; HENRY [1971] 1990, p. 136, tradução minha ¹), uma vez que a Linguística – seja em nível dos conceitos produzidos, seja no âmbito da prática desenvolvida – não poderia recobrir completamente o campo da semântica. Ao longo do texto, os autores buscarão explicitar como seria possível conceber a

¹ Na versão em francês: “changement de terrain ou de perspective.”

mudança de terreno indicada, mudança considerada indispensável para um tratamento não-ideológico da questão do sentido.

Apesar de não haver no *Curso de Linguística Geral* uma discussão acerca da semântica, Pêcheux e seus colaboradores indicam que considerações relevantes acerca da questão do sentido podem ser tecidas uma vez que sejam abordados os conceitos de analogia e de valor (em sua diferença com a significação) assim como trabalhados no âmbito do *Curso*. De forma a abordar com cautela a argumentação desenvolvida pelos autores, deter-me-ei primeiramente nas considerações relativas à analogia, para em seguida abordar a questão do valor linguístico.

1.3.1 – A questão da analogia

No texto de 1971, Pêcheux, Haroche e Henry indicam que, na abordagem da analogia, Saussure retoma o modelo das proporções, a partir do qual seria possível explicar a aparição histórica de formas novas:

$$\begin{aligned} \text{réaction} : \text{réactionnaire} &= \text{répression} : x \\ x &= \text{répressionnaire} \end{aligned}$$

Entretanto, os autores indicam que o *Curso de Linguística Geral* inova quando dá lugar à afirmação de que “tudo é gramatical na analogia” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 192), ou de que a analogia “é inteiramente gramatical e sincrônica” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 193) – abordarei em breve o que está em jogo na noção de gramática assim como aparece no *Curso de Linguística Geral*. Segundo Pêcheux, Haroche e Henry, as considerações de Saussure indicam que a analogia não se relaciona apenas à questão da criação de uma forma nova, mas coloca também em cena a ideia de que “as unidades [da língua] não existem senão através da coesão do sistema de oposições e de

relações” (PÊCHEUX; HAROCHE; HENRY [1971] 1990, p. 137, tradução minha ²).

Em relação a esse ponto, os autores fazem a importante afirmação de que as articulações acerca da analogia presentes no *Curso* estabelecem uma “ponte” entre sincronia e diacronia. A nos guiarmos pela relevante indicação de Pêcheux, Haroche e Henry, as elaborações saussurianas acerca da analogia corresponderiam a um lugar privilegiado a partir do qual seria possível vislumbrar “a autonomia e interdependência do sincrônico e do diacrônico” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 103), ou seja, o fato de que “a relação que une ambas as coisas [um sistema estabelecido e sua evolução] é tão íntima que se faz difícil separá-las” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 16). A reflexão de Pêcheux, Haroche e Henry indica que as considerações saussurianas sobre a analogia permitiriam vislumbrar a relação de tensão entre a mudança da língua e a língua como sistema, relação que remete à “ponte” entre sincronia e diacronia mencionada pelos autores.

Entretanto, Pêcheux e seus colaboradores afirmam também que as elaborações saussurianas sobre a criação analógica colocam em cena a dialética do par liberdade / sistema: “Uma ponte é assim estabelecida entre sincronia e diacronia mas, ao mesmo tempo, é esboçada uma dialética à qual teremos que retornar, particularmente a propósito do par liberdade / sistema” (PÊCHEUX; HAROCHE; HENRY [1971] 1990, p. 137, tradução minha ³). Acerca da dialética aqui mencionada, os autores indicam que os pares “liberdade / restrição” e “criatividade / sistema” – pares que remetem à oposição entre a fala e a língua – possuem as propriedades circulares de um “par ideológico” (cf. PÊCHEUX; HAROCHE; HENRY [1971] 1990, p. 142 – tradução minha ⁴), no

² Na versão em francês: “les unités n’existent que par la cohésion du système des oppositions et des relations.”

³ Na versão em francês: “Un pont est ainsi établi entre synchronie et diachronie mais, en même temps, est esquissée une dialectique sur laquelle nous aurons à revenir, en particulier à propos du couple liberté / système.”

⁴ Na versão em francês: “couple idéologique”.

qual cada um dos termos pressupõe o outro. A mudança de terreno proposta pelos autores permitiria uma abordagem do sentido em ruptura com essa circularidade ideológica, portanto em ruptura com a “ideologia individualista e subjetivista da ‘criação’” (PÊCHEUX; HAROCHE; HENRY [1971] 1990, p. 142, tradução minha ⁵), e aponta para a determinação socio-histórica da significação. Determinação que despoja o falante de sua suposta liberdade criativa individual.

De forma a sustentar a ideia de que a criação analógica coloca em cena a dialética do par liberdade / sistema, os autores recuperam algumas afirmações do *Curso de Linguística Geral* que se seguem à indicação de que a analogia é de ordem gramatical, afirmações que, segundo os autores, colocariam em cena a referida dialética: 1- a analogia “supõe a consciência e a compreensão de uma relação que une as formas entre si. Enquanto a ideia nada representa no fenômeno fonético, sua intervenção se faz necessária em matéria de analogia” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 191-192); 2- “a criação, que lhe constitui o fim, só pode pertencer, de começo, à fala; ela é a obra ocasional de uma pessoa isolada” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 192). Segundo os autores, seria possível depreender destas afirmações que Saussure deixa aberta uma “porta” através da qual vão comparecer o formalismo e o subjetivismo. Junto a Haroche e Henry, Pêcheux indica que a raiz desse problema pode ser identificada no fato de que, de acordo com Saussure, a ideia seria inteiramente subjetiva e individual. Os autores indicam que se a intervenção da ideia se faz necessária no que se refere à analogia, deve-se necessariamente passar pela fala e o sujeito individual no que se refere à criação analógica.

É importante lembrar que no texto *Análise Automática do Discurso* Pêcheux indica que a oposição saussuriana entre a língua e a fala autoriza a reaparição do falante como unidade de intenções conscientes, em oposição ao sistema da língua. Assim,

⁵ Na versão em francês: “idéologie individualiste et subjectiviste de la ‘création’”.

entendo que é com o propósito de retomar de forma crítica esse suposto resíduo da oposição saussuriana entre língua e fala que Pêcheux, Haroche e Henry empreenderão em 1971 suas considerações críticas acerca da analogia assim como abordada no *Curso de Linguística Geral*. Discuti anteriormente os problemas que se colocam a partir da indicação de Pêcheux de que a fala saussuriana corresponderia a um lugar no qual comparece, em oposição à língua, a liberdade humana. Para que seja possível avaliar se é sustentável a posição defendida pelos autores no texto de 1971, segundo a qual as considerações acerca da analogia colocam em cena uma “ideologia individualista e subjetivista da ‘criação’” (PÊCHEUX; HAROCHE; HENRY [1971] 1990, p. 142, tradução minha ⁶), retomarei elementos da reflexão saussuriana acerca da analogia.

As considerações tecidas no *Curso de Linguística Geral* indicam que a criação analógica se sustenta na imitação regular de um modelo: “Uma forma analógica é uma forma feita à imagem de outra ou de outras, segundo uma regra determinada” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 187, destaque do autor). Um exemplo é fornecido:

$$\begin{aligned} oratorem : orator &= honorem : x \\ x &= honor \end{aligned}$$

Encontramos no *Curso* a indicação de que, em latim, a criação de *honor* é uma criação por analogia. Inicialmente se dizia *honos* : *honosem*, e em seguida, *honos* : *honorem*. Eis uma transformação fonética. O radical passou a ter, então, uma forma dupla a partir do momento em que se começou a usar *honos* : *honorem*. Tal dualidade foi eliminada pela forma nova *honor*, que foi criada a partir do modelo *orator* : *oratore*m. De forma a contrabalançar o efeito diversificante da transformação fonética (a partir da qual começaram a ser utilizadas as formas *honos* : *honorem*), a analogia unifica mais uma vez as formas e restabelece a regularidade (*honor* : *honorem*).

⁶ Na versão em francês: “idéologie individualiste et subjectiviste de la ‘création’”.

De acordo com as elaborações saussurianas, o fato analógico é um drama composto por três personagens: a unidade legítima (*honos*), o concorrente (*honor*) e uma personagem coletiva, constituída pelas formas que criaram esse concorrente (*honorem, orator, oratorem* etc.). A menção à personagem coletiva é fundamental, uma vez que “para explicar o aparecimento de *honor* em face de *honos*, cumpre invocar outras formas” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 192). É como uma conclusão acerca dessa discussão que se afirma que “tudo é gramatical na analogia” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 192).

Em relação a essa questão, pode ser relevante retomar aqui a reflexão saussuriana sobre a gramática. Segundo consta no *Curso de Linguística Geral*, há uma interpenetração da morfologia, da sintaxe e da lexicologia, interpenetração que se explica pela natureza idêntica de todos os fatos de sincronia: não há, entre tais fatos, limites dados de antemão. De acordo com o *Curso*, as divisões tradicionais da gramática podem ter uma utilidade prática, mas não correspondem a distinções naturais e não estão unidas por um vínculo lógico. Portanto, a gramática deve se edificar sobre “um princípio diferente e superior” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 158). De acordo com a argumentação desenvolvida no *Curso*, “Somente a distinção [...] entre as relações sintagmáticas e as relações associativas sugere um modo de classificação que se impõe por si mesmo, o único que se pode pôr como base do sistema gramatical” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 158). Assim, na base de um sistema gramatical encontra-se o “princípio superior” relativo ao funcionamento da língua no eixo associativo e no eixo sintagmático, funcionamento que sustenta a interpenetração entre morfologia, sintaxe e lexicologia: “Qualquer ponto de Gramática mostraria a importância de estudar cada questão desse duplo ponto de vista” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 158). Portanto, a indicação de que “tudo é gramatical na analogia” aponta para o fato de que, na criação analógica, é a diferença na ordem própria da língua que está em cena, diferença que se desdobra nos eixos sintagmático e associativo.

Encontramos no *Curso de Linguística Geral* a afirmação de que “A analogia nos ensina, portanto, uma vez mais, a separar a língua da fala [...]; ela nos mostra a segunda como dependente da primeira e nos faz tocar com o dedo o jogo do mecanismo linguístico, tal como descrito na p. 150 s.” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 192). O mecanismo linguístico ao qual se faz referência nessa passagem corresponde ao funcionamento simultâneo dos agrupamentos associativos e sintagmáticos. Assim, a separação entre a língua e a fala, à qual nos conduz o fenômeno da analogia, coloca em cena a perspectiva de que não há fala sem língua, sem o funcionamento do mecanismo linguístico nos eixos sintagmático e associativo. É nesse sentido que, segundo consta no *Curso*, “Toda criação deve ser precedida de uma comparação inconsciente dos materiais depositados no tesouro da língua, onde as formas geradoras se alinham de acordo com suas relações sintagmáticas e associativas” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 192).

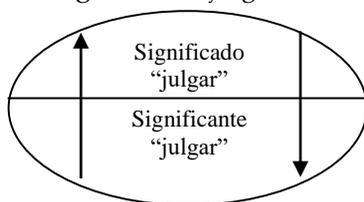
Vimos que, de forma a sustentar o posicionamento segundo o qual as considerações saussurianas sobre a analogia colocariam em cena a perspectiva de uma dialética entre sistema e liberdade, Pêcheux, Haroche e Henry ([1971] 1990) recuperam a indicação presente no *Curso* de que a criação analógica pertence inicialmente à fala, sendo a obra ocasional de uma pessoa isolada. Entretanto, é importante recuperar aqui a distinção, traçada imediatamente após a afirmação de que a analogia é obra ocasional de uma pessoa isolada, entre “a compreensão da relação que une as formas geradoras entre si” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 192) e “o resultado sugerido pela comparação, a forma improvisada pelo falante para a expressão do pensamento” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 192). Segundo consta no *Curso*, apenas esse resultado pertence à fala. Reencontramos aqui as indicações fornecidas por Lemos no texto *Língua e Discurso na teorização sobre aquisição de linguagem*, segundo as quais “o indivíduo está sempre sujeito a um funcionamento da língua” (LEMOS, 1995b, p. 15): qualquer que seja o nível de estratificação considerado – do fonema à

combinação de frases em enunciados –, está sempre em cena uma relação do falante com a língua.

Portanto, a reflexão acerca da analogia desenvolvida no *Curso* aponta para a existência de uma criação que, ao contrário do que afirmam Pêcheux, Haroche e Henry no texto de 1971, não remete à liberdade do falante, mas antes à “comparação inconsciente dos materiais depositados no tesouro da língua, onde as formas geradoras se alinham de acordo com suas relações sintagmáticas e associativas” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 192). Em consonância com a indicação fornecida por Lemos de que a imprevisibilidade pode ser entendida como efeito da diferença na língua, as considerações sobre a analogia presentes no *Curso de Linguística Geral* nos permitem vislumbrar a perspectiva segundo a qual a criação analógica pode ser considerada uma criação que não é feita senão a partir das possibilidades fornecidas pela língua, que não pede mais que a diferença.

1.3.2 – A questão do valor linguístico

Segundo Pêcheux, Haroche e Henry, o elemento central das elaborações de Saussure acerca da distinção entre valor e significação refere-se à ideia de que “o valor domina a significação” (PÊCHEUX; HAROCHE; HENRY [1971] 1990, p. 138, tradução minha ⁷). De forma a fundamentar sua argumentação, os autores retomam algumas afirmações encontradas no *Curso de Linguística Geral*, dentre elas as considerações sobre o signo linguístico que uniria, em português, o significado *julgar* ao significante *julgar*:



⁷ Na versão em francês: “la valeur domine la signification”.

[...] em português um conceito “julgar” está unido à imagem acústica *julgar*; numa palavra, simboliza a significação; mas, bem entendido, esse conceito nada tem de inicial, não é senão um valor determinado por suas relações com outros valores semelhantes, e sem eles a significação não existiria. Quando afirmo simplesmente que uma palavra significa alguma coisa, quando me atenho à associação da imagem acústica com o conceito, faço uma operação que pode, em certa medida, ser exata e dar uma ideia da realidade; mas em nenhum caso exprime o fato linguístico na sua essência e na sua amplitude. (SAUSSURE [1916] 1974, p. 136)

Em relação à reflexão colocada em cena nessa passagem, reflexão retomada por Pêcheux, Haroche e Henry no texto de 1971, torna-se relevante perguntar se as articulações acerca do valor linguístico no *Curso* poderiam ser tomadas como lugar a partir do qual a representação do signo linguístico como unidade bifacial, que pressupõe uma relação de reciprocidade entre significante e significado, ficaria confrontada com um impasse... A esse respeito, é possível encontrar no *Curso* a ideia de que o valor linguístico demonstra que é uma grande ilusão considerar um termo apenas como a união de um significante e um significado, uma vez que considerá-lo assim seria isolá-lo do sistema; é necessário, antes, partir da totalidade solidária para daí obter os elementos que o sistema encerra (cf. SAUSSURE [1916] 1974, p. 132).

A subordinação da significação ao valor constitui, segundo Pêcheux, Haroche e Henry, o núcleo da ruptura saussuriana, e configura-se como um elemento capital no questionamento realizado por Saussure à concepção de língua como nomenclatura. De acordo com os autores, tal subordinação mantém uma íntima relação com a abordagem da língua como sistema, e possibilita a elaboração de uma teoria geral da língua que permite a abordagem das particularidades fonológicas, morfológicas e sintáticas de uma língua específica. Mas e a semântica? Segundo os autores, se a ruptura saussuriana abre caminho para a fonologia, a morfologia e a sintaxe, ela deixa fora de seu campo uma parte considerável da semântica.

De acordo com a argumentação desenvolvida por Pêcheux, Haroche e Henry, as articulações saussurianas sobre a analogia – que supostamente colocariam em cena a perspectiva de uma “ideologia individualista e subjetivista da ‘criação’” (PÊCHEUX; HAROCHE; HENRY [1971] 1990, p. 142, tradução minha ⁸) – seriam dissonantes em relação à ruptura engendrada pela subordinação da significação ao valor. Tal subordinação tem, segundo os autores, o efeito de impedir o retorno ao sujeito individual, quando se trata da língua. Na seção anterior, questionei o argumento desenvolvido por Pêcheux e seus colaboradores segundo o qual as considerações saussurianas acerca da analogia colocariam em cena o par liberdade / sistema. Esse questionamento permite que a seguinte pergunta seja feita: é possível sustentar, como o fazem os autores no texto de 1971, que as considerações acerca da analogia são dissonantes em relação à subordinação da significação ao valor, uma vez que, de acordo com a reflexão desenvolvida no *Curso de Linguística Geral*, a criação analógica se sustenta nas possibilidades fornecidas pela língua, que não pede mais que a diferença? Por ora, o que interessa destacar aqui é que, na argumentação desenvolvida por Pêcheux, Haroche e Henry no texto de 1971, o valor linguístico sustenta a possibilidade de abordar o sujeito para além de uma individualidade livre e criadora, isto é, a possibilidade de abordar uma incidência da subjetividade que se define por sua determinação socio-histórica. A subordinação da significação ao valor corresponde a um elemento fundamental no questionamento dos autores à perspectiva de uma “liberdade individual e criativa”.

De acordo com Pêcheux, Haroche e Henry, se a delimitação da língua como objeto de estudo da Linguística – delimitação que mantém uma relação íntima com o conceito de valor linguístico – teve um papel relevante na constituição dos estudos em fonologia, morfologia e sintaxe, por outro lado houve um movimento em

⁸ Na versão em francês: “idéologie individualiste et subjectiviste de la ‘création’”.

direção a adotar o mesmo modelo de trabalho no terreno da semântica. Em relação a esse ponto, os autores criticarão os trabalhos em semântica desenvolvidos a partir do modelo fornecido pela fonologia, indicando que essa transposição coloca em cena a existência de um universo imanente de significação: assim como os fonemas se manifestam por uma série de traços distintivos, a significação global de uma unidade significativa seria supostamente decomponível em semas, elementos de significação ou componentes semânticos.

Segundo os autores, é importante examinar em que se sustenta o paralelismo entre estrutura semântica e estrutura fonológica. O que garante sua sustentação é, de acordo com a reflexão realizada no texto de 1971, a anulação da distinção entre valor e significação. Na semântica concebida a partir do modelo da fonologia, “não é mais de *valores* que se trata, mas de *significações*” (PÊCHEUX; HAROCHE; HENRY [1971] 1990, p. 143, destaques dos autores, tradução minha ⁹). De acordo com os autores, a anulação da distinção entre valor e significação engendra, no âmbito da semântica que se configura em consonância com o modelo fornecido pela fonologia, a miragem ideológica da significação imanente.

Miragem da qual a semântica discursiva proposta por Pêcheux, Haroche e Henry manter-se-á afastada. Os autores indicam que se por um lado componentes sociais e literários não estão ausentes dos domínios fonológico, morfológico e sintático, não se pode perder de vista que tais componentes não são senão propriedades secundárias, que não interessam à teoria geral. Por outro lado, “a ligação que conecta as ‘significações’ de um texto às condições socio-históricas deste texto não é em absoluto secundária, mas constitutiva das significações elas mesmas” (PÊCHEUX; HAROCHE; HENRY [1971] 1990, p. 141, destaque dos autores, tradução minha

⁹ Na versão em francês: “ce n’est plus de *valeurs* qu’il s’agit mais des *significations*.”

¹⁰). Segundo os autores, se a ruptura saussuriana sustenta a instauração da fonologia, da sintaxe e da morfologia, ela deixa fora de seu campo uma grande parte da semântica, uma vez que a abordagem da questão do sentido demanda a consideração da exterioridade correspondente às condições socio-históricas de produção de um texto.

Na semântica discursiva proposta por Pêcheux, Haroche e Henry, trata-se então de abordar o sentido a partir da subordinação da significação ao valor (assim como delineada no *Curso de Linguística Geral*) e em ruptura com a perspectiva de uma significação imanente. A noção de valor desponta como elemento essencial na abordagem do sentido proposta pelos autores, abordagem que toma como referência o fato de que as condições socio-históricas de um texto são constitutivas das significações. Portanto, e num paradoxo aparente, ater-se à ordem própria da língua é um elemento central na abordagem da própria exterioridade constitutiva do sentido. No âmbito da semântica discursiva, colocar em destaque a significação em sua relação com as condições socio-históricas de um texto demanda que se leve em consideração a ordem própria da língua.

A reflexão sobre a argumentação desenvolvida em 1971 por Pêcheux, Haroche e Henry permite vislumbrar um vínculo entre a ruptura saussuriana fundadora da Linguística e a semântica discursiva proposta pelos autores. Nesse sentido, o conceito de valor desponta como fundamental para a “mudança de terreno ou de perspectiva” discutida no texto, mudança que, questionando a perspectiva de uma “subjetividade livre” e de uma “significação imanente”, se propõe a abordar a determinação socio-histórica do sentido.

Segundo os autores, um dos elementos que justificam a subordinação da significação ao valor refere-se ao fato de que,

¹⁰ Na versão em francês: “*le lien qui relie les ‘significations’ d’un texte aux conditions socio-historiques de ce texte n’est nullement secondaire, mais constitutif des significations elles-mêmes.*”

segundo consta no *Curso*, “Se as palavras estivessem encarregadas de representar os conceitos dados de antemão, cada uma delas teria, de uma língua para outra, correspondentes exatos para o sentido; mas não ocorre assim” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 135). De acordo com Pêcheux, Haroche e Henry, a despeito do fato de que este argumento coloca questões para as teorias sobre a tradução, interessa aos autores destacar os “problemas de tradução” existentes no interior de uma mesma língua, uma vez que “as palavras podem mudar de sentido segundo as posições daqueles que as empregam” (PÊCHEUX; HAROCHE; HENRY [1971] 1990, p. 140, destaque dos autores, tradução minha ¹¹).

A perspectiva delineada pelos autores – qual seja, abordar o sentido levando em consideração as posições daqueles que tomam a palavra – não implica em uma abordagem das diferenças fonológicas, morfológicas e sintáticas que estão em jogo em diferentes classes ou camadas sociais, diferenças que são estudadas no âmbito da Sociolinguística – campo no qual a abordagem da diferença linguística se realiza em detrimento dos aspectos semânticos. Na mudança de terreno proposta pelos autores, não se trata de relacionar os discursos a subsistemas da língua. A diferença que interessa a Pêcheux, Haroche e Henry não é linguística, uma vez que ela não se refere às particularidades fonológicas, morfológicas e sintáticas da língua no âmbito de classes sociais específicas, mas sim às posições daqueles que tomam a palavra. Delineia-se aqui a perspectiva segundo a qual a língua se configura como base, como fundo invariante sobre o qual se desenrolam os processos discursivos que constituem o sentido, e que se articulam às posições daqueles que tomam a palavra.

Tal perspectiva é colocada em cena na definição de formação discursiva apresentada pelos autores. As formações discursivas, que correspondem a componentes das formações ideológicas,

¹¹ Na versão em francês: “*les mots peuvent changer de sens selon les positions tenues par ceux qui les emploient.*”

[...] determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada: o ponto essencial aqui é que *não se trata apenas da natureza das palavras empregadas, mas também (e sobretudo) de construções nas quais essas palavras se combinam*, na medida em que elas determinam a significação que essas palavras assumem: como nós o indicamos no início, as palavras mudam de sentido segundo as posições assumidas por aqueles que as empregam; pode-se precisar agora: as palavras “mudam de sentido” passando de uma *formação discursiva* a uma outra. (PÊCHEUX; HAROCHE; HENRY [1971] 1990, p. 148, destaques dos autores, tradução minha ¹²)

Pêcheux, Haroche e Henry afirmam que a semântica que poderia descrever de forma científica uma formação discursiva e a passagem de uma formação a outra não poderia se restringir a uma semântica lexical ou gramatical, mas deve incidir sobre os processos que regem o agenciamento de termos em uma sequência discursiva, e isso em função das condições nas quais essa sequência é produzida. Nesse sentido, a semântica discursiva deve estar atenta à relação entre esses processos de agenciamento e as condições nas quais o discurso é produzido.

O conceito de formação discursiva encontra-se articulado, na reflexão desenvolvida por Pêcheux, Haroche e Henry, ao valor linguístico, elemento que, segundo os autores, corresponde ao núcleo da ruptura saussuriana, e que permite a instauração da abordagem da língua como sistema regido por leis fonológicas,

¹² Na versão em francês: “[...] déterminent *ce qui peut et doit être dit* (articulé sous la forme d’une harangue, d’un sermon, d’un pamphlet, d’un exposé, d’un programme, etc.) à partir d’une position donnée dans une conjoncture donnée : le point essentiel ici est *qu’il ne s’agit pas seulement de la nature des mots employés, mais aussi (et surtout) des constructions dans lesquelles ces mots se combinent*, dans la mesure où elles déterminent la signification que prennent ces mots: comme nous l’indiquions en commençant, les mots changent de sens selon les positions tenues par ceux que les emploient; on peut préciser maintenant: les mots ‘changent de sens’ en passant d’une *formation discursive* à une autre.”

morfológicas e sintáticas. Entretanto, se o valor linguístico ocupa na reflexão feita pelos autores um lugar de destaque, ele pode ser explorado numa direção diferente, qual seja, aquela referente à necessária exclusão de um elemento para que a Linguística se configure como ciência no sentido moderno. Refletir sobre essa questão permitirá avançar em nossa discussão acerca da abordagem de língua que, no percurso teórico de Pêcheux, privilegia a sistematicidade fonológica, morfológica e sintática da base linguística, possuidora de uma autonomia relativa.

1.3.3 – Valor e exclusão da singularidade na Linguística

De forma a abordar a questão relativa à exclusão necessária de um elemento para que a Linguística se configure como ciência, gostaria de retomar o argumento de Lemos segundo o qual há, no âmbito da Linguística enquanto ciência galileana, a necessidade de excluir “a singularidade de um corpo que fala” (LEMOS, 1995b, p. 18), exclusão esta que Saussure tenta realizar através da dicotomia língua vs. fala. Em relação a essa exclusão necessária, gostaria também de mencionar um elemento da argumentação desenvolvida por Jean-Claude Milner em *O amor da língua*. Acerca do fato de que o signo saussuriano assume identidade apenas a partir das relações estabelecidas com outros signos, Milner fornece uma indicação digna de nota: o signo representa para outros signos – eis o que o seu caráter diferencial coloca em destaque –, e isso permite traçar uma distinção com o significante laciano, que representa o sujeito para outro significante. Segundo Milner, o caráter diferencial do signo assegura uma sutura, uma vez que o signo “é construído de forma que seja foracluído o sujeito, cuja insistência e fracasso repetido circunscrevem o Um de cada um dos significantes em sua relação com um outro, e conferem a todos o Um-por-Um que os estrutura

como cadeia” (MILNER, 1978, p. 87, tradução minha ¹³). Portanto, o caráter diferencial do signo saussuriano dá lugar, segundo Milner, a uma forclusão do sujeito do significante, correspondendo assim a um ponto no qual é possível vislumbrar, no âmbito da Linguística, a exclusão da “singularidade de um corpo que fala” mencionada por Lemos (1995b, p. 18), ou o que Jacques Lacan (no texto *A ciência e a verdade*) chama de forclusão da verdade como causa material no âmbito da ciência.

Para que seja possível refletir sobre o valor linguístico em relação à questão da exclusão da singularidade no campo da Linguística, e de forma a recolher elementos para nossa discussão acerca da língua na Análise do Discurso forjada por Michel Pêcheux, gostaria de retomar elementos da reflexão saussuriana sobre a delimitação das entidades concretas da língua, assim como a discussão realizada por Lemos (no texto *Da morte de Saussure o que se comemora?*) acerca do problema da delimitação. De acordo com a argumentação desenvolvida no *Curso de Linguística Geral*, os dois princípios em jogo na questão da delimitação das entidades da língua anunciam um impasse: se o primeiro princípio indica que “A entidade linguística só existe pela associação do significante e do significado” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 119), o segundo afirma que “A entidade linguística não está completamente determinada enquanto não esteja *delimitada*, separada de tudo o que a rodeia na cadeia fônica” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 120, destaque do autor). Esse impasse pode também ser vislumbrado na discussão acerca do aspecto conceitual do valor, na qual se menciona o “aspecto paradoxal da questão” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 133): por um lado, o significado desponta como a contraparte do significante no que se refere ao signo tomado como unidade bifacial; por outro, este signo é, ao mesmo tempo, a contraparte de outros signos do sistema.

¹³ Na versão em francês: “il est construit en sorte que soit forclos le sujet, dont l’insistance et la chute répétée cernent le Un de chacun des signifiants dans sa relation avec un autre, et confèrent à tous le Un-par-Un qui les structure comme chaîne.”

Em relação a esse impasse, é importante indicar que se por um lado a reflexão sobre o valor (realizada separadamente no que se refere ao significante e no que se refere ao significado) indica que “na língua há apenas diferenças *sem termos positivos*” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 139, destaque do autor), o signo considerado em sua totalidade corresponderia, na argumentação desenvolvida no *Curso*, a uma entidade positiva: “dizer que na língua tudo é negativo só é verdade em relação ao significante e ao significado tomados separadamente: desde que consideremos o signo em sua totalidade, achamo-nos perante uma coisa positiva em sua ordem” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 139). Ao discutir o signo considerado em sua totalidade, Saussure realiza um deslocamento que parte da diferença e vai em direção à oposição: “dois signos que comportam cada qual um significado e um significante não são diferentes, são somente distintos. Entre eles existe apenas *oposição*” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 140, destaque do autor). Portanto, a atribuição de uma positividade ao signo vem acompanhada de um deslocamento em direção à oposição, em detrimento da diferença. Desenha-se aqui uma distinção importante: se a oposição remete à positividade do signo considerado em sua totalidade, a diferença aponta para a negatividade do significado e do significante considerados isoladamente.

Em relação ao problema da delimitação das unidades da língua, gostaria de recuperar uma afirmação encontrada no *Curso* e também incluída por Lemos no texto *Da morte de Saussure o que se comemora?*:

Quando ouvimos uma língua desconhecida, somos incapazes de dizer como a sequência de sons deve ser analisada; é que essa análise se torna impossível se se levar em conta somente o aspecto fônico do fenômeno linguístico. Mas quando sabemos que significado e que papel cumpre atribuir a cada parte da sequência, vemos então tais partes se desprenderem umas das outras, e a fita amorfa partir-se em fragmentos; ora, essa análise não tem nada de material. (SAUSSURE [1916] 1974, p. 120)

Segundo Lemos, confrontado com a questão da delimitação das entidades da língua, o primeiro passo de Saussure é desfazer a própria unidade do signo, fazendo das significações a tesoura que corta a fita amorfa (cf. LEMOS, 1995a, p. 47). A autora recupera a argumentação de Saussure segundo a qual, para que seja possível delimitar as unidades numa cadeia fônica, “cumpre apelar para as significações” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 120), cumpre desfazer a unidade do signo e recorrer ao significado. Entretanto, Lemos acrescenta a instigante ideia de que a significação não serve de tesoura para quem não conhece a língua, “o que coloca em cena um sujeito que, antes que portador de uma significação prévia ou externa à língua, já a habita e é a própria tesoura” (LEMOS, 1995a, p. 48).

O ponto a ser destacado dessa discussão é a indicação de Lemos segundo a qual o valor “exclui a relação do sujeito com a língua que está na origem da reflexão de Saussure sobre a delimitação” (LEMOS, 1995a, p. 49). A autora afirma que, confrontado com a opção entre “salvar o significado como face do signo / unidade indissolúvel e submeter a significação ao valor como relação entre significantes, Saussure opta pela primeira saída” (LEMOS, 1995a, p. 50): como vimos, a discussão acerca do valor realizada no *Curso* termina com a indicação de que o signo considerado em sua totalidade – isto é, como lugar de uma relação recíproca entre significante e significado – corresponde a uma entidade positiva, em oposição a outras entidades.

É possível vislumbrar na argumentação de Lemos a perspectiva, desenvolvida por Milner em *O amor da língua*, segundo a qual o signo saussuriano assegura uma sutura, uma vez que ele representa para outros signos, tendo sido forjado de forma a foracluir o sujeito. Se, de acordo com a reflexão de Milner, o signo saussuriano foraclui o sujeito, é na medida em que o valor salva o signo como unidade indissolúvel, em que o valor não é abordado como “relação entre significantes”.

Contudo, não é sem importância que Lemos aponte para uma “encruzilhada”, uma “escolha” colocada em cena a partir do

problema relativo à delimitação das entidades da língua: por um lado, salvar o significado como face do signo enquanto unidade indissolúvel; por outro lado, “Submeter a significação ao valor como relação entre significantes, deslocando-a para a relação entre sujeito e significante” (LEMOS, 1995a, p. 50). De acordo com Lemos, Saussure opta pela primeira alternativa – e entendo que essa opção encontra-se em íntima relação com o fato de que o valor “exclui a relação do sujeito com a língua que está na origem da reflexão de Saussure sobre a delimitação” (LEMOS, 1995a, p. 49). Entretanto, se Saussure “opta” por não submeter a significação ao valor como relação entre significantes, mas sim por salvar o significado como face da unidade indissolúvel do signo, a “opção” feita por Saussure não abole a encruzilhada aberta pelas elaborações presentes no *Curso de Linguística Geral*.

No que se refere ao valor linguístico, é relevante contrastar as considerações feitas por Pêcheux, Haroche e Henry no texto *A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso* com aquelas tecidas por Lemos no texto *Da morte de Saussure o que se comemora?*. Na reflexão desenvolvida por Pêcheux e seus colaboradores, a subordinação da significação ao valor – subordinação que mantém uma relação estreita com a abordagem da língua como sistematicidade fonológica, morfológica e sintática – é considerada de forma a possibilitar uma discussão sobre a constituição socio-histórica do sentido no âmbito de uma formação discursiva. Por sua vez, Lemos aponta para os impasses referentes à teoria do valor e à questão da delimitação de unidades da língua, e indica que a teoria do valor “exclui a relação do sujeito com a língua que está na origem da reflexão de Saussure acerca da delimitação” (LEMOS, 1995a, p. 49). Entretanto, a argumentação de Lemos aponta também para a possibilidade – autorizada pelas próprias elaborações tecidas no *Curso* – de uma submissão da significação ao valor considerado na condição de “relação entre significantes” (LEMOS, 1995a, p. 50).

O contraste aqui apontado entre a reflexão de Pêcheux, Haroche e Henry e aquela desenvolvida por Lemos faz com que

seja necessário considerar por um instante as considerações de Jacques Lacan no texto *A Instância da Letra no inconsciente ou a razão desde Freud*, no qual a discussão acerca do signo saussuriano dá lugar a reflexões fundamentais. Discutir o texto de Lacan permitirá prosseguir em nossa reflexão sobre a abordagem de língua que, no percurso teórico de Pêcheux, dá destaque à sistematicidade fonológica, morfológica e sintática da base linguística, possuidora de uma autonomia relativa. Tal reflexão fornecerá também elementos para que a seguinte questão seja posteriormente abordada: as vicissitudes sofridas pela língua ao longo do percurso de Pêcheux correspondem a um efeito do atravessamento da Análise do Discurso pela teoria psicanalítica?

1.4 – Lacan e o signo saussuriano

Em *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud*, Lacan refere-se ao advento da Linguística científica afirmando que ela se sustenta (assim como toda ciência moderna) num algoritmo que a funda. Lacan apresenta então o signo que, embora não apareça no *Curso de Linguística Geral* na forma apresentada pelo psicanalista, deve segundo ele ser atribuído a Ferdinand de Saussure:

S
s

Segundo Lacan, esse algoritmo deve ser lido da seguinte forma: “significante sobre significado, correspondendo o ‘sobre’ à barra que separa as duas etapas” (LACAN [1957] 1998, p. 500). A menção a uma “barra” que separa “duas etapas” é fundamental, uma vez que indica que não há relação de reciprocidade entre significante e significado. Nesse sentido, a perspectiva segundo a qual o significante representa o significado é, de acordo com Lacan, uma ilusão, uma vez que “o significante, por sua natureza, sempre se antecipa ao sentido, desdobrando como que adiante dele sua dimensão” (LACAN [1957] 1998, p. 505). Há, portanto, um fator

temporal em jogo, pois não há significado anterior ao significante: o significado é efeito da articulação significante. O que está em cena aqui é uma primazia do significante sobre o significado.

A “barreira resistente à significação” (LACAN [1957] 1998, p. 500) é um elemento que possibilita vislumbrar a primazia do significante em relação ao significado, ou seja, o fato de que o significado só advém como efeito do funcionamento do significante. Segundo Lacan, é possível dizer que “é na cadeia do significante que o sentido *insiste*, mas que nenhum dos elementos da cadeia *consiste* na significação de que ele é capaz nesse mesmo momento” (LACAN [1957] 1998, p. 506, destaques do autor).

Lacan critica a perspectiva segundo a qual só seria possível depreender do algoritmo S/s um paralelismo entre o termo superior e o termo inferior. Em relação a esse ponto, gostaria de retomar um elemento proveniente do *Curso de Linguística Geral*. No momento em que o signo considerado em sua totalidade (um elemento positivo em oposição a outros elementos) é contrastado com o significante e o significado considerados isoladamente (puramente diferenciais e negativos), afirma-se que

Conquanto o significado e o significante sejam considerados, cada qual à parte, puramente diferenciais e negativos, sua combinação é um fato positivo; é mesmo a única espécie de fatos que a língua comporta, pois o próprio da instituição linguística é justamente manter o paralelismo entre essas duas ordens de diferenças. (SAUSSURE [1916] 1974, p. 140)

Fica aqui indicado que se a consideração do signo como unidade indissolúvel (em oposição a outros signos) se articula à perspectiva de um paralelismo entre as duas ordens de diferenças, levar em consideração o significado e o significante isoladamente – ou seja, colocar em destaque a diferença – aponta para a dimensão de uma ausência de paralelismo, justamente aquela recuperada por Lacan no texto sobre o qual agora refletimos.

Um elemento central na argumentação de Lacan ([1957] 1998) refere-se ao fato de que “a estrutura do significante está, como se diz comumente da linguagem, em ele estar articulado” (p. 504). Lacan afirma que as unidades dessa estrutura se reduzem a “elementos diferenciais últimos” (p. 504), e que tais elementos – descoberta decisiva da Linguística – correspondem aos fonemas, em relação aos quais deve-se buscar “o sistema sincrônico dos pareamentos diferenciais necessários ao discernimento dos vocábulos numa dada língua” (p. 504). Entendo que, na argumentação desenvolvida pelo psicanalista, o fonema pode ser considerado em sua dimensão de significante, dimensão que remete a um sistema sincrônico de pareamentos diferenciais. A dimensão do significante coloca em cena a diferença, não havendo significante que não esteja articulado com outro. E, a nos guiarmos pela reflexão de Lacan, a diferença em nível do significante implica numa “precipitação de sentido” (p. 503).

No texto que ora consideramos, Lacan refere-se às elaborações de Roman Jakobson acerca de duas grandes formas de afasias, e afirma que os déficits daí decorrentes se distribuem segundo “as duas vertentes do efeito significante do que aqui chamamos de letra, na criação da significação” (LACAN [1957] 1998, p. 498). Essa afirmação coloca em cena um elemento essencial na reflexão de Lacan: o efeito significante na criação da significação se desdobra em duas vertentes distintas. Tais vertentes remetem aos eixos sintagmático e associativo assim como abordados por Saussure no *Curso de Linguística Geral*.

Vale lembrar que a reflexão desenvolvida por Saussure acerca dos eixos sintagmático e associativo corresponde a um lugar em que, segundo argumentação desenvolvida por Lemos (1995b), comparece um elemento excluído do âmbito da Linguística. Como vimos, a autora indica que Saussure exclui da língua o que pertence à fala, mas “o que é excluído retorna como indagação sobre o espaço livre que a língua deixa para o ‘próprio da fala’” (p. 12). Segundo Lemos, esse retorno se dá exatamente quando Saussure aborda a diferença – “termo primitivo da teoria

do valor” (p. 13) – em seu funcionamento nos eixos sintagmático e associativo. A reflexão de Lemos nos permite vislumbrar um impasse na dicotomia língua vs. fala, a partir do qual desponta a perspectiva de que “o indivíduo está sempre sujeito a um funcionamento da língua” (LEMOS, 1995b, p. 15).

Portanto, as reflexões empreendidas no *Curso de Linguística Geral* indicam que não há fala sem língua. Essa indicação não deixa de estar presente na reflexão realizada por Jacques Lacan. A esse respeito, ganha relevância a afirmação de que “para-além dessa fala, é toda a estrutura da linguagem que a experiência psicanalítica descobre no inconsciente” (LACAN [1957] 1998, p. 498). Vislumbramos na argumentação de Lacan a linguagem como estrutura que se define pelo funcionamento do significante em duas vertentes distintas. E cabe acrescentar que se Saussure indica que não há fala sem língua, a reflexão empreendida por Lacan permite dizer que não há fala sem linguagem, sem o funcionamento do significante ao longo do eixo sintagmático – recuperado por Lacan ([1957] 1998) como o “de *palavra em palavra*” (p. 509, destaque do autor) no qual se apoia a metonímia – e do eixo associativo – retomado pelo psicanalista como o “*Uma palavra por outra*” (p. 510, destaque do autor) enquanto fórmula da metáfora.

A reflexão empreendida por Lacan no texto que ora discutimos aponta para uma íntima relação entre inconsciente e linguagem ou, mais precisamente, para o fato de que o inconsciente tem estrutura de linguagem. O inconsciente não é nem o “primordial” nem o “instintivo”: “de elementar, conhece apenas os elementos do significante” (LACAN [1957] 1998, p. 526). Segundo Lacan, a tópica do inconsciente se define pelo algoritmo S/s. Entretanto,

[...] o S e o s do algoritmo saussuriano não estão no mesmo plano, e o homem se enganaria ao se crer situado no eixo comum a ambos, que não está em parte alguma.

Isso, pelo menos até Freud haver feito sua descoberta. Pois, se o que Freud descobriu não é exatamente isso, não é nada. (LACAN [1957] 1998, p. 521-522)

A reflexão desenvolvida em *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud* indica que as manifestações nomeadas por Lacan ([1957-1958] 1999) de “formações do inconsciente” são formações de linguagem: os sonhos, os lapsos, os atos falhos, os sintomas e os chistes colocam em cena a estrutura da cadeia significante, o funcionamento do significante na metáfora e na metonímia, que exerce seus efeitos à revelia da consciência. Segundo Lacan,

Os livros que podemos dizer canônicos em matéria de inconsciente – a *Traumdeutung*, a *Psicopatologia da vida cotidiana* e *O chiste (Witz) em suas relações com o inconsciente* – não passam de um tecido de exemplos cujo desenvolvimento se inscreve nas fórmulas de conexão e substituição (LACAN [1957] 1998, p. 526)

Os livros citados por Lacan – lugares da reflexão freudiana acerca dos sonhos, dos lapsos e dos chistes – correspondem a um “tecido de exemplos” que coloca em cena justamente a estrutura da linguagem constitutiva do sujeito, sujeito que desponta em sua singularidade justamente onde um ato falho irrompe como surpresa. A nos guiarmos pela reflexão de Lacan, a descoberta do inconsciente por Freud desvela o funcionamento da estrutura do significante na determinação do sujeito.

Como indiquei anteriormente, acredito ser possível estabelecer uma certa relação entre o “não há fala sem língua” que é possível depreender da argumentação desenvolvida no *Curso de Linguística Geral* e a reflexão empreendida por Lacan no texto *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud*, a partir da qual desponta a estrutura da linguagem que constitui o inconsciente, lugar do funcionamento do significante na metáfora e na metonímia. É fundamental não perder de vista que a estrutura da linguagem que aqui vislumbramos admite lugar para

um sujeito, para a “singularidade de um corpo que fala” (LEMOS, 1995b, p. 18), singularidade que, para que a Linguística se configure como ciência no sentido moderno, deve ser excluída.

1.5 – Pêcheux, Saussure, Lacan

A partir da reflexão realizada neste capítulo, foi possível vislumbrar que, num determinado momento do percurso teórico de Michel Pêcheux, dá-se destaque à língua na condição de possuidora de uma autonomia relativa, regida por leis fonológicas, morfológicas e sintáticas. Como vimos, essa abordagem da língua corresponde a um elemento essencial na mudança de terreno proposta por Pêcheux, uma vez que lhe permite teorizar sobre um funcionamento que não é integralmente linguístico, e que remete justamente à dimensão da particularidade do discurso. Se a língua é, ao longo do percurso do autor, “condição *material* de base do discurso” (LEITE, 1994, p. 137, destaque da autora), o que se destaca na abordagem de língua que discutimos neste capítulo é a ênfase dada à sistematicidade regida por leis abordáveis no âmbito da Linguística, sistematicidade que corresponde ao lugar material no qual se desdobram os processos discursivos constitutivos do sentido. Como vimos, essa abordagem da língua não deixa de vir acompanhada de um assentimento ao ideal da ciência, a partir do qual configura-se a perspectiva de um registro “regrado” e “automatizado” da superfície discursiva e de uma análise “automática” do material registrado com vistas a abordar o processo discursivo. Essa análise opera sobre segmentos de língua recortados pelo analista, isto é, sobre um *corpus* linguístico.

A reflexão desenvolvida por Pêcheux, Haroche e Henry no texto *A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso* indica que a abordagem da língua como sistematicidade fonológica, morfológica e sintática se sustenta na subordinação da significação ao valor, isto é, tem seu fundamento na língua enquanto ordem que não pede mais que a diferença (cf.

SAUSSURE [1916] 1974, p. 138). Nesse sentido, a argumentação dos autores se aproxima da reflexão sobre a gramática presente no *Curso de Linguística Geral*, de acordo com a qual há uma interpenetração da morfologia, da sintaxe e da lexicologia, interpenetração que “se explica pela natureza, no fundo idêntica, de todos os fatos de sincronia” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 158). Como vimos, consta no *Curso* que “Somente a distinção [...] entre as relações sintagmáticas e as relações associativas sugere um modo de classificação que se impõe por si mesmo, o único que se pode pôr como base do sistema gramatical” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 158). Portanto, no âmbito da abordagem de língua discutida neste capítulo, a diferença é mobilizada por Pêcheux de forma a colocar em destaque a sistematicidade relativamente autônoma regida por leis abordáveis no âmbito da Linguística, de forma que seja possível atingir o nível dos processos discursivos constitutivos do sentido.

Por outro lado, a reflexão desenvolvida por Lacan em *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud* mobiliza a diferença de forma radicalmente distinta. Lacan coloca em destaque a primazia do significante sobre o significado, indicando que o significante é anterior ao significado: este desponta como efeito do significante em sua diferença com outro significante. A nos guiarmos pela reflexão tecida por Lemos no texto *Da morte de Saussure o que se comemora?*, Lacan aborda o valor linguístico como relação entre significantes, “deslocando-a para a relação entre sujeito e significante” (LEMOS, 1995a, p. 50). Desponta aqui uma distinção entre a Análise do Discurso forjada num determinado momento do percurso de Pêcheux e a reflexão realizada por Lacan no texto sobre o qual refletimos, distinção que não deve ser ignorada. Ao privilegiar o valor (em detrimento da significação), interessa a Pêcheux, Haroche e Henry ([1971] 1990) estabelecer os fundamentos da semântica discursiva. A consideração do valor sustenta a perspectiva de uma constituição discursiva do sentido, perspectiva que tem como um de seus elementos centrais a língua enquanto sistematicidade fonológica, morfológica e sintática. Por

sua vez, ao abordar o valor como relação entre significantes – relação que se desdobra no “de *palavra em palavra*” (LACAN [1957] 1998, p. 509, destaque do autor) no qual se apoia a metonímia e no “*Uma palavra por outra*” (LACAN [1957] 1998, p. 510, destaque do autor) enquanto fórmula da metáfora –, a Lacan interessa colocar em destaque a estrutura do significante a partir da qual é possível pensar a constituição de um sujeito de desejo inconsciente.

No âmbito da abordagem de língua discutida neste capítulo, a distinção entre base linguística e processo discursivo se sustenta na perspectiva de que a língua é uma sistematicidade fonológica, morfológica e sintática relativamente autônoma, mas se sustenta também no argumento de que a fala saussuriana seria um reduto da liberdade do indivíduo. Nossa reflexão sobre o *Curso de Linguística Geral* – reflexão inspirada pela discussão realizada por Lemos (1995b) – indicou, por outro lado, que o falante está sempre submetido a um funcionamento da língua: não há fala sem língua. Ora, considerar a fala lugar da liberdade individual não deixa de ser coerente com a primeira abordagem de língua identificada neste livro, pois se trata justamente de colocar em cena as determinações discursivas que estão em jogo na base linguística quando um falante toma a palavra. Nessa abordagem, a perspectiva de uma suposta liberdade do falante corresponde a um elemento importante, elemento sobre o qual incide a crítica de Pêcheux, crítica que aponta para a constituição do sentido em nível do discurso. Levar em consideração que não há fala sem língua, por outro lado, colocaria para Pêcheux um impasse na teorização sobre o discurso no contexto da primeira abordagem de língua?

Acredito ser possível sustentar que a dimensão não considerada por Pêcheux em sua abordagem do *Curso de Linguística Geral* é recuperada e radicalizada por Jacques Lacan, para quem a fala mobiliza um sujeito determinado pelo significante. Ao abordar o valor como relação entre significantes, Lacan coloca em cena um sujeito que é, em sua singularidade, efeito do funcionamento do significante: sujeito que se encontra, por uma necessidade estrutural, excluído do *Curso*, mas que não

deixa de aí fazer retorno. Abordar o valor como relação entre significantes, assim como o faz Jacques Lacan, aponta para uma dimensão que se encontra para além do funcionamento fonológico, morfológico e sintático da língua, justamente aquela relacionada ao funcionamento do significante – em sua diferença com outro significante – nos eixos sintagmático e associativo, recuperados por Lacan como “vertentes do efeito significante” ([1957] 1998, p. 498).

A abordagem do valor como relação entre significantes, relação a partir da qual é possível abordar o sujeito do desejo inconsciente (cf. LACAN [1957] 1998), nos permite retomar uma pergunta feita por Jean-Claude Milner em *O amor da língua*: o que é a língua se a Psicanálise existe? Veremos que é num momento posterior à reflexão realizada em *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud* que Jacques Lacan se referirá a *lalangue*. No capítulo 3, retomarei a reflexão de Milner em *O amor da língua*, assim como elementos das considerações de Lacan acerca de *lalangue*. Resta agora indicar que a pergunta feita por Milner em *O amor da língua* pode ser retomada de forma a especificar aquilo de que se trata na reflexão realizada neste livro: o que é a língua para a Análise do Discurso se a Psicanálise existe?

Teremos a oportunidade de vislumbrar, no percurso teórico de Michel Pêcheux, o momento em que o autor, afetado pela reflexão de Milner em *O amor da língua*, começa a levar em consideração o registro de *lalangue* na caracterização da língua enquanto “condição *material* de base do discurso” (LEITE, 1994, p. 137, destaque da autora). Tal recurso será abordado no próximo capítulo. Por ora, cabe aqui formular uma questão. Se o recurso a *lalangue* aponta para uma vicissitude sofrida pela língua em função de uma afetação do autor pela teoria psicanalítica (pelo menos pela teorização de Milner em *O amor da língua*), seria possível afirmar que tal recurso corresponde a um efeito do atravessamento da Análise do Discurso pela teoria psicanalítica?

CAPÍTULO II

O RECURSO A *LALANGUE* NA ANÁLISE DE DISCURSO

Para que seja possível abordar o recurso a *lalangue* no âmbito da Análise do Discurso forjada por Michel Pêcheux, tecerei considerações acerca de dois trabalhos do autor: *A língua inatingível*, escrito em 1981 em parceria com Françoise Gadet, e *Discurso: estrutura ou acontecimento?*, escrito por Pêcheux em 1983.

2.1 – A Linguística e o real da língua como impossível

De forma que seja possível avaliar o recurso feito por Pêcheux e Gadet a *lalangue* no âmbito de *A língua inatingível*, gostaria de abordar alguns elementos da reflexão dos autores acerca da Linguística. Em relação a essa questão, Pêcheux e Gadet fazem uma pergunta fundamental: “O que [...] a linguística *fora clui* no interior de si mesma?” (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 19, destaque meu). Fazendo menção a uma “insistência no ensurdecimento” que afeta o campo da Linguística, Pêcheux e Gadet trazem uma outra questão: o questionamento sobre a língua seria uma preocupação especializada, independente da contribuição da Psicanálise acerca do “homem como animal simbólico, ser falante” (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 20)? Os autores afirmam que

Se as apropriações que a psicanálise acreditou poder se autorizar com relação a certos conceitos linguísticos fazem a linguística correr o risco de desaparecer como tal com o avanço da primeira, essa ameaça tem, entretanto, a vantagem de constituir em retorno um sintoma para os linguistas: na verdade, eles não podem mais recusar a ideia de que sua ciência organiza sua autonomia em troca

de um certo número de ignorâncias e *recalques*. (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 20, destaque meu)

Explorando as escolas, teorias e problemáticas que marcam a história da ciência da língua, os autores abordarão elementos que são indicativos do “*retorno de um ponto recalçado da linguística*” (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 22, destaque meu): recalçado que, com a insistência de um “*estranhamento familiar*”, retorna “do interior mesmo das preocupações linguísticas, na forma de pontos em que a linguística se trai” (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 20).

Embora os comentários de Pêcheux e Gadet sejam precisos na indicação de um elemento excluído do campo da Linguística, há na teoria psicanalítica uma distinção importante entre recalque e foraclusão que parece ter escapado à argumentação dos autores acerca da Linguística. No recalque “*sabe-se ainda algo daquilo de que nem mesmo não se quer, de uma certa maneira, nada saber*” (LACAN [1955-1956] 1988, p.173), ao passo que “*tudo o que é recusado na ordem simbólica, no sentido da *Verferwung* [foraclusão], reaparece no real*” (p. 21). Portanto, que diferença haveria entre apontar para o retorno de um elemento recalçado na Linguística e destacar o reaparecimento de um elemento aí foracluído? Retomarei essa questão no capítulo 3.

Ora, a tentativa de abordar um ponto excluído da reflexão empreendida no campo da Linguística atravessa a produção teórica de Michel Pêcheux desde *Análise Automática do Discurso*, de 1969. No texto escrito junto a Françoise Gadet, tal tentativa será feita tendo como base a consideração da contribuição da Psicanálise acerca do “*homem como animal simbólico, ser falante*”. O elemento essencial a esse respeito pode ser vislumbrado na seguinte crítica de Pêcheux e Gadet: “*Essa surdez interna ganha terreno cada vez que a linguística deixa o real da língua, seu objeto próprio, e sucumbe às realidades psicossociológicas dos atos de linguagem*” (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 19, destaque dos autores).

Em suas considerações críticas acerca da Linguística, Pêcheux e Gadet identificam uma dualidade contraditória que se realiza materialmente na estrutura das teorias linguísticas ao longo da história: por um lado, a perspectiva através da qual se destaca, a propósito da língua, uma rede de relações internas, caracterizando em sua estrutura o seu real próprio (entre outros, Noam Chomsky é citado como exemplo dessa tendência); por outro, a perspectiva a partir da qual se concebe uma língua como o produto social de um estado de fato, resultante de uma série de decisões acumuladas – é o que se mostra na Sociolinguística.

A dualidade contraditória postulada por Pêcheux e Gadet coloca em cena uma “dupla deriva” no empreendimento linguístico: a do empirismo, que se baseia numa concepção historicizante dos “fenômenos sociais”, e que dá lugar à figura contemporânea do sociologismo; e a deriva do racionalismo, que tenta fundar a unidade da língua e a coerência sistêmica do pensamento, desembocando na figura contemporânea do logicismo. Segundo os autores, “a questão de um real da língua inscreve-se nessa disjunção maior entre a noção de uma ordem própria à língua, imanente à estrutura de seus efeitos, e a de uma ordem exterior, que remete a uma dominação a conservar, a reestabelecer ou a inverter” (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 30).

Em relação a essa questão, Pêcheux e Gadet mencionam *O amor da língua*, trabalho de Jean-Claude Milner no qual, segundo os autores, se substitui o falso debate metodológico entre o empirismo e o racionalismo por um debate acerca da questão do real da língua. Retomando a argumentação de Milner, Pêcheux e Gadet indicam que o real da língua é “o impossível que lhe é próprio” (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 52). A consideração de um impossível na ordem da língua permite deslocar o debate entre o empirismo e o racionalismo, deslocamento que não aponta para uma “terceira tendência” na Linguística, mas para o que se encontra na disjunção entre a noção de uma ordem própria à língua e a perspectiva de um exterior referido aos “fenômenos sociais”.

Referindo-se à argumentação desenvolvida por Milner em *O amor da língua*, e particularmente ao uso do termo real – tomado de empréstimo por Milner da distinção delineada por Lacan entre real, simbólico e imaginário –, Pêcheux e Gadet indicam que a questão de um real da língua é subjacente à questão da existência da Linguística enquanto ciência. A possibilidade da Linguística se relaciona, portanto, àquilo que a língua contém do impossível. Este ponto é essencial, e aponta para o impossível na ordem da língua como elemento em torno do qual a ciência linguística se organiza. Retomando a argumentação de Milner, Pêcheux e Gadet indicam que a Linguística faz a suposição de que o real da língua é representável, que ele contém em si o repetível, repetível que forma uma rede e que permite a construção de regras. Por outro lado, a contribuição da Psicanálise permite afirmar que o real da língua

[...] não é costurado nas suas margens como uma língua lógica: ele é cortado por falhas, atestadas pela existência do lapso, do *Witz* e das séries associativas que o desestratificam sem apagá-lo. O não-idêntico que aí se manifesta pressupõe a *alíngua*¹⁴, enquanto lugar em que se realiza o retorno do idêntico sob outras formas; a repetição do significante na *alíngua* não coincide com o espaço do repetível e que é próprio à língua, mas ela o fundamenta e, com ele, o equívoco que afeta esse espaço: o que faz com que, em toda língua, um segmento possa ser ao mesmo tempo ele mesmo e um outro, através da homofonia, da homossemia, da metáfora, dos deslizamentos do lapso e do jogo de palavras, e do bom relacionamento entre os efeitos discursivos. (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 55, destaques dos autores)

Se por um lado a possibilidade da Linguística está condicionada àquilo que a língua contém do impossível, há ao mesmo tempo uma “insistência no ensurdecimento” a afetar a Linguística. Como vimos, Pêcheux e Gadet perguntam o que a

¹⁴ “Alíngua” – assim como “lalíngua” – corresponde a uma tradução possível para o termo *lalangue*.

Linguística foraclui no seu próprio interior. A nos guiarmos pela argumentação dos autores, pode-se dizer que aquilo que a Linguística rejeita refere-se justamente ao real irrepresentável da língua, ao impossível que lhe é próprio. Aquilo que, por uma necessidade estrutural, fica excluído do campo da Linguística é o fato de que “em toda língua, um segmento possa ser ao mesmo tempo ele mesmo e um outro”.

As falhas que cortam o real da língua são, segundo a argumentação de Pêcheux e Gadet na citação acima, atestadas pela existência do lapso e do chiste, a partir dos quais se impõe uma desestratificação radical no que se refere à língua. *Lalangue* refere-se, portanto, ao “ponto em que a existência da língua atinge a do inconsciente” (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 52), ao elemento que consagra toda língua ao equívoco, ao ponto onde a língua se articula com o desejo. Ponto do qual a Linguística não quer saber, apesar de nele se sustentar: é abordando o impossível na língua na condição de um elemento representável que a ciência da língua se estrutura.

A apresentação de elementos da argumentação de Pêcheux e Gadet em *A língua inatingível* nos permite vislumbrar a relevância que tem para os autores a teorização de Jean-Claude Milner em *O amor da língua*. Entretanto, a aposta feita por Pêcheux e Gadet na existência de um real da história dará lugar a uma crítica a Milner, crítica que será abordada adiante. Antes de discutir essa questão, gostaria de tecer algumas considerações acerca dos comentários feitos por Pêcheux e Gadet sobre Ferdinand de Saussure, o que nos permitirá contrastar o posicionamento de Pêcheux na abordagem da língua discutida no capítulo anterior e em *A língua inatingível*. A pergunta que norteará a discussão a ser realizada na próxima seção é a seguinte: a consideração da dimensão do equívoco na língua, ponto no qual a língua se articula com o desejo, será correlativa de uma mudança de posição em relação à reflexão saussuriana?

2.2 – De volta a Saussure

Como vimos, Pêcheux e Gadet afirmam que o real da língua é cortado por falhas, falhas que são atestadas pela existência do lapso, do chiste e das séries associativas, e indicam que *lalangue* remete ao equívoco que necessariamente afeta a língua. Segundo os autores, “Esse saber sobre a relação entre real e equívoco inicia-se na obra de F. de Saussure” (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 55). Ora, como poderíamos abordar a ideia de que a obra de Saussure inaugura um saber sobre a relação entre real da língua e equívoco?

De acordo com Pêcheux e Gadet, Saussure constitui o ponto de partida crítico de todas as escolas linguísticas. Em seu nome, os linguistas parecem se dividir, uma vez que o próprio linguista genebrino porta essa divisão: a “dicotomia fácil” (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 55) que opõe o *Curso de Linguística Geral* ao estudo sobre os anagramas. Os autores admitem que o saussurianismo não se divide assim, e propõem então retomar as duas faces da obra de Saussure sob o domínio do conceito de valor.

Segundo Pêcheux e Gadet, uma determinada vertente de leitura atribui ao arbitrário do signo um lugar nuclear no empreendimento saussuriano. Nessa perspectiva, o valor subordinar-se-ia ao arbitrário. De acordo com os autores, a partir da prioridade dada ao arbitrário – em detrimento do valor linguístico –, advém a perspectiva de que as relações opostas entre os signos formariam uma estrutura equilibrada em um campo de forças em que cada um dos elementos reagiria sobre os outros. De acordo com Pêcheux e Gadet, essa perspectiva dá lugar à ideia de uma potencialidade criadora interna ao sistema, que autorizaria a mudança sob a estrutura e as significações surgidas na fala sob o campo em equilíbrio da língua. Esse elemento da argumentação dos autores remete à crítica feita por Pêcheux, em trabalhos anteriores, à “circularidade ideológica” do par língua / fala: a fala despontaria, nessa perspectiva, como lugar da liberdade individual, em oposição às coerções da língua. É importante perceber que, no texto sobre o qual refletimos agora, o

questionamento a essa “circularidade ideológica” não coloca em cena uma crítica à reflexão desenvolvida por Saussure, mas sim à tendência que situa o núcleo do empreendimento saussuriano no arbitrário do signo.

Pêcheux e Gadet afirmam que Émile Benveniste teria sido um dos primeiros a questionar a primazia do arbitrário na leitura da obra de Saussure e a indicar que o valor linguístico não poderia depender da natureza arbitrária do signo linguístico. Segundo os autores, Benveniste restitui à noção de valor sua função essencial na descoberta saussuriana. Pêcheux e Gadet acrescentam que “Colocar o valor como peça essencial do edifício [saussuriano] equivale a conceber a língua como rede de ‘diferenças sem termo positivo’, o signo no jogo de seu funcionamento opositivo e diferencial e não em sua realidade” (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 58).

Em relação a essa questão, os autores fazem uma afirmação que considero fundamental: a tese do valor só pode ser devidamente percebida a partir da abordagem conjunta do *Curso de Linguística Geral* e do trabalho de Saussure sobre os anagramas. Segundo a argumentação desenvolvida por Pêcheux e Gadet, o estudo sobre os anagramas faz do poético uma dimensão constitutiva do funcionamento da linguagem: “o que Saussure estabeleceu não é uma propriedade do verso saturnino, nem da poesia, mas uma propriedade da própria língua” (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 58). De acordo com os autores, o que a arte poética consegue fazer é levar essa propriedade da linguagem a seus limites.

Vale lembrar que no texto *A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso* a noção de valor ocupa um lugar de destaque na reflexão de Pêcheux, Haroche e Henry, sendo considerada – em sua primazia em relação à significação – o núcleo da ruptura saussuriana, em estreita relação com a possibilidade de abordar a língua como sistematicidade fonológica, morfológica e sintática. Em contraste, as reflexões tecidas por Pêcheux e Gadet em *A língua inatingível* mobilizam a noção de valor de forma a questionar a “dicotomia fácil” que opõe o *Curso de Linguística Geral*

ao estudo sobre os anagramas, isto é, de forma a colocar em destaque a estreita relação entre língua e poesia.

A relevância atribuída por Pêcheux e Gadet à noção de valor leva os autores a colocar no centro de sua discussão as relações e diferenças que se estabelecem no eixo associativo da língua, assim como teorizado por Saussure. Importante na argumentação desenvolvida pelos autores é a afirmação de que as relações associativas baseadas na “simples comunidade das imagens acústicas” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 145), assim como comparamos no *Curso de Linguística Geral*, possibilitam a abordagem da língua sem que o horizonte de *lalangue* seja foracluído. Pêcheux e Gadet identificam aí um ponto em que seria possível vislumbrar uma relação entre a ciência da linguagem e o registro do inconsciente. De forma que seja possível refletir sobre esse elemento da argumentação de Pêcheux e Gadet, abordarei por um instante a reflexão de Saussure acerca das relações e diferenças que se estabelecem no eixo associativo da língua.

De acordo com a reflexão empreendida no *Curso*, as relações sintagmáticas existem *in praesentia*, pois se estabelecem entre elementos presentes numa série efetiva. Por sua vez, as relações associativas se estabelecem fora do discurso, e relacionam termos *in absentia*, dando origem a grupos de relações muito diversas. Tais relações não têm por base a extensão, mas se estabelecem no cérebro, fazendo parte do “tesouro interior que constitui a língua de cada indivíduo” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 143, destaque meu). Ora, o que estaria em jogo na perspectiva aparentemente paradoxal de um tesouro interior que constitui a língua de cada falante? Baseado na argumentação de Lemos (1995b), afirmei anteriormente que “a língua de cada indivíduo” é o lugar no qual um elemento excluído, concernente à esfera individual da fala, comparece na forma de um impasse referente à dicotomia língua vs. fala. Abordar as séries associativas assim como caracterizadas no *Curso de Linguística Geral* permitirá retomar essa questão.

Encontramos no *Curso* uma descrição das séries associativas que coloca em cena o elemento no qual se sustenta a associação.

Na série *ensinamento, ensinar, ensinemos* etc., o elemento comum que estabelece a relação associativa é o radical. Entretanto, o termo *ensinamento* encontra-se também implicado na série *ensinamento, armamento, desfiguramento*, etc., constituída a partir do sufixo. A relação associativa pode também se estabelecer na analogia dos significados (*ensinamento, instrução, aprendizagem, educação*, etc.), ou ainda “na simples comunidade das imagens acústicas (por exemplo *enseignement* e *justement*, ou *ensinamento* e *lento*)” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 145, destaques do autor).

Há uma nota de rodapé referente às relações associativas estabelecidas a partir da “simples comunidade das imagens acústicas” que deve ser aqui destacada, nota à qual Pêcheux e Gadet atribuem uma relevância especial. A referida nota de rodapé afirma que, apesar desse caso ser raro, “sua existência [...] é provada por uma categoria inferior de jogos de palavras que se funda em confusões absurdas que podem resultar do homônimo puro e simples” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 146). Como exemplo na língua portuguesa, encontramos “Os músicos produzem as *notas* e os perdulários as gastam” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 146, destaque do autor).

Ora, vislumbramos aqui um jogo de palavras que se sustenta numa homonímia, um ponto no qual um segmento pode ser “ao mesmo tempo ele mesmo e um outro, através da homofonia, da homossemia, da metáfora, dos deslizamentos do lapso e do jogo de palavras” (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 55). De acordo com a reflexão de Pêcheux e Gadet, esse elemento dá abertura, na obra de Saussure, a uma abordagem da língua sem que o horizonte de *lalangue* seja imediatamente foracluído: ponto em que a ciência da linguagem se relaciona com o registro do inconsciente.

Em relação a essa questão, gostaria de acrescentar – em consonância com a reflexão realizada por Lemos (1995b) – que o eixo das relações associativas é lugar no qual comparece um elemento de imprevisibilidade no âmbito da língua. A argumentação desenvolvida no *Curso de Linguística Geral* indica que “Uma palavra qualquer pode sempre evocar tudo quanto seja

suscetível de ser-lhe associado de uma maneira ou de outra” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 146). A despeito da afirmação de que em algumas famílias associativas o número de elementos não é indeterminado (como nos paradigmas de flexão, por exemplo), a imprevisibilidade que se destaca do eixo associativo é evidente: “Um termo dado é como o centro de uma constelação, o ponto para onde convergem outros termos coordenados cuja soma é indefinida” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 146).

Como foi possível entrever a partir da argumentação desenvolvida por Lemos (1995b), Saussure exclui da língua – enquanto objeto da Linguística científica – o que pertence à fala. Como vimos, o elemento excluído retorna, no âmbito do *Curso*, na forma de uma indagação acerca do espaço livre que a língua deixa para o falante: “O individual que retorna é o que se dá na esfera da fala, definida agora como espaço do não-previsto” (LE MOS, 1995b, p.12). Ora, acredito que a inclusão no *Curso* de um jogo de palavras no momento em que são discutidas as relações associativas corresponde ao retorno de um elemento excluído no âmbito da Linguística, qual seja, “a singularidade de um corpo que fala” (LE MOS, 1995b, p. 18). A singularidade rejeitada retorna na forma de um jogo de palavras, jogo que aponta justamente para a dimensão do imprevisível no âmbito da língua. Se, de acordo com a reflexão realizada por Lemos, a imprevisibilidade pode ser entendida como efeito da diferença na língua, um jogo de palavras não deixa de ser também efeito da diferença, uma vez que ele é produzido de acordo com possibilidades fornecidas pela língua.

Da discussão sobre *A língua inatingível*, gostaria de destacar que a consideração da língua em relação ao núcleo de impossível que ela comporta – isto é, levar em conta o ponto em que há língua e há inconsciente – vem acompanhada de uma alteração no posicionamento de Pêcheux em relação à reflexão saussuriana. Em relação a essa questão, não é sem relevância indicar que Pêcheux e Gadet apontam para os impasses que a argumentação desenvolvida no *Curso* coloca em cena:

Mas essa tese do primado do valor permanece frágil: no próprio interior do saussurianismo, o caráter negativo do signo é ameaçado de ser encoberto na positividade da comunicação; a tese do discernível é ameaçada pela racionalidade operatória da pertinência, o não-finito elíptico do todo da língua é ameaçado de ser recoberto na imagem do jogo de xadrez (implicando um número finito de casas, de peças e de combinações); o equívoco do associativo e da metáfora é ameaçado de desaparecimento sob a univocidade psicológica das escolhas e das intenções seletivas no interior do paradigmático... (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 59)

Vislumbramos aqui um elemento essencial na reflexão de Pêcheux e Gadet acerca do empreendimento saussuriano, elemento que contrasta com as considerações sobre Saussure presentes na abordagem da língua discutida no capítulo anterior. Se num primeiro momento a dicotomia língua vs. fala era abordada como uma espécie de oposição ideológica, a partir da qual a fala despontaria como lugar da liberdade individual, as elaborações tecidas no texto de 1981 – além de mobilizar de forma diferenciada a perspectiva de que a língua “não pede mais que a diferença” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 138) – destacam os impasses que o empreendimento saussuriano coloca em cena. É significativo que tal alteração se dê no momento em que um recurso é feito à teoria psicanalítica por meio da consideração do registro de *lalangue*.

2.3 – O real da história

As considerações tecidas neste capítulo permitem vislumbrar a relevância que tem para Pêcheux e Gadet a reflexão realizada por Jean-Claude Milner em *O amor da língua*. Entretanto, as considerações tecidas pelos autores acerca do real da história darão lugar a uma crítica à argumentação desenvolvida por Milner. Refletir sobre o questionamento feito por Pêcheux e Gadet a Milner permitirá abordar como se configura, na argumentação desenvolvida pelos autores, o real da história. Abordar as

considerações dos autores acerca do real da história é fundamental, uma vez que permitirá refletir sobre a perspectiva, construída em *A língua inatingível*, de uma relação entre real da língua e real da história.

A crítica de Pêcheux e Gadet à teorização de Milner em *O amor da língua* incide sobre a concepção de história que, de acordo com os autores, é colocada em cena por Milner num determinado ponto de sua reflexão. Das elaborações de Milner, os autores recuperam a distinção entre, de um lado, a divisão que afeta a língua – uma vez que tudo não pode ser dito, uma vez que há um impossível próprio à língua – e, de outro, as “moedagens imaginárias” dessa divisão. Acerca dessas moedagens imaginárias, é importante destacar o seguinte trecho de *O amor da língua*, citado também por Pêcheux e Gadet em *A língua inatingível*:

[...] a verdadeira natureza da partição está sobrecarregada de moedagens imaginárias: a mais conhecida e a mais perigosa consiste em utilizar a linguagem da mestria, em entender o impossível como uma obrigação, dependendo – quer se trate de contrato, capricho, consenso tácito – de um soberano. Sabe-se, além disso, que os ditadores, de César a Stalin, sempre se preocuparam com a língua, reconhecendo nela a imagem mais fiel de um poder nu, que não tem nem mesmo que dizer seu nome. Inversamente, parece que a causa da liberdade está interessada em que se denuncie o artifício das gramáticas e a vaidade de suas regras – a ponto de sustentar que a língua não conhece impossível. (MILNER, 1978, p. 27-28, tradução minha ¹⁵)

¹⁵ Na versão em francês: “[...] la véritable nature de la partition est encombrée de monnayages imaginaires : le plus connu et le plus dangereux consiste à utiliser le langage de la maîtrise, à entendre l’impossible comme une obligation, relevant – qu’il s’agisse de contrat, de caprice, de consensus tacite – d’un souverain. On sait au reste que de toujours, les dictateurs, de César à Staline, se sont préoccupés de la langue, y reconnaissant l’image la plus fidèle d’un pouvoir nu, qui n’a pas même à dire son nom. A l’inverse, il semble que la cause de la liberté soit intéressée à ce qu’on dénonce l’artifice des grammaires et la vanité de leurs règles – jusqu’à soutenir que la langue ne connaît pas d’impossible.”

Pêcheux e Gadet afirmam que a história é considerada por Milner como “um puro efeito imaginário” (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 35), o que levaria a conclusões simplistas, tais como colocar em destaque o confronto entre a ditadura dos donos da língua e a causa da liberdade denunciando o artifício das gramáticas. Segundo os autores, a política atravessa a história da Linguística, mas não sob a forma da contradição simples e monótona supostamente colocada em cena por Milner na passagem citada acima. Pêcheux e Gadet indicam que, no que se refere à história, traçar uma oposição entre o estado de coisas existentes que interessa à classe dominante e as transformações exigidas pelas classes dominadas não seria suficiente.

Recuperando a ideia, desenvolvida em *A língua inatingível*, de que haveria uma “dupla deriva” constitutiva dos estudos sobre a linguagem, Pêcheux e Gadet indicam que numa visada superficial da história seria possível identificar o formalismo logicista com os interesses das classes dominantes e a orientação sociologista com os interesses das classes dominadas. Os autores afirmam que essa perspectiva levaria a uma politização simplista do empreendimento linguístico, e que *O amor da língua* fornece os meios teóricos de embelezar esse erro. De forma a fundamentar a crítica a Milner, Pêcheux e Gadet tecem considerações acerca das políticas de língua da burguesia: a classe burguesa, em sua ascensão, não se apoiou exclusivamente no elemento sociologista, e a instalação de seu domínio não correspondeu a uma fixação no formalismo logicista. Desde o início, a burguesia trabalhou para se apropriar dos formalismos linguísticos pré-capitalistas, e a revolução cultural burguesa continuou no terreno da variação linguística, de forma a absorver os efeitos da diferença em seu proveito.

A crítica a Milner dá lugar à consideração de um elemento teórico essencial na argumentação de Pêcheux e Gadet – o real contraditório da história:

Assim, se considerássemos que a categoria materialista de real especifica-se exclusivamente pela sua relação com o impossível,

com que real poder-se-ia afirmar que o materialismo histórico trabalha? A questão do materialismo excede, portanto, o puro terreno da epistemologia: ela engaja uma aposta política baseada na existência de um real da história. O materialismo histórico pretende basear-se em uma percepção desse real como contradição.

É precisamente isso que J.-C. Milner recusa, considerando atualmente a história como um puro efeito imaginário, eventualmente destruidor, mas não principalmente como um real contraditório (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 35)

Segundo Pêcheux e Gadet, Milner elimina a questão política de sua reflexão acerca da língua em *O amor da língua*. Os autores indicam que o real da história se refere a um real contraditório, elemento que teria sido recusado por Milner em *O amor da língua*. Contrariamente ao “ceticismo político de Milner” (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 36), os autores situam esse real da história numa complexidade contraditória, e não na oposição simplista (supostamente delineada por Milner) entre os ditadores donos da língua e a causa da liberdade. A complexidade contraditória do real da história pode ser vislumbrada no fato de que, segundo os autores, não se trata de traçar uma oposição simplista entre classe dominada e classe dominante – o que Milner teria feito em *O amor da língua*.

Ora, o termo real na expressão “real da história” remete à “categoria materialista de real” (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 35), categoria que, segundo Pêcheux e Gadet, “especifica-se exclusivamente pela sua relação com o impossível” (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 35). O que está em jogo na afirmação de que a categoria materialista de real se especifica em função de sua relação com o impossível? Em relação a essa questão, os autores não tecem considerações explícitas, mas o texto *Discurso: estrutura ou acontecimento?* fornece uma indicação importante. Nesse texto, Pêcheux afirma que

Supor que, pelo menos em certas circunstâncias, há independência do objeto face a qualquer discurso feito a seu respeito, significa colocar que, no interior do que se apresenta como o universo físico-humano

(coisas, seres vivos, pessoas, acontecimentos, processos...), “há real”, isto é, pontos de impossível, determinando aquilo que não pode não ser “assim”. (O real é o impossível... que seja de outro modo).

Não descobrimos, pois, o real: a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra. (PÊCHEUX [1983] 1997, p. 29)

É dentro da perspectiva segundo a qual o real determina “aquilo que não pode não ser assim” que Pêcheux faz menção à existência de campos do real, de regiões heterogêneas do real, regiões que seriam marcadas por um ponto de impossibilidade: “impossível... que seja de outro modo”. Acredito ser possível sustentar que o real que entra em cena em *A língua inatingível* remete justamente à perspectiva de campos ou regiões heterogêneas do real, cada uma das quais marcadas por um impossível (ser de outro modo) que lhe é próprio. Advém sob a pena de Pêcheux e Gadet a perspectiva de que o ponto de impossibilidade próprio ao real da história remete à contradição impossível de erradicar de qualquer formação social, uma vez que se leva em consideração a luta de classes que lhe é constitutiva.

As considerações tecidas por Pêcheux e Gadet sobre as contradições que atravessam a revolução russa de 1917 nos permitirão abordar essa questão de forma mais cuidadosa. Os autores tecem considerações sobre a configuração ideológica anterior à revolução de 1917, configuração que seria constituída por uma oposição cidade-campo na forma do par ideológico ocidentalismo-eslavofilia ¹⁶. Os autores explicam que o ocidentalismo se configura como referência tanto para os tzares esclarecidos (iniciadores de reformas econômicas) quanto para os revolucionários racionalistas (praticantes das ciências, perseguidos pela censura e pela polícia czarista). Por sua vez, a

¹⁶ Por um lado, os intelectuais ocidentais desejavam modernizar a Rússia por via de uma europeização. Por outro, a tendência eslavofílica pregava o retorno a valores históricos, típicos da velha Rússia (<http://rascunho.rpc.com.br/index.php?pr=secao.php&modelo=2&secao=25&lista=0&subsecao=0&ordem=2370&semlimite=todos>). Acesso em 04/03/2010).

corrente eslavófila também se dividiria. A esse respeito, os autores fazem a seguinte afirmação: “nem o ocidentalismo, nem a eslavofilia constituem, enquanto tal, posições de classes homogêneas. O discurso de cada uma dessas formações se divide em dois, *sob o efeito da luta de classes*” (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 77, destaque meu). O ponto a ser destacado aqui é que o ocidentalismo e a eslavofilia não constituem posições de classe homogêneas: sob o efeito da luta de classes, a homogeneidade se desfaz, o discurso se divide. A argumentação aqui desenvolvida indica que a luta de classes comparece como elemento que exerce um efeito de divisão nas posições de classe, que não se configuram então como elementos homogêneos.

De acordo com as considerações de Pêcheux e Gadet acerca das contradições relacionadas à revolução soviética, o poder czarista se fundamenta num “misto perpetuamente em mutação” (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 78) de religiosidade ortodoxa e de racionalismo ocidental. Por sua vez, os grupos revolucionários seriam também o espaço de uma “mistura ideológica” (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 78) unindo o racionalismo científico ateu e a sentimentalidade populista. Desse ponto da elaboração dos autores, interessa destacar a menção a uma “mistura ideológica” que caracteriza o poder czarista e os grupos revolucionários. Esse elemento remete justamente à ausência de homogeneidade que caracteriza, segundo a argumentação de Pêcheux e Gadet, as posições de classe. Portanto, sob o efeito da luta de classes, há divisão, isto é, há contradições internas constitutivas das posições de classe. O real da história enquanto real contraditório delineado por Pêcheux e Gadet em *A língua inatingível* aponta para a existência de contradições internas às posições de classe, contradições que são engendradas como efeito da luta de classes.

Pode ser relevante retomar aqui a ideia desenvolvida por Pêcheux em *Semântica e Discurso* de que é impossível atribuir a cada classe social sua ideologia (cf. PÊCHEUX [1975] 1988, p. 144). De acordo com a argumentação desenvolvida no texto de 1975, as

classes de uma formação social não têm uma existência anterior à luta de classes. A luta não corresponde ao encontro de mundos distintos e pré-existentes; antes, a luta de classes é constitutiva das próprias classes em luta. Por sua vez, as elaborações construídas em *A língua inatingível* indicam que, na constituição das classes em luta pela própria luta de classes, as classes advêm enquanto elementos marcados por contradições internas, não se configurando, portanto, como blocos homogêneos.

A discussão acerca das vicissitudes da revolução russa após a morte de Lenin permitirá prosseguir na reflexão acerca do real da história delineado por Pêcheux e Gadet em *A língua inatingível*. Os autores indicam que a relação do operariado com a classe camponesa, assimétrica desde 1918, torna-se progressivamente uma relação de subordinação do campesinato à classe operária. Os autores se referem a um fracasso da revolução em relação à classe camponesa, o que leva a um processo de decomposição progressiva das contradições de base inerentes à sociedade soviética. Esse fracasso repercute no conjunto da sociedade e, paradoxalmente, a divisão do processo revolucionário contra si mesmo toma a forma de um movimento em direção a uma unificação da sociedade, com a rejeição daquilo que pudesse retardar “a realização imaginária dessa unidade” (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 94). Os autores fazem então uma afirmação fundamental para a reflexão aqui realizada: “Nesse ponto, o impossível e a contradição se conjugam, manifestando o real da história” (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 94).

Para abordar o que está em questão nessa afirmação, é importante destacar a presença, na conjuntura soviética pós-Lenin, da miragem do “Homem Novo”, da “recriação soviética do mundo” e da vitória de “uma nova raça de Julio Verne (ateus, vermelhos e especialistas) sobre o imobilismo e atraso religiosos” (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 93): a perspectiva do “Homem Novo” coloca em cena o engodo de um aperfeiçoamento da raça humana. Pêcheux e Gadet afirmam que “a positividade sem falhas do Homem Novo se apressa em *acabar com as*

contradições da luta de classes. Um salto fora do reino da necessidade para aquele da liberdade, neste para além do Estado que, de tal forma, ia se parecer a um ultra-Estado” (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 93, destaque meu). Vale acrescentar que a conjuntura revolucionária pós-Lenin inclui, segundo Pêcheux e Gadet, o que os autores chamam de um “sonho de Babel”, sonho relacionado ao fantasma de uma língua universal que corresponderia ao estádio do comunismo, e que é demonstrativo de um ideal de comunicação transparente ¹⁷.

Portanto, os discursos que participam da ideologia stalinista na conjuntura pós-Lenin seriam, segundo Pêcheux e Gadet, “obstinados em eliminar toda contradição e em disfarçar a existência das relações entre as classes” (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 97). Ora, a perspectiva de uma eliminação da contradição e de um disfarce das relações entre as classes corresponde à “vontade de unificar a sociedade” (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 94) destacada pelos autores. É em relação à proposta de unificar a sociedade e à rejeição daquilo que pudesse retardar a realização imaginária dessa unidade que Pêcheux e Gadet afirmam que “o impossível e a contradição se conjugam, manifestando o real da história”. Em meu entendimento, impossível e contradição se conjugam na medida em que é impossível que não haja contradição. Desponta aqui o real da história como contradição impossível de erradicar, inerente à luta de classes, contradição que, de acordo com a argumentação desenvolvida em *A língua inatingível*, condena a busca da unidade

¹⁷ Segundo Pêcheux; Gadet ([1981] 2004, p. 98-99), a ideologia stalinista de Estado (na conjuntura soviética pós-Lenin) seria marcada por uma espécie de cegueira à ordem da linguagem. Na ideologia stalinista, coloca-se em cena a perspectiva de uma coincidência entre o dizível e o existente. A linguagem tenderia a representar de forma direta o real, constituindo-se como um equivalente dele. Recuperando elementos de um livro de F. Champarnaud (*Révolution et Contre-révolution culturelles en URSS*), os autores fazem menção a uma anulação do jogo metafórico no âmbito da ideologia stalinista: as metáforas usadas por Lenin (“lutar até a morte”, “liquidar...”) foram realizadas por Stalin, confundindo-se então linguagem e real. Assim começaram os horrores do Grande Expurgo.

imaginária no espaço da língua (o sonho de Babel) a uma impossibilidade (cf. PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 95).

2.4 – O real da história e o real da língua

Tendo abordado como se configura, em *A língua inatingível*, o real da história como real contraditório, passo agora a uma reflexão acerca da relação delineada por Pêcheux e Gadet entre o real da história e o real da língua. Teremos a oportunidade de vislumbrar aqui um elemento essencial para a reflexão desenvolvida neste livro: os impasses que o recurso a *lalangue* coloca para a Análise do Discurso.

Como vimos, Pêcheux e Gadet afirmam que a história teria sido considerada por Milner como “um puro efeito imaginário” (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 35), o que negaria à história qualquer possibilidade de real. Em relação a esse ponto da crítica a Milner, vale a pena retomar uma passagem de *A língua inatingível* que se inicia com uma menção à posição teórica de Milner segundo a qual o real da língua é o impossível que lhe é próprio:

Baseando-nos contraditoriamente nessa tese de Milner, tentamos aqui fazer trabalhar o real da história como uma contradição da qual o impossível não seria foracluído. Assim, aquilo que avançamos historicamente, no que se refere às ideologias da Vida e do Direito (para além do par simplista dos ditadores donos da língua em oposição à causa da liberdade) consegue se unir, através da logofilia, com a posição teórica de Milner referente ao real da língua.

Ao mesmo tempo, a questão do materialismo histórico é o ponto em que nos separamos politicamente de Milner. Que Milner não aceite, hoje, conceber a história de outra maneira que não seja a forma parodística de um materialismo de síntese, narcísico e cego, no qual a história só pode apresentar a forma de um desenvolvimento sintético progressivo da consciência e que, por conseguinte, ele negue a ela toda possibilidade de real, isso é outro caso. (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 52)

Portanto, baseando-se contraditoriamente na tese de Milner de que o real da língua é o impossível que lhe é próprio, os autores afirmam que tentam, em *A língua inatingível*, “fazer trabalhar o real da história como uma contradição da qual o impossível não seria foracluído”. Pêcheux e Gadet anunciam a perspectiva de uma “união” com a posição teórica de Milner referente ao real da língua. Ao mesmo tempo, indicam que o Materialismo Histórico corresponde ao ponto a partir do qual eles se separam politicamente de Milner, uma vez que o autor, segundo Pêcheux e Gadet, nega à história qualquer possibilidade de real.

Entretanto, cabe perguntar: de que impossível se trata na argumentação de Milner segundo a qual o real da língua é o impossível que lhe é próprio? Ora, o termo real presente nas articulações de Milner acerca de *lalangue* remete à distinção delineada por Lacan entre real, simbólico e imaginário. Por outro lado, o impossível que está em jogo na argumentação de Pêcheux e Gadet mobiliza a posição filosófica do materialismo, segundo a qual a categoria de real se especifica através de sua relação com o impossível: “O real é o impossível... que seja de outro modo” (PÊCHEUX [1983] 1997, p. 29). É fundamental ter em vista que essa diferença referente à categoria do impossível (e do real) demanda que a perspectiva de uma “união” entre as articulações de Pêcheux e Gadet (acerca do “real da história como uma contradição da qual o impossível não seria foracluído”) e a posição teórica de Milner (referente ao real da língua como o impossível que lhe é próprio) seja considerada com o devido cuidado. A esse respeito, seria sustentável a afirmação, feita por Pêcheux e Gadet, de que o real da língua assim como abordado por Milner em *O amor da língua* remete a uma “posição materialista em linguística” (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 32)?

Em relação à “união” proposta em *A língua inatingível*, é também importante destacar o questionamento de Pêcheux e Gadet à argumentação de Milner sobre o equívoco. Segundo os autores, Milner restringe o equívoco ao ponto de poesia. Pêcheux e Gadet argumentam, por outro lado, que a poesia poderia não ter

um lugar determinado na língua, uma vez que ela é estritamente coextensiva à língua, do mesmo modo que o equívoco. A esse respeito, os autores dizem que “talvez ‘não haja poesia’” (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 64). E acrescentam:

Não há poesia porque o que afeta e corrompe o princípio da univocidade na língua não é localizável nela: o equívoco aparece exatamente como o ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se à contradição (histórica); o ponto em a língua atinge a história.

A irrupção do equívoco afeta o real da história, o que se manifesta pelo fato de que todo processo revolucionário atinge também o espaço da língua: 1789, 1870, 1917... essas datas históricas correspondem na linguagem a momentos privilegiados: a instauração do francês nacional, a “mudança de forma” da métrica francesa tradicional introduzida por Rimbaud, e o surgimento das “vanguardas” literárias, poéticas e linguísticas, no campo do Outubro russo.

Toda desordem social é acompanhada de uma espécie de “dispersão anagramática” (Baudrillard), que constitui um emprego espontâneo das leis linguísticas do valor: as massas “tomam a palavra”, e uma profusão de neologismos e de transcategorizações sintáticas induzem na língua uma gigantesca “mexida”, comparável, em menor proporção, àquela que os poetas realizam. (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 64, destaques meus)

Ora, a afirmação de que “o equívoco aparece exatamente como o ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se à contradição (histórica)” permite que uma pergunta seja formulada: seria possível depreender de tal afirmação que é na contradição histórica que se sustenta o ponto de equívoco na língua? Se é a posição teórica de Milner referente ao real da língua como impossível que está em cena nessa afirmação, o que a argumentação de Pêcheux e Gadet mobiliza é a perspectiva segundo a qual *lalangue* encontra-se relacionada à contradição histórica. Entretanto, de que ordem seria essa relação?

Ao longo da reflexão aqui realizada, indiquei que o real da história, na argumentação de Pêcheux e Gadet, corresponde às contradições (impossíveis de erradicar) engendradas pela luta de classes, contradições que se inscrevem no interior das posições de classes, configurando-as como elementos marcados por contradições internas. Portanto, a afirmação “o equívoco aparece exatamente como o ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se à contradição (histórica)” indica que é com as contradições engendradas pela luta de classes que se relaciona o ponto de equívoco na língua. Levando em conta que, na argumentação desenvolvida por Milner em *O amor da língua*, o real da língua (enquanto o impossível que lhe é próprio) corresponde ao ponto em que existe língua e existe inconsciente, então o que a reflexão de Pêcheux e Gadet mobiliza é a perspectiva de uma relação entre o inconsciente assim como abordado no âmbito da Psicanálise e a luta de classes assim como abordada no Marxismo. Resta indicar que a relação sugerida por Pêcheux e Gadet entre impossível linguístico e contradição histórica deve ser abordada no contexto de uma consideração cuidadosa do que está em jogo no registro de *lalangue*.

Na passagem citada acima, vê-se que Pêcheux e Gadet exploram a perspectiva de uma relação entre impossível linguístico e contradição histórica lançando mão da argumentação segundo a qual todo processo revolucionário atinge o espaço da língua, engendrando aí “uma gigantesca ‘mexida’, comparável, em menor proporção, àquela que os poetas realizam” (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 64). Posteriormente no livro, Pêcheux e Gadet afirmarão que “Não se pode mais ignorar aqui que a língua é afetada pela luta de classes, na determinação dos termos, fórmulas, construções, sintagmas, estruturas de enunciados” (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 159). Ora, se por um lado o jogo de relações que se estabelece numa formação social é um fator de mudança linguística – o que remete aos efeitos da história na ordem da língua, à dimensão da mudança linguística no eixo diacrônico assim como abordada no *Curso de Linguística Geral* –, em que medida esse fato se articularia à suposta existência de um ponto em

que o impossível linguístico se alia à contradição histórica? Ao apontar para a suposta relação entre impossível linguístico e contradição histórica, e ao afirmar, em articulação com essa relação, que os processos revolucionários atingem o espaço da língua, estariam Pêcheux e Gadet considerando o impossível linguístico como correspondente à materialidade da língua?

Em relação a essa questão, é importante explorar a argumentação desenvolvida por Nina Leite (1994) em sua discussão acerca do texto *Discurso: estrutura ou acontecimento?*, texto em que encontramos a afirmação de que “‘há real’, isto é, pontos de impossível, determinando aquilo que não pode não ser ‘assim’. (O real é o impossível... que seja de outro modo)” (PÊCHEUX [1983] 1997, p. 29). A autora afirma que essa definição qualifica o real com a noção de contingência, circunscrevendo-o como o impossível de escapar da contingência. De acordo com Leite, a noção de estrutura mobilizada pela Psicanálise demanda uma distinção entre o real como impossível (de ser simbolizado) e o real como ocorrência, isto é, referido à contingência. Apesar de indicar que a distinção entre as duas vertentes do real é de natureza lógica – pois a contingência (ocorrência do real como descontinuidade) supõe a categoria que escreve, na estrutura, a impossibilidade –, Leite indica que, em seu entendimento, a definição de real como o “impossível... que seja de outro modo” faz coincidir o que pertence ao plano da contingência com a ordem da impossibilidade.

De forma que seja possível explorar a indicação fornecida por Leite e extrair consequências dessa indicação para a reflexão sobre *A língua inatingível*, retomo um elemento das elaborações de Jacques Lacan no seminário *Mais, ainda*. Segundo Lacan ([1972-1973] 1985), a modalidade da contingência reside na formulação “para de não se escrever” (p. 126, destaque do autor), enquanto o necessário é introduzido pela formulação “não para de se escrever” (p. 127, destaque do autor). Por sua vez, o impossível remete a um “não para de não se escrever” (p. 127, destaque do autor). É em relação à categoria do impossível que Lacan abordará, no âmbito do

seminário *Mais, ainda*, a relação sexual, afirmando que, na condição de impossível, “a relação sexual não para de não se escrever” (p. 127). Segundo Lacan, “não há, dentro do dizer, existência da relação sexual” (p. 198). A modalidade do impossível aponta para aquilo que insiste em não se escrever, para um ponto resistente à simbolização, presentificando assim, em nível da estrutura, uma falta incontornável. Por sua vez, o que seria possível articular acerca da modalidade da contingência, isto é, da vertente do real que reside na formulação “para de não se escrever”?

Para que seja possível abordar essa questão, retomo a argumentação desenvolvida por Jean-Claude Milner ([1995] 1996) acerca da ciência moderna em sua distinção com a *episteme* antiga. Recuperando elementos da argumentação de Alexandre Koyré acerca da história da ciência, Milner indica que a ciência em seu sentido moderno se sustenta na empiricidade e na matematização. No âmbito da ciência moderna, a matematização intervém através do cálculo, e os números funcionam como letras. Na condição de letras, os números “devem apreender o diverso no que ele tem de incessantemente outro. O empírico é literalizável como empírico” (MILNER [1995] 1996, p. 43-44). Portanto, a ciência moderna lida com o empírico (lugar da diversidade), com aquilo que poderia ser outro que é. Sua estrutura repousa, portanto, inteiramente na contingência.

Milner ([1995] 1996) indica que a letra moderna apreende o contingente como contingente, acrescentando que “toda letra é um lance de dados” (p. 51) e que “jamais alguma letra abolirá o acaso” (p. 51). Segundo o autor,

A estrutura da ciência moderna repousa inteiramente na contingência. A necessidade material que é dada às leis é a cicatriz dessa contingência mesma. Durante um ínfimo momento, cada ponto de cada referente de cada proposição da ciência surge como podendo ser infinitamente outro que é, numa infinidade de pontos de vista; no momento ulterior a letra o fixou como ele é e como não podendo ser outro que é, a não ser mudando de letra, isto é, de partida. Mas a condição do momento ulterior é de fato o momento anterior.

Manifestar que um ponto do universo é como é requer que sejam lançados os dados de um universo possível onde esse ponto seria outro que é. Ao intervalo de tempo em que os dados turbilhonam antes de cair, a doutrina deu um nome: emergência do sujeito, o qual não é o lançador (o lançador não existe), mas os próprios dados enquanto estão em suspensão. Na vertigem desses possíveis mutuamente exclusivos, espoca enfim, no momento ulterior em que os dados caem, o *flash* do impossível: impossível, uma vez caídos, que eles tenham outro número sobre sua face lisível. Onde vemos que o impossível não está disjunto da contingência, mas dela constitui o núcleo real. (MILNER [1995] 1996, p. 52)

Portanto, uma vez fixada a letra, permanece a necessidade das leis científicas. Entretanto, como afirma Milner, a condição do momento posterior é o momento anterior em que os dados turbilhonam no ar. Uma vez que a letra é fixada, a contingência que autoriza a letra é esquecida. Esquecimento do sujeito, portanto, uma vez que ele, a nos guiarmos pela reflexão de Milner, é o que desponta no momento anterior (esquecimento que Lacan formula, no texto *A ciência e a verdade*, como foracclusão do sujeito do significante no âmbito da ciência). Foracclusão, portanto, do instante em que “cada ponto de cada referente de cada proposição da ciência surge como podendo ser infinitamente outro que é” (MILNER [1995] 1996, p. 52). Importa destacar aqui, para além da reflexão sobre a ciência realizada por Milner, que o registro da contingência remete a um ponto do universo que poderia ser diferente do que é mas que, uma vez que é como é, exerce efeitos, não sendo sem consequências.

Retomando agora nossa reflexão acerca das considerações de Pêcheux e Gadet acerca da suposta relação entre impossível linguístico e contradição histórica, relação que se articularia com a questão de que “todo processo revolucionário atinge também o espaço da língua” (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 64), é possível dizer que a mudança linguística engendrada por um processo revolucionário, por uma instabilidade histórica / política, é uma mudança contingente, isto é, demanda que levemos em

conta o instante anterior em que os dados turbilhonam no ar, em que a alteração na materialidade da língua poderia ser outra que é. Portanto, na argumentação dos autores, o impossível linguístico é qualificado com a noção de contingência. É importante lembrar que, segundo Leite (1994), ao afirmar que “O real é o impossível... que seja de outro modo” (PÊCHEUX [1983] 1997, p. 29) Pêcheux qualifica o real com a noção de contingência, ficando o real circunscrito como um ponto que “não pode não ser assim”. De forma similar, o que vislumbramos na argumentação de Pêcheux e Gadet acerca da relação entre real da língua (como o impossível que lhe é próprio) e real da história, em articulação à questão da mudança linguística, é também a qualificação do real da língua com a noção de contingência.

O que está em cena na indicação de que, segundo Milner, o real da língua é o impossível que lhe é próprio? Indiquei anteriormente que, na argumentação desenvolvida por Pêcheux e Gadet em *A língua inatingível*, o real da língua supostamente remeteria à “posição materialista em linguística” (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 32). Seria sustentável esse elemento da argumentação dos autores? Vale retomar aqui as considerações de Lacan ([1972-1973] 1985) acerca da modalidade do impossível, em relação à qual o psicanalista aborda a relação sexual, afirmando que, na condição de impossível, “a relação sexual não para de não se escrever” (p. 127). Como vimos, Lacan indica que “não há, dentro do dizer, existência da relação sexual” (p. 198). A modalidade do impossível aponta para aquilo que insiste em não se escrever, presentificando uma falta incontornável, impossível de simbolizar. Retomarei essa questão no próximo capítulo. Teremos então a oportunidade de vislumbrar, junto a Milner, que *lalangue* se articula de forma estreita ao impossível da relação sexual: “Dois sujeitos que não podem se unir, tal é o nó de *lalangue*” (MILNER, 1978, p. 101, tradução minha ¹⁸).

¹⁸ Na versão em francês: “Deux sujets qui ne peuvent se conjoindre, tel est le noeud de *lalangue*”.

As questões aqui levantadas nos permitem vislumbrar impasses no que respeita à perspectiva segundo a qual o equívoco advém como ponto em que o impossível linguístico vem se aliar à contradição histórica. Tais questões fazem com que seja necessário avaliar com cautela o que o registro de *lalangue* mobiliza. Por um lado, há em *A língua inatingível* um reconhecimento explícito da relevância de *lalangue* para a Linguística e para uma abordagem do discurso, há o recurso explícito a um elemento proveniente da teoria psicanalítica. Por outro, o recurso a *lalangue* e o reconhecimento explícito do real da língua (assim como teorizado por Milner em *O amor da língua*) podem colocar em cena, paradoxalmente, um apagamento do que *lalangue* coloca em cena de forma mais radical: o gozo que a ordem própria da língua interdita (cf. LEITE, 2000). Vislumbramos na reflexão de Pêcheux e Gadet a perspectiva de que um recurso explícito a um elemento da teoria psicanalítica pode se configurar, paradoxalmente, como lugar de apagamento da radicalidade que a descoberta freudiana do inconsciente coloca em cena.

2.5 – O acontecimento no discurso

De forma a dar continuidade à reflexão acerca do recurso a *lalangue* feito por Michel Pêcheux a partir de determinado momento de seu percurso teórico, abordarei agora as considerações tecidas pelo autor no texto *Discurso: estrutura ou acontecimento?*, escrito em 1983. Início minha reflexão abordando o tratamento dispensado por Pêcheux à questão do acontecimento.

Pêcheux faz menção ao estupor causado pela aparição da imagem de François Mitterand nos televisores da França, às 20 horas do dia 10 de maio de 1981. Estupor de maravilhamento ou de terror face à imagem de Mitterand, imagem que anunciava a vitória nas eleições presidenciais francesas de 1981. Simultaneamente, estimativas calculadas por equipes de informática eleitoral davam Mitterand como vencedor.

Segundo Pêcheux, as primeiras reações dos responsáveis políticos dos dois campos adversários logo começam a ser anunciadas, assim como os comentários dos especialistas. O acontecimento começa, portanto, a ser trabalhado: “uns e outros vão começar a ‘fazer trabalhar’ o acontecimento [...] em seu contexto de atualidade e no espaço de memória que ele convoca e que já começa a reorganizar: o socialismo francês de Guesde a Jaurès, o Congresso de Tours, o Front Popular, a Liberação...” (PÊCHEUX [1983] 1997, p. 19).

Destaca-se da afirmação de Pêcheux a questão do “trabalho” – “uns e outros vão começar a fazer trabalhar o acontecimento” – e a questão da “convocação” e da “reorganização”: uma memória é convocada e reorganizada pelo acontecimento. A partir desses elementos, acredito ser possível sustentar que se o acontecimento é trabalhado, se ele convoca e reorganiza uma memória, é porque ele representa uma exigência de trabalho. Entretanto, de que exigência de trabalho se trata?

Pêcheux ([1983] 1997) refere-se ao “confronto discursivo sobre a denominação desse acontecimento improvável” (p. 20), confronto esse que havia começado antes de 1981, mas que prossegue marcado pela “novidade do dia 10 de maio” (p. 20). A partir dessa indicação, alguns outros elementos podem ser destacados em relação ao acontecimento: seu aspecto “novo” e “improvável”. Desponta aqui a perspectiva segundo a qual o trabalho se configura como forma de domesticar o acontecimento que, irrompendo enquanto “novo” e “improvável” no âmbito do provável e do estabelecido, causa estupor. Em sua reflexão sobre o texto escrito por Pêcheux em 83, Leite (1994) refere-se ao estupor mencionado pelo autor fazendo uso de articulações sobre o real no âmbito da teoria psicanalítica. A autora indica que “A reação de estupor marca bem o que o real, enquanto fato novo, produz” (LEITE, 1994, p. 177-178).

A questão referente ao confronto discursivo em torno do acontecimento novo e improvável permite sustentar que o trabalho imposto pela novidade e pela improbabilidade do

acontecimento envolve uma abordagem (pela via do discurso) daquilo que advém como ruptura em relação ao provável e ao estabelecido. A esse respeito, é importante destacar a indicação de Pêcheux de que os enunciados “F. Mitterand é eleito presidente da República Francesa”, “A esquerda francesa leva a vitória eleitoral dos presidencialistas” e “A coalização socialista-comunista se apodera da França” não estão em relação interparafrástica: “esses enunciados remetem (Bedeutung) ao mesmo fato, mas eles não constroem as mesmas significações (Sinn). O confronto discursivo prossegue através do acontecimento...” (PÊCHEUX [1983] 1997, p. 20). Portanto, o trabalho imposto pelo acontecimento coloca em cena uma construção de significação pela via do discurso. Desponta aqui a perspectiva de que a exigência de trabalho colocada em cena pelo acontecimento relaciona-se ao fato de que o acontecimento demanda ser significado, de que ele é uma exigência de significação.

Vislumbramos aqui um elemento fundamental na argumentação construída por Pêcheux em 1983: o discurso continua, em consonância com as elaborações anteriores do autor, a corresponder ao lugar no qual se constitui o sentido, mas a significação é remetida ao acontecimento como representando uma exigência de significação. Levar em conta a dimensão do acontecimento possibilita a consideração do confronto discursivo travado em torno do acontecimento enquanto demandante de significação.

Na reflexão empreendida no capítulo anterior, constatamos que a formação discursiva se configura como lugar de constituição do sentido, sentido que se produz na língua como efeito dos processos discursivos. No texto que agora discutimos, é a partir do confronto discursivo em torno do acontecimento novo e improvável que se estabelece o jogo de significação. Delineia-se aqui uma mudança de perspectiva no que se refere à questão do sentido: de sua constituição na formação discursiva em direção ao confronto discursivo em torno do acontecimento demandante de significação. No texto de 1983, Pêcheux indica que a noção de formação discursiva derivou muitas vezes para a ideia de “uma

máquina discursiva de assujeitamento dotada de uma estrutura semiótica interna e por isso mesmo voltada à repetição” (PÊCHEUX [1983] 1997, p. 56). Segundo o autor, essa concepção estrutural da discursividade levaria a um apagamento da dimensão do acontecimento no discurso.

De acordo com Pêcheux, o gesto de inscrever um discurso dado numa série, incorporá-lo num *corpus*, corre o risco de “absorver o acontecimento desse discurso na estrutura da série na medida em que esta tende a funcionar como transcendental histórico, grade de leitura ou memória antecipadora do discurso em questão” (PÊCHEUX [1983] 1997, p. 56). Se a abordagem da língua discutida no capítulo anterior coloca em cena a perspectiva segundo a qual a análise dos processos discursivos incide sobre segmentos de língua recortados pelo analista, isto é, sobre um *corpus* linguístico (cf. PÊCHEUX; FUCHS [1975] 1997, p. 171), as considerações tecidas por Pêcheux em *Discurso: estrutura ou acontecimento* dão lugar a uma crítica ao gesto de incorporar um discurso dado num *corpus*, pois tal gesto coloca em cena o risco de um apagamento da dimensão do acontecimento.

Em relação à discussão aqui realizada, tornam-se relevantes as considerações tecidas por Leite em *Psicanálise e Análise do Discurso – o acontecimento na estrutura*. A autora faz uma reflexão sobre o estatuto da Psicanálise no projeto de Análise do Discurso construído por Michel Pêcheux. Segundo Leite, a referência à Psicanálise é constante na elaboração teórica de Pêcheux, embora ocorra de forma diferenciada em função do momento específico desta elaboração. Tomando como objeto de reflexão seis textos escritos por Pêcheux, a autora identifica variações referentes ao conceito de estrutura em diferentes momentos da teorização do autor: “o ponto que para nós tipifica as mudanças na relação com a teoria psicanalítica [ao longo do percurso de Pêcheux] se refere menos à consideração da categoria do Outro, do que no modo de caracterização deste Outro” (LEITE, 1994, p. 22).

Segundo a argumentação desenvolvida por Leite, o Outro deve ser considerado para além de sua referência somente

simbólica. Faz-se necessário colocar em destaque a dimensão real do Outro, na medida em que este Outro, “representante de *Das Ding* (Coisa, objeto desde sempre irremediavelmente perdido, na concepção freudiana)” (LEITE, 1994, p. 22), é marcado por um furo. Em sua reflexão, a autora indica que há no percurso de Michel Pêcheux a passagem de um Outro completo, que coloca em cena um apagamento do real do inconsciente, para um Outro esburacado. Segundo Leite, é no texto *Discurso: estrutura ou acontecimento?* que

[...] se desmorona a possibilidade de estudo do discurso apenas como estrutura (o que já vinha se construindo nos textos da última fase) e a indagação “estrutura ou acontecimento?” sugere um impasse ao qual oferecemos a seguinte leitura: o Outro é esburacado, a estrutura comporta um furo, o lugar do acontecimento. Isto nos conduz diretamente ao conceito de estrutura na especificidade com a qual se reveste na Psicanálise. Portanto, estrutura e acontecimento. (LEITE, 1994, p. 24)

A consideração da dimensão do acontecimento – tomada por Leite como uma consideração da dimensão real do Outro – corresponde, portanto, a um elemento essencial no percurso teórico de Michel Pêcheux. Elemento no qual, a nos guiarmos pelas considerações da autora, é possível vislumbrar uma proximidade com a teoria psicanalítica. Vale destacar que, a despeito de tal proximidade, não há uma menção explícita à teoria psicanalítica ou a elementos dela provenientes na reflexão realizada por Pêcheux acerca do acontecimento. Retomarei esse ponto no capítulo 4, que abordará a questão do atravessamento da Análise do Discurso pela Psicanálise.

2.6 – *On a gagné*

O texto *Discurso: estrutura ou acontecimento?* dá lugar à análise do enunciado *On a gagné* (Ganhamos), que se constitui no

confronto discursivo em torno do acontecimento improvável relativo à vitória de François Mitterrand nas eleições presidenciais de maio de 1981. *On a gagné* desponta como um grito de vitória que será repetido de forma infindável em diversas cidades na França, como um “eco inesgotável, apegado ao acontecimento” (PÊCHEUX [1983] 1997, p. 21). Pêcheux refere-se ao enunciado *On a gagné* fazendo menção ao fato de que ele é cantado com um certo ritmo e uma melodia determinada. Trata-se de um grito de vitória, de um júbilo cantado que mobiliza os corpos. Poderia esse fato ser relevante para a reflexão empreendida neste livro?

Na análise de *On a gagné*, Pêcheux destaca que esse enunciado se configura como a retomada direta, no campo político, do grito coletivo de torcedores vitoriosos em uma competição esportiva. Em relação a esse ponto, é relevante destacar as elaborações do autor acerca da apresentação dos resultados eleitorais de maio de 1981 na mídia. A vitória de Mitterrand se inscreve num universo de univocidade lógica: Mitterrand venceu, ponto final – é o que mostram o veredito das estimativas calculadas por equipes de informática eleitoral e as tabelas de porcentagem que aparecem na televisão. Como diz Pêcheux, “O universo das porcentagens de resultados, munidos de regras para determinar o vencedor é ele próprio um espaço de predicados, de argumentos e relações logicamente estabilizado” (PÊCHEUX [1983] 1997, p. 23).

Ora, o resultado de uma competição esportiva mobiliza igualmente um universo logicamente estabilizado: a propósito de uma partida esportiva, pode-se dizer quem venceu, a equipe X ou a equipe Y. Nessa perspectiva, uma pergunta como “quem ganhou de fato, para além das aparências?” seria pouco pertinente ou até mesmo absurda. Destacando que o enunciado *On a gagné* se configura como a retomada do grito de torcedores vitoriosos em uma competição esportiva, Pêcheux aponta para a inscrição da vitória de Mitterrand num campo de univocidade lógica. Como afirma o autor, o esporte desponta nesse caso como “a metáfora popular adequada ao campo político francês” (PÊCHEUX [1983] 1997, p. 21).

Entretanto, o enunciado *On a gagné* é, segundo Pêcheux, profundamente opaco. A interpretação político-esportiva por ele evocada só funciona uma vez que a materialidade discursiva do enunciado não seja abordada. Se por um lado o enunciado remete a um universo logicamente estabilizado (no qual normalmente se inscreve o resultado de uma competição esportiva), uma atenção à sua materialidade linguística apontará para outra direção. Pêcheux tecerá então considerações sobre o sujeito do enunciado – quem ganhou? – e sobre seus complementos elididos – ganhou o quê, como, por quê?

Em relação ao sujeito do enunciado, Pêcheux indica que a sintaxe da língua francesa permite deixar indeterminada a identidade de quem ganhou, através da utilização do *on* indefinido. Quem ganhou com a vitória de Mitterand em maio de 1981? Trata-se do “nós” referente aos militantes dos partidos de esquerda? Ao povo da França? Àqueles que sempre apoiaram o Programa Comum ¹⁹ ? Àqueles que se sentem liberados pela partida de Giscard d’Estaing ²⁰ ? Ou àqueles que estão surpresos e entusiasmados com a perspectiva de que “vai mudar”? Segundo o autor, essa indeterminação leva, no que se refere ao sujeito de *On a gagné*, a uma mistura de posições militantes com a posição passiva do torcedor de uma competição esportiva, torcedor hesitante até o último momento, quando o gol decisivo é marcado.

Em relação aos complementos do enunciado, Pêcheux indica que em *On a gagné* a alegria da vitória é enunciada sem complementação, mas os complementos podem ser supostos: ganhou-se “o jogo”, “a partida”, “a primeira rodada” (antes das eleições legislativas); mas ganhou-se também “por sorte”, quando nem se acredita que seja possível ganhar; ganhou-se “terreno sobre o adversário”; ganhou-se, enfim, “o poder”. Entretanto, Pêcheux indica que não é possível mostrar de forma unívoca

¹⁹ Programa comum para o governo da França, divulgado em 1972 por comunistas e socialistas.

²⁰ Presidente que precedeu François Mitterand.

aquilo de que se trata: o poder comparece como “objeto adquirido” (resultado justo de um esforço, ou efeito da sorte), como “espaço resistente à conquista”, como “ato performativo a se sustentar” (fazer o que se diz), ou como “novas relações sociais a serem construídas”... (cf. PÊCHEUX [1983] 1997, p. 26-27).

A seguinte afirmação de Pêcheux é relevante para a discussão empreendida aqui: “‘On a gagné’ [‘Ganhamos’]: há dois anos o equívoco da fórmula trabalha a esquerda nos postos governamentais, tanto quanto nas diferentes camadas da população” (PÊCHEUX [1983] 1997, p. 27). O ponto a ser destacado é que a abordagem da materialidade linguística de *On a gagné* permite ir além de um campo de proposições logicamente estáveis, suscetíveis de resposta unívoca (como no caso da vitória em uma competição esportiva), e abordar um campo de formulações equívocas, no qual há uma indeterminação acerca de quem ganhou e acerca dos elementos que caracterizam essa “vitória”. É nesse sentido que, segundo Pêcheux, o enunciado *On a gagné* é opaco:

sua materialidade léxico-sintática (um pronome “indefinido” em posição de sujeito, a marca temporal-aspectual de realizado, o lexema verbal “gagner” [“ganhar”], a ausência de complementos) imerge esse enunciado em uma rede de relações associativas implícitas – paráfrases, implicações, comentários, alusões, etc – isto é, em uma série heterogênea de enunciados, funcionando sob diferentes registros discursivos, e com uma estabilidade lógica variável. (PÊCHEUX [1983] 1997, p. 23)

É fundamental destacar que é a “materialidade léxico-sintática” do enunciado – sua materialidade linguística – que permite a Pêcheux destacar a opacidade do enunciado *On a gagné*, remetendo-nos para além da inscrição da vitória de François Mitterrand num universo de estabilidade lógica. Esse fato deve ser aqui destacado, uma vez que se articulará ao recurso a *lalangue* realizado nesse texto.

A análise de *On a gagné* fornece elementos fundamentais para que seja possível refletir acerca da Análise do Discurso que se delinea em 1983. A esse respeito, as considerações críticas tecidas por Pêcheux acerca do movimento estruturalista tornam-se relevantes. O autor questiona as análises estruturais que se fundamentam num modelo de equivalência interpretativa, e que se configuram como um dispositivo de tradução que transporia “enunciados empíricos vulgares” em “enunciados estruturais conceptuais” (cf. PÊCHEUX [1983] 1997, p. 46). Nessa perspectiva, um enunciado como “o rosto do socialismo existente está desfigurado” poderia dar lugar à seguinte análise, apresentada por Pêcheux de forma simplificada: o enunciado empírico P1 – “o rosto do socialismo existente está desfigurado” – não significa outra coisa senão / é o mesmo em termos teóricos que o enunciado teórico P2 – “a ideologia burguesa domina a teoria marxista” (cf. PÊCHEUX [1983] 1997, p. 47).

A partir da crítica ao funcionamento das análises estruturais, Pêcheux ([1983] 1997) se refere a maneiras de abordar as materialidades discursivas através de “suas relações com o cotidiano, com o ordinário do sentido” (p. 49). Para além da proposta estruturalista de ler os Grandes Textos, trata-se de “se pôr na escuta das circulações cotidianas, tomadas no ordinário do sentido” (p. 48). Segundo o autor, essa maneira de trabalhar impõe algumas exigências.

Uma das exigências corresponde a dar primazia aos gestos de descrição das materialidades discursivas. A esse respeito, Pêcheux afirma que a descrição à qual ele se refere supõe o reconhecimento de um real específico sobre o qual a descrição se instala: trata-se do real da língua assim como elaborado por Jean-Claude Milner em *O amor da língua*. O autor afirma que algumas tendências da linguística são, a esse respeito, encorajadoras:

A pesquisa linguística começaria assim a se descolar da obsessão da ambiguidade (entendida como lógica do ‘ou... ou’) para abordar o próprio da língua através do papel do equívoco, da elipse, da falta,

etc... Esse jogo de diferenças, alterações, contradições não pode ser concebido como o amolecimento de um núcleo duro lógico: a equivocidade, a “heterogeneidade constitutiva” (A expressão é de J. Authier) da língua corresponde a esses “artigos de fé” enunciados por J. Milner em “A Roman Jakobson ou le Bonheur par la Symétrie” [...]:

- nada da poesia é estranho à língua
- nenhuma língua pode ser pensada completamente, se aí não se integra a possibilidade de sua poesia”. (PÊCHEUX [1983] 1997, p. 50-51)

É essencial a indicação de Pêcheux de que o ponto no qual a língua é afetada pelo equívoco não deve ser concebido em referência ao suposto amolecimento de um núcleo duro lógico. Após recuperar o argumento de Milner segundo o qual uma língua deve ser pensada levando em conta a possibilidade de sua poesia, Pêcheux se refere à necessidade de construção, no âmbito da pesquisa linguística, de procedimentos que possibilitariam “abordar explicitamente o fato linguístico do equívoco como fato estrutural implicado pela ordem do simbólico” (PÊCHEUX [1983] 1997, p. 51). Trata-se para Pêcheux de trabalhar no ponto em que cessa a estabilidade lógica do “mundo semanticamente normal” (PÊCHEUX [1983] 1997, p. 34), ponto que convoca *lalangue* enquanto registro que consagra a língua ao equívoco.

A perspectiva de uma descrição das materialidades discursivas que leve em conta o real da língua sobre o qual a descrição se instala – primeira exigência de uma análise discursiva que se proponha a abordar as relações com o cotidiano, com o ordinário do sentido – articula-se a um elemento importante, destacado por Pêcheux no texto de 83: toda descrição “está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua” (PÊCHEUX [1983] 1997, p. 53), uma vez que se leva em conta que ‘não há metalinguagem’.

Acerca da forma como comparece a interpretação no âmbito da reflexão de Pêcheux em *Discurso: estrutura ou acontecimento?*, a seguinte afirmação do autor torna-se relevante:

Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente

determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso. (PÊCHEUX [1983] 1997, p. 53)

A perspectiva de uma descrição que aborde o fato estrutural do equívoco indica que a materialidade linguística pode ser descrita de forma que sejam destacados os pontos de deriva possíveis, que oferecem lugar à interpretação. Entendo que, no texto de 83, a interpretação advém não na condição de um desvelamento do sentido que seria socio-historicamente constituído, mas como uma operação que, a partir dos pontos de deriva de um texto ou de um enunciado – em *On a gagné*, quem ganhou? Ganhou o quê, como, por quê? –, faz trabalhar o equívoco a que a língua é consagrada.

No recurso a *lalangue* realizado por Pêcheux no texto de 1983, a consideração do ponto em que há língua e há inconsciente encontra-se intimamente relacionada a uma questão referente à descrição / interpretação da materialidade linguística dos enunciados analisados. Este fato não é surpreendente, uma vez que Pêcheux está tecendo considerações sobre o procedimento de análise do discurso, sobre o procedimento de análise das materialidades discursivas. É a língua como “condição *material* de base do discurso” (LEITE, 1994, p. 137, destaque da autora) que está em jogo aqui. Pêcheux recorre a *lalangue* no texto de 1983, recurso que não é sem consequências para a instigante reflexão empreendida nesse texto. Entretanto, é a língua na condição de lugar no qual se desdobram efeitos constituídos em nível do discurso que está em cena. Para além da perspectiva de uma descrição (da materialidade linguística) que está necessariamente exposta ao equívoco, para além da possibilidade de abordar, através de uma análise linguística, “o fato estrutural do equívoco”, o que o registro de *lalangue* poderia colocar em cena?

Em relação a essa questão, gostaria de destacar alguns elementos mencionados por Pêcheux ([1983] 1997) acerca do grito de vitória analisado em 1983. O autor nos conta que os parisienses

para quem o acontecimento de 20 de maio de 1981 é uma vitória se reúnem na Praça da Bastilha, e em grande parte das outras cidades francesas, para “gritar sua alegria” (p. 21): *On a gagné* é “repetido sem fim como um eco inesgotável” (p. 21), diz Pêcheux. Para além da materialidade linguística do enunciado, deve-se dizer que o grito de alegria mobiliza os corpos em júbilo. Não se trata apenas de uma sequência linguística, mas também de um canto entoado “com um ritmo e uma melodia determinados (on-a-gagné / dó-dó-sol-dó)” (p. 21). Em que medida esse júbilo gritado e cantado poderia ser relevante para uma reflexão acerca do discurso? Pêcheux parece não ter seguido essa direção, a despeito das instigantes considerações tecidas no texto de 1983. Se por um lado Pêcheux refere-se de forma explícita à relevância do real da língua (assim como delineado por Milner em *O amor da língua*) para a Análise do Discurso delineada em 83, é possível que um elemento essencial não tenha sido abordado.

2.7 – Questões

A reflexão acerca dos textos *A língua inatingível* e *Discurso: estrutura ou acontecimento?* permitiu vislumbrar, em contraste com a abordagem de língua sobre a qual refletimos no capítulo anterior, um recurso a *lalangue*. Como afirmam Pêcheux e Gadet, *lalangue* remete ao ponto de equívoco na língua, correspondendo a um espaço recortado por falhas, atestadas pela existência do lapso e do chiste. *Lalangue* é lugar do retorno do idêntico sob outras formas, uma vez que, como ponto a partir do qual há língua e há inconsciente, um segmento pode ser ele mesmo e um outro (cf. PECHEUX; GADET [1981] 2004, p. 55).

Deve-se dizer que, uma vez que a língua é abordada como lugar do equívoco, coloca-se em destaque um elemento de não-sistematicidade na língua, o ponto em que um segmento pode ser ele mesmo e um outro. O recurso a *lalangue* no percurso de Pêcheux parece apontar para a perspectiva de que os efeitos constituídos em nível do discurso não se constituem senão

referidos a uma particularidade da língua, qual seja, o fato de que ela seja um espaço necessariamente afetado pelo equívoco. Através de um recurso a *lalangue*, atribui-se à língua um papel de destaque em relação à produção dos efeitos determinados pelo discurso, efeitos que só se desdobrariam em função do ponto de equívoco na língua. Se na abordagem de língua discutida no capítulo anterior coloca-se em destaque a base linguística regida por leis abordáveis no campo da Linguística, o recurso a *lalangue* indica que o ponto de equívoco da língua assegura a própria configuração dos efeitos produzidos em nível do discurso.

A consideração da relevância de *lalangue* para a Análise do Discurso não deixa de vir acompanhada de um deslocamento referente à proposta, delineada por Pêcheux no contexto da primeira abordagem de língua discutida neste livro, de uma análise “automática” do discurso, de um registro “regrado” e “automatizado” da superfície discursiva. Em relação ao assentimento ao ideal da ciência que identificamos na abordagem de língua discutida no capítulo anterior, o recurso a *lalangue* não deixa de colocar em cena um deslocamento. A esse respeito, considero fundamental a indicação feita por Pêcheux em *Discurso: estrutura ou acontecimento?* de que toda descrição das materialidades discursivas encontra-se “intrinsecamente exposta ao equívoco da língua” (PÊCHEUX [1983] 1997, p. 53), uma vez que não há metalinguagem. Portanto, a partir da argumentação desenvolvida nesse texto, fica insustentável a proposta de uma análise “objetiva” e “automática”, isto é, que não seja afetada pelo equívoco. A esse respeito, talvez não seja sem relevância recuperar as últimas linhas do texto de 1983: “Face às interpretações sem margens nas quais o intérprete se coloca como um ponto absoluto, sem outro nem real, trata-se aí, para mim, de uma questão de ética e política: uma questão de responsabilidade” (PÊCHEUX [1983] 1997, p. 57).

As considerações tecidas no primeiro capítulo do livro indicaram que a instauração da Linguística científica demanda a exclusão da “singularidade de um corpo que fala” (LEMOS, 1995b, p 18). A esse respeito, nossa reflexão permitiu destacar pontos do

edifício saussuriano nos quais seria possível identificar o descarte da singularidade necessário para a fundação da Linguística. Junto a Lemos (1995b), constatamos que a elaboração da dicotomia língua vs. fala se configura como uma tentativa de excluir da língua aquilo que pertence à fala, isto é, à esfera individual. Por sua vez, Milner indica que o caráter diferencial do signo saussuriano assegura uma sutura, uma vez que o signo – representando para outros signos – “é construído de forma que seja foracluído o sujeito” (MILNER, 1978, p. 87, tradução minha ²¹). De acordo com as reflexões de Lemos e de Milner, o elemento descartado não deixa de retornar: a autora indica que “o que é excluído retorna como indagação sobre o espaço livre que a língua deixa para o ‘próprio da fala’” (LEMOS, 1995b, p. 12), ao passo que Milner identifica nas pesquisas sobre os anagramas “a figura de um retorno do foracluído” (MILNER, 1978, p. 87, tradução minha ²²).

Sobre a questão da exclusão da singularidade no âmbito da Linguística, não é sem importância retomar a indicação fornecida por Lemos acerca de uma “opção” feita por Saussure, no âmbito do *Curso de Linguística Geral*, entre “salvar o significado como face do signo / unidade indissolúvel e submeter a significação ao valor como relação entre significantes” (LEMOS, 1995a, p. 50). Segundo a autora, Saussure opta pela primeira saída: desfazendo / refazendo a teoria do valor, o linguista genebrino não deixa de abordar o signo em sua totalidade como uma entidade positiva, em oposição a outros signos. Como vimos, se por um lado a reflexão sobre o valor (realizada separadamente no que concerne ao significante e no que se refere ao significado) indica que “na língua há apenas diferenças *sem termos positivos*” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 139, destaque do autor), o signo considerado em sua totalidade corresponderia, segundo Saussure, a uma entidade positiva: “dizer que na língua tudo é negativo só é verdade em relação ao significante e ao significado tomados separadamente: desde que consideremos o

²¹ Na versão em francês: “il est construit en sorte que soit forclos le sujet”.

²² Na versão em francês: “la figure d’un retour du forclos”.

signo em sua totalidade, achamo-nos perante uma coisa positiva em sua ordem” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 139).

Ora, a “opção” mencionada por Lemos nos permite abordar a questão da exclusão da singularidade no âmbito da Linguística. O ato de salvar o significado como face do signo na condição de unidade indissolúvel – em detrimento de “submeter a significação ao valor como relação entre significantes” (LEMOS, 1995a, p. 50) – é lugar de exclusão da singularidade no âmbito do *Curso de Linguística Geral*. Por sua vez, as considerações tecidas por Lacan acerca do signo saussuriano (cf. LACAN [1957] 1988) indicam que a “alternativa descartada” por Saussure é recuperada por Lacan de forma a abordar o sujeito do desejo inconsciente como efeito do funcionamento do significante: ponto de ruptura em relação à Linguística.

Em *Psicanálise e Análise do Discurso – o acontecimento na estrutura*, Leite tece considerações dignas de nota sobre o resto engendrado pela operação de fundação da Linguística. Segundo a autora, a instauração da língua como objeto de estudo científico produz um resto, resto que “não cessa de retornar (não se escreve)” (LEITE, 1994, p. 113). Leite se refere ao resto da operação saussuriana fazendo menção ao real da língua como impossível assim como abordado por Milner em *O amor da língua*. A autora menciona então a pertinência de *lalangue* para os linguistas, uma vez que permitiria manter a referência saussuriana atravessada pelo resto da operação de constituição da Linguística como ciência. Em sua argumentação, Leite indica que *lalangue*, referindo-se à equivocidade que trabalha incessantemente a língua, evidencia uma estratégia específica para lidar com a falta, “fazendo-a incidir sobre o processo de teorização” (LEITE, 1994, p. 114).

A reflexão desenvolvida neste livro indica que o percurso teórico de Michel Pêcheux se encontra intimamente articulado à questão do resto engendrado pela fundação da Linguística científica. Vimos que, segundo Pêcheux, a Linguística – colocando em cena o funcionamento da língua em detrimento de sua função (de expressar o sentido) – abandona o terreno concernente à

significação de um texto, mas a questão abandonada insiste em se fazer ouvir (cf. PÊCHEUX [1969] 1997, p. 63). Como vimos, o dispositivo de análise automática do discurso forjado em *Análise Automática do Discurso* corresponde a uma tentativa de tratamento da questão que é excluída com a fundação da Linguística.

Indiquei também que, segundo Pêcheux, o “conceito filosófico de sujeito livre” (PÊCHEUX [1969] 1997, p.71) corresponderia a um resíduo da oposição tecida por Saussure entre a língua e a fala. O autor empreende então suas considerações críticas acerca do conceito de fala, considerações que são fundamentais na construção do dispositivo teórico e prático proposto em *Análise Automática do Discurso*. Abordei anteriormente os problemas implicados na consideração da fala saussuriana como um reduto da liberdade humana, e não retomarei essa questão. O que importa aqui é indicar novamente que a tentativa de abordar o resto engendrado pela fundação da Linguística científica atravessa o percurso teórico de Pêcheux.

Em nossas considerações sobre *A língua inatingível*, constatamos que a reflexão de Pêcheux e Gadet ([1981] 2004) busca abordar esse resíduo levando em conta a contribuição da Psicanálise acerca do homem como “animal simbólico, ser falante” (p. 20). Uma das perguntas formuladas pelos autores foi a seguinte: “O que, então, a linguística foraclui no interior de si mesma?” (p. 19). Como vimos, Pêcheux e Gadet indicam que há uma “insistência no ensurdecimento” (p. 19) a afetar a Linguística, e que o elemento rejeitado refere-se justamente a *lalangue*, ao real irrepresentável da língua, ao impossível que lhe é próprio. Aquilo que, por uma necessidade estrutural, fica excluído do campo da Linguística é o fato de que “em toda língua, um segmento possa ser ao mesmo tempo ele mesmo e um outro” (p. 55).

Entretanto, nossa reflexão acerca de *A língua inatingível* possibilitou constatar que, segundo Pêcheux e Gadet, o ponto de equívoco na língua se articula de forma estreita à contradição histórica: “o que afeta e corrompe o princípio da univocidade na língua não é localizável nela: o equívoco aparece exatamente

como o ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se à contradição (histórica)” (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 64). A partir da argumentação desenvolvida por Leite (1994), é legítimo fazer aqui a seguinte pergunta: a despeito de uma menção explícita ao ponto de equívoco na língua, a teorização de Pêcheux e Gadet – apontando para a perspectiva segundo a qual é na contradição histórica que se sustenta esse ponto – permitiria manter a referência saussuriana atravessada pelo resíduo engendrado pela fundação da Linguística? A reflexão dos autores permite fazer com que o resíduo incida sobre a produção teórica? O que Pêcheux e Gadet fazem com o resto que não cessa de não se escrever ao acenar com a perspectiva uma relação entre *lalangue* e a contradição histórica? Para além de uma suposta relação com a contradição histórica, o que o registro de *lalangue* coloca em cena?

A partir da reflexão presente neste capítulo, é possível identificar uma diferença em relação ao recurso a *lalangue* feito em *A língua inatingível* e em *Discurso: estrutura ou acontecimento?*: no primeiro trabalho, delinea-se a perspectiva de uma relação entre real da língua e real da história, ao passo que o texto de 1983 coloca em cena a possibilidade de abordar “o fato linguístico do equívoco como *fato estrutural implicado pela ordem do simbólico*” (PÊCHEUX [1983] 1997, p. 51, destaque meu). No texto de 83, não é à contradição histórica que fica remetido o ponto de equívoco na língua, mas sim a um fato que é da ordem da estrutura, implicado pelo registro do simbólico. Eis um contraste que não deve ser desconsiderado.

Por outro lado, a reflexão sobre o texto *Discurso: estrutura ou acontecimento?* nos permitiu vislumbrar que o recurso a *lalangue* é feito nesse texto em estreita conexão com a questão da descrição da materialidade linguística dos enunciados. Por mais instigante que seja a reflexão do autor no texto de 83, é importante repetir uma pergunta feita anteriormente: para além da consideração de *lalangue* em sua articulação com a questão da descrição da materialidade linguística, a que ponto pode nos conduzir o registro em que há língua e há inconsciente? Que consequências adviriam daí para uma reflexão sobre o discurso?

Faz-se necessário, portanto, tecer considerações acerca do registro de *lalangue* assim como trabalhado no âmbito da teoria psicanalítica. É o que será realizado no próximo capítulo. Teremos então a oportunidade de constatar que a consideração do ponto em que há língua e há inconsciente demanda uma reconsideração da questão do discurso, o que nos levará à teoria dos discursos formulada por Lacan a partir de 1969.

CAPÍTULO III

LALANGUE E DISCURSO

Como vimos, a fundação da Linguística como ciência engendra a exclusão da “singularidade de um corpo que fala” (LEMOS, 1995b, p 18). Por sua vez, a Psicanálise está às voltas justamente com esse elemento que deve ser excluído para que uma ciência se instaure, e coloca em cena a perspectiva de que o real da língua é atravessado por falhas, atestadas pela existência do lapso e do chiste (cf. PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 55). Iniciarei minha reflexão acerca do registro de *lalangue* abordando essa distinção essencial de forma mais detida. Percorrer esse caminho possibilitará abordar o que, no recurso a *lalangue* feito por Michel Pêcheux, não foi levado em consideração.

3.1 – O incomensurável no âmbito da língua

Milner inicia sua reflexão em *O amor da língua* com uma indicação fundamental: “O campo freudiano é coextensivo ao campo da fala” (MILNER, 1978, p. 7, tradução minha ²⁴). A partir da descoberta do inconsciente por Freud, e do retorno a Freud empreendido por Lacan, é possível vislumbrar que há um real com o qual o ser falante tem que se arranjar: tudo não se diz, uma vez que há “um impossível próprio à língua, que sempre volta a seu lugar” (MILNER, 1978, p. 7, tradução minha ²⁵). Um impossível, portanto, que afeta o ser falante. E a forma com a qual

²⁴ Na versão em francês: “Le champ freudien est coextensif au champ de la parole.”

²⁵ Na versão em francês: “un impossible propre à la langue, qui toujours revient à sa place”.

o ser falante se arranja com esse impossível aponta para o registro de uma singularidade incomensurável.

Na perspectiva delineada por Milner em *O amor da língua*, não se trata de tomar o ser como um elemento ao qual vem se acrescentar a propriedade de falante, mas de destacar que “o ser falante é aquele cujo próprio ser não deixa de ser afetado pelo fato de que ele fala” (MILNER, 1978, p. 98, tradução minha ²⁶): ser e falar se enlaçam, corrompendo-se um ao outro. O falante de que se trata aqui é sujeito constituído pela linguagem, no campo da linguagem, portador da função da fala. Por sua vez, no âmbito da Linguística, o falante corresponde a um ser sem corpo, que não tem senão o desejo de enunciar: falante sem desejo, apagamento necessário para que se constitua um real representável para o cálculo, calculável como língua. Enquanto objeto de estudo científico, a língua se configura como se não fosse falada por ninguém cujo ser fosse especificável.

Em relação à operação de constituição da língua como real calculável, a descoberta do inconsciente indica que, em matéria de língua, a ciência pode faltar (cf. MILNER, 1978, p. 9). Indicação a partir da qual é possível vislumbrar *lalangue*, real não representável pelo cálculo, real da língua percorrido por falhas “onde o desejo cintila e o gozo se deposita” (MILNER, 1978, p. 9, tradução minha ²⁷). Desenha-se aqui a perspectiva segundo a qual o falante de que se trata, uma vez que se leva em conta o registro do inconsciente, é sujeito de desejo. E mais: trata-se de implicar aí o corpo e o gozo. Uma vez que se considera que o sujeito é marcado por uma falta – a partir da qual ele se configura como desejante –, quais seriam as consequências para uma reflexão sobre o discurso?

Configurando-se no campo da Linguística como objeto que não seria falado por ninguém cujo ser fosse especificável, a língua refere-se ao núcleo que, em cada uma das línguas, suporta sua

²⁶ Na versão em francês: “l’être parlant est ce dont l’être même ne manque pas d’être affecté de ceci qu’il parle”.

²⁷ Na versão em francês: “où le désir miroite e la jouissance se dépose.”

unicidade e sua distinção. Nesse sentido, Milner (1978) indica que a língua não poderia ser representada como uma substância sobrecarregada de acidentes diversos, mas como uma “forma invariante” face a suas atualizações: a língua é uma forma, não uma substância (cf. SAUSSURE [1916] 1974, p. 131 e 141). Em relação a esse ponto, é relevante retomar aqui a ideia desenvolvida por Pêcheux ([1969] 1997) de que a língua corresponde, face à variedade que marca os processos discursivos, a um “fundo invariante”. Vale lembrar que, ao longo do percurso de Pêcheux, a língua comparece como pressuposto invariante, correspondendo, portanto, a uma “condição *material* de base do discurso” (LEITE, 1994, p. 137, destaque da autora). A perspectiva da língua como forma/fundo invariante, condição material do discurso, é lugar no qual é possível vislumbrar uma vinculação estreita entre a Linguística e a Análise do Discurso forjada por Michel Pêcheux. Entretanto, as considerações tecidas por Milner (1978) parecem indicar que a perspectiva segundo a qual a língua é afetada pelo inconsciente coloca em cena uma incompatibilidade com a visada de acordo com a qual a língua é um pressuposto invariante. Portanto, o recurso a *lalangue* feito por Michel Pêcheux confrontaria a Análise do Discurso com um impasse?

Milner indica que a operação de nomeação de um núcleo de unicidade e distinção em cada uma das línguas não deixa de levantar suspeita. Em toda locução, é possível fazer valer uma dimensão de não-identidade, correspondente ao equívoco e ao que o promove – homofonia, homossemia, homografia –, ao duplo sentido e ao dizer em meias palavras, elementos que não cessam de irromper no tecido de nossas conversas, no mais banal do cotidiano: “uma locução, trabalhada pelo equívoco, é ao mesmo tempo ela mesma e uma outra. Sua unicidade se refrata” (MILNER, 1978, p. 18, tradução minha ²⁸).

²⁸ Na versão em francês: “une locution, travaillée par l'équivoque, est à la fois elle-même et une autre. Son unicité se réfracte”.

Portanto, do ponto de vista da Linguística, a língua deve ser Uma (cf. MILNER, 1978, p. 20). Nessa perspectiva, uma língua demanda ser sempre idêntica a si mesma, sempre passível de ser inscrita na esfera da univocidade, de forma que proposições universalizáveis possam ser proferidas. Por outro lado, colocar em cena o equívoco que possibilita que uma locução seja diferente de si mesma aponta para a própria não-identidade de uma língua consigo mesma. Não se trata aqui de criticar a Linguística, mas apenas de destacar que, a despeito da demanda de que a língua não seja equívoca – demanda que responde às exigências da inscrição da Linguística no campo da ciência –, o real do equívoco insiste: *lalangue* corresponde ao registro que consagra a língua ao equívoco (cf. MILNER, 1978, p. 22). Segundo Leite (1996), *lalangue* enquanto real indica o furo que não cessa de produzir, através da homofonia, a equivocação.

Se uma língua é diferente de si mesma, como ela poderia formar uma classe? De acordo com Milner (1978), *lalangue* – cuja figuração mais direta é a língua materna, língua materna para um sujeito²⁹ – corresponde ao ponto a partir do qual é impossível que as línguas sejam reunidas num todo, na classe da linguagem. As línguas podem então ser consideradas pelo que as tornam incomensuráveis entre si, uma vez que se configuram como radicalmente impróprias a uma totalização. Interessa destacar que, segundo Milner, o caráter que funda essa incomensurabilidade não poderia ser enunciado em proposições linguísticas universalizáveis, pois essa incomensurabilidade desapareceria uma vez que se assumisse a perspectiva que permitira tais proposições. Como então seria possível circunscrever esse ponto de impossibilidade, de comensurabilidade impossível?

²⁹ Segundo Leite (1995), a língua materna não se identifica seja com a língua falada pela mãe, seja com aquela considerada língua nacional. A autora indica que “uma língua é materna para um falante, uma vez que nela se constitui a interdição à mãe enquanto objeto” (p. 68).

O termo *lalangue* advém na fala de Lacan (1971-1972) no contexto de uma discussão, realizada no âmbito do seminário acerca do saber do psicanalista, sobre a afirmação de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem. Ao mencionar o trabalho de J. Laplanche e J.-B. Pontalis, Lacan comete um lapso: ao invés de dizer “Vocabulário de Psicanálise”, dos referidos autores, ele diz “Vocabulário da Filosofia”, de André Lalande. Lacan então afirma: “Vocês veem o lapso? Enfim isso vale o Lalande... *Lalangue*, como escrevo agora, não tenho o quadro-negro, bem, escrevam *alíngua* [*lalangue*] numa só palavra; é assim que a escreverei doravante” (LACAN 1971-1972, p. 15).

Ora, como nomear esse núcleo de impossibilidade que marca a não-identidade da língua consigo mesma e sua incomensurabilidade junto a outras línguas, se uma nomeação – é o que um dicionário atesta – se propõe justamente a delinear um núcleo de univocidade e identidade? A esse respeito, vale a pena citar o seguinte comentário de Leite: “Que o aparecimento do termo ‘*lalangue*’ seja efeito de um lapso, não é para nós sem importância, uma vez que escreve, na língua, pela falha, aquilo mesmo que tenta cernir e escapa a uma nomeação unívoca” (LEITE, 1996, p. 1).

Um ponto importante na argumentação desenvolvida por Milner em *O amor da língua* refere-se a que é no impossível próprio à língua que a Linguística se sustenta: do real da língua atravessado por falhas faz-se da língua um real calculável. Desenha-se aqui uma operação de tratamento do não-todo realizada no âmbito da Linguística, operação que a constitui: o não-todo de *lalangue* é tomado como uma completude. Pode-se, portanto, identificar na Linguística uma exigência de completude, e também uma sutileza, pois a língua é a rede através da qual *lalangue* falta, mas essa rede não deve dar lugar para a falta. Do fato de que tudo não se diz, a Linguística especifica seu objeto, constituindo assim um todo, “concluindo, a partir de que tudo não se diz, o todo do que se diz” (MILNER, 1978, p.71, tradução

minha ³⁰). Uma vez que a Linguística demanda o Todo, o não-todo que marca *lalangue* não cessa de ser obliterado. Esse não-todo é o que a Linguística deve ignorar para que se constitua como ciência.

Levar em consideração o registro de *lalangue* – isto é, pensar a língua a partir da descoberta do inconsciente – permite dizer que “a língua é então o que o inconsciente pratica, prestando-se a todos os jogos imagináveis para que a verdade, na movência das palavras, fale” (MILNER, 1978, p. 22, tradução minha ³¹). Essa afirmação é importante, uma vez que aponta para a perspectiva de uma relação entre a fala e a verdade. Junto a Lacan, é possível dizer que a verdade só se funda pelo fato de que ela fala: Freud “soube deixar, sob o nome de inconsciente, que a verdade falasse” (LACAN [1965] 1998, p. 882).

A verdade no âmbito da Psicanálise não pode ser pensada independentemente do fato de que o sujeito é dividido. Estando na estrita dependência da fala, a verdade se presentifica no equívoco, no *flash* fugaz de um lapso, nas rupturas do discurso supostamente controlado pela consciência. Pelo fato de que existe inconsciente, de que existe sujeito dividido, é impossível construir um saber que dê conta da verdade. Nesse sentido, pode-se formular a divisão do sujeito como “divisão entre o saber e a verdade” (LACAN [1965] 1998, p. 870). Ou seja, há entre verdade e saber uma disjunção, há aí um ponto de impossibilidade: é porque há inconsciente que haverá, como fato de estrutura, essa disjunção. No campo da ciência, por outro lado, se apresenta a possibilidade de que a cada verdade corresponda um saber: a disjunção entre saber e verdade é apagada. Obviamente, não se trata aqui de criticar a ciência, mas de indicar que a Psicanálise, diferente da ciência, coloca em destaque o fato de que há um real que faz resistência ao saber.

³⁰ Na versão em francês: “concluant de ce que tout ne se dise pas au tout de ce que se dit”.

³¹ Na versão em francês: “la langue est alors ce qu’en pratique l’inconscient, se prêtant à tous les jeux imaginables pour que la vérité, dans la mouvance des mots, parle.”

Em *O amor da língua*, Milner afirma que o não-todo que marca a verdade – verdade que se desdobra na fala – marca também *lalangue*: “Donde segue que, como a própria verdade, *lalangue* toca o real” (MILNER, 1978, p. 28, tradução minha ³²). Para que do não-todo de *lalangue* se atinja um Todo – operação realizada no âmbito da Linguística –, a verdade enquanto não-toda (consequência do fato de que há inconsciente) é excluída, o que possibilita que proposições universalizantes sejam emitidas sobre a língua. Portanto, é colocando em parênteses a instância da verdade que a Linguística pode circunscrever seu objeto. Como diz Milner, “é preciso que não haja verdade para que a língua possa ser considerada como um todo, que em nada falta” (MILNER, 1978, p. 118, tradução minha ³³).

3.2 – Foraclusão, sutura, verdade

Em *A ciência e a verdade*, Lacan fornece indicações fundamentais acerca da questão da verdade no domínio da ciência e no âmbito da Psicanálise. Segundo o psicanalista, “a prodigiosa fecundidade de nossa ciência deve ser interrogada em sua relação com o seguinte aspecto, no qual a ciência se sustentaria: que, da verdade como causa, ela não quer-saber-nada” (LACAN [1965] 1998, p. 889). Estamos aqui às voltas com um elemento fundamental no que se refere à distinção entre ciência e Psicanálise: a ciência se sustenta num “não querer nada saber”. Segundo Lacan (LACAN [1965] 1998), é possível reconhecer aí a formulação que ele fornece da *Verwerfung* ou foraclusão. Portanto, há no âmbito da ciência um elemento foracluído, do qual a ciência nada quer saber.

³² Na versão em francês: “D’où il suit que, comme la vérité elle-même, *lalangue* touche au réel.”

³³ Na versão em francês: “il faut qu’il n’y ait pas de vérité pour que la langue puisse être saisie comme un tout, qui ne manque à rien.”

Como elemento central nas psicoses, a foraclusão do Nome-do-Pai implica a exclusão de um elemento que, posto fora da simbolização, reaparece no real. Segundo Lacan ([1955-1956] 1988), a foraclusão é um “mecanismo que faz voltar de fora o que está preso na *Verwerfung*, ou seja, o que foi posto fora da simbolização geral que estrutura o sujeito” ([1955-1956] 1988, p. 58). Nas psicoses, estamos confrontados com “um buraco, uma falta no nível do significante” ([1955-1956] 1988, p. 229), com a foraclusão do Nome-do-Pai, isto é, do “significante que, no Outro como lugar do significante, é o significante do Outro como lugar da lei” (LACAN [1959] 1998, p. 590).

A indicação de Lacan segundo a qual a ciência nada quer saber da verdade como causa se refere a uma incidência específica da verdade, qual seja, a verdade como causa material. E a verdade como causa material refere-se à “forma de incidência do significante como aí eu [Lacan] defino” (LACAN [1965] 1998, p. 890), isto é, ao sujeito “Veiculado pelo significante em sua relação com outro significante” (LACAN [1965] 1998, p. 890), sujeito que deve ser distinguido seja do indivíduo biológico, seja de qualquer evolução psicológica. Portanto, é a verdade como causa material que se encontra foracluída da ordem da ciência. A incidência da verdade como causa que interessa à ciência se refere, por outro lado, à causa formal.

O que está em jogo no recurso feito por Lacan à foraclusão para abordar o campo da ciência? A esse respeito, não é sem importância indicar que, a despeito do fato de que a foraclusão do Nome-do-Pai é o elemento pivô das estruturações psicóticas, a foraclusão não está em jogo exclusivamente nas psicoses. Em relação a esse ponto, torna-se relevante para a reflexão aqui desenvolvida um elemento da argumentação de Solal Rabinovitch ([2000] 2001) em *Foraclusão – presos do lado de fora*. Além de indicar que um significante qualquer – isto é, não apenas o Nome-do-Pai – pode ser atingido pela foraclusão, sem que isso implique numa estruturação psicótica, a autora menciona o fato de que Lacan usa o termo foraclusão em conexão com elementos que não

necessariamente se relacionam às psicoses: *Verwerfung* da fala (no seminário *O desejo e sua interpretação*), *Verwerfung* do ser (seminário *A lógica do fantasma*), *Verwerfung* do amor no discurso capitalista (seminário *O saber do psicanalista*) e *Verwerfung* dos mandamentos da palavra (no texto *Variantes do tratamento-padrão*) (cf. RABINOVITCH [2000] 2001, p. 101).

Entendo que o que está em jogo no recurso feito por Lacan à foraclusão para caracterizar a ciência relaciona-se à *Verwerfung* como mecanismo que coloca em cena a exclusão de um elemento para fora da simbolização e seu retorno no real. No âmbito da ciência, como poderíamos abordar a questão do retorno do foracluído, do reaparecimento, no nível do real, do elemento excluído? Como retorna, no âmbito da ciência, o sujeito daí foracluído?

A essa questão se junta uma outra, anteriormente formulada neste trabalho. Vimos que, em *A língua inatingível*, Pêcheux e Gadet tecem alguns comentários sobre a Linguística a partir da seguinte pergunta: “O que [...] a linguística *foraclui* no interior de si mesma?” (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 19, destaque meu). Após formular a pergunta, os autores afirmam que

Nosso empreendimento é recuperar (através das escolas, das teorias e das problemáticas que marcam sua história) as recorrências que, pela organização que impõem ao trabalho linguístico e pelo regime de funcionamento científico que determinam para esse trabalho, são o *sintoma* dessa insistência no ensurdecimento. (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 19, destaque meu)

A partir da menção a uma “insistência no ensurdecimento” que afeta o campo da Linguística, Pêcheux e Gadet ([1981] 2004) afirmam que essa ciência “organiza sua autonomia em troca de um certo número de ignorâncias e *recalques*” (p. 20, destaque meu). Os autores indicam que abordarão elementos que são indicativos do “*retorno de um ponto recalçado na linguística*” (p. 22, destaque meu). Em relação a esse elemento da argumentação dos autores, indiquei que ele é preciso na indicação de que há um

elemento excluído do campo da Linguística. Entretanto, cabe aqui perguntar: de que ordem é essa exclusão? No âmbito da teoria psicanalítica, há uma distinção essencial entre recalque e forclusão: no recalque “sabe-se ainda algo daquilo de que nem mesmo não se quer, de uma certa maneira, nada saber” (LACAN [1955-1956] 1988, p. 173), ao passo que “tudo o que é recusado na ordem simbólica, no sentido da *Verferwung*, reaparece no real” (LACAN [1955-1956] 1988, p. 21). Repito então a pergunta feita anteriormente: que diferença haveria então entre apontar para a existência de um elemento foracluído do campo da Linguística (e, de forma geral, da ciência) e destacar um ponto aí recalcado?

Ao longo de seu seminário sobre as psicoses, Lacan aborda com frequência a distinção entre recalque e forclusão. Sobre esse ponto, torna-se importante a seguinte indicação do psicanalista: “agir sobre o recalcado pelo mecanismo do recalque, é saber alguma coisa disso, pois o recalque e o retorno do recalcado são uma só e mesma coisa, expressa alhures que na linguagem consciente do sujeito” (LACAN [1955-1956] 1988, p. 57). Como seria possível abordar a indicação de Lacan de que o recalque e o retorno do recalcado correspondem a uma só e mesma coisa, ou de que no recalque sabe-se ainda algo daquilo de que não se quer saber?

Em seu artigo sobre o recalque, Freud ([1915] 2004b) indica que o recalçamento não impede a representação recalcada de continuar existindo de forma ativa no sistema inconsciente: “O recalque, na verdade, só perturba a relação com um sistema psíquico, a saber, o sistema do consciente” (p. 179). Uma vez recalcada, isto é, retirada da influência consciente, a representação se desenvolve de forma mais livre e desimpedida. Ela “prolifera, por assim dizer, na escuridão e encontra formas de expressão extremas” (p. 179), afirma Freud.

Portanto, no recalque há uma exclusão – para fora do campo da consciência –, mas o elemento recalcado permanece ativo, encontrando uma maneira de se expressar. Em relação a esse ponto, é possível retomar aqui a seguinte indicação de Lacan: “recalcamos nossos atos, nossos discursos, nosso comportamento.

Mas a cadeia nem por isso deixa de correr por debaixo, a exprimir suas exigências, de fazer valer sua dívida, e isso, por intermédio do sintoma neurótico” (LACAN [1955-1956] 1988, p. 101). Como diz Lacan, o recalçado reaparece ali onde foi recalçado, isto é, reaparece *in loco* sob uma máscara (cf. LACAN [1955-1956] 1988, p. 124). É nessa direção que é possível entender a indicação de Lacan de que o recalque e o retorno do recalçado correspondem a uma só e mesma coisa, que é expressa para além da consciência do sujeito (cf. LACAN [1955-1956] 1988, p. 57). Ambos são uma só e mesma coisa uma vez que se desdobram “no meio mesmo dos símbolos” (LACAN [1955-1956] 1988, p. 124), ou seja, no âmbito da articulação significante operando de forma autônoma, para além e independente da consciência do sujeito.

Se o recalque e o retorno do recalçado são uma só e mesma coisa, poderíamos dizer o mesmo acerca da foraclusão e do retorno do foracluído? Em relação a essa questão, cabe incluir aqui a seguinte afirmação de Rabinovitch: “O processo de foraclusão não tem outra marca senão o retorno do foracluído, um retorno heterogêneo à própria abolição daquilo que o produz” (RABINOVITCH [2000] 2001, p. 67). Em relação a esse ponto, é importante não perder de vista uma distinção essencial, uma vez que se leva em conta que na foraclusão “o que não é simbolizado reaparece no real” (LACAN [1955-1956] 1988, p. 103). Não se trata apenas de uma exclusão para fora da consciência, como no recalque, mas de uma exclusão mais radical, a exclusão de um elemento “que foi posto fora da simbolização” (LACAN [1955-1956] 1988, p. 58). Se é possível dizer que o recalque e o retorno do recalçado correspondem a uma única e mesma coisa, não se pode dizer o mesmo acerca da foraclusão e do reaparecimento do elemento foracluído: há aí uma dissimetria, um desnível, pois o que está em jogo aqui é a exclusão no nível da ordem simbólica e o reaparecimento no real.

Falar em recalque para abordar as relações da ciência com a verdade como causa material não convoca o sujeito como excluído do campo da ciência. Pois, no recalque, sabe-se ainda algo daquilo

que não se quer saber (cf. LACAN [1955-1956] 1988, p.173), ao passo que a ciência nada quer saber do sujeito. Falar em recálque do sujeito no âmbito da ciência – ou da Linguística – não abarca esse rechaço a que o sujeito é submetido na ordem da ciência, não abarca a obliteração de *lalangue* que é possível identificar na ciência da língua.

No texto *A ciência e a verdade*, Lacan fornece uma indicação importante para a discussão aqui realizada. Segundo o psicanalista, o sujeito é correlato da ciência, mas um correlato antinômico, uma vez que “a ciência mostra-se definida pela impossibilidade do esforço de suturá-lo” (LACAN [1965] 1998, p. 875). Portanto, há no âmbito da ciência uma sutura do sujeito: sutura impossível, ou seja, marcada por um fracasso, por uma impossibilidade. Para que seja possível explorar essa indicação, gostaria de retomar alguns elementos da reflexão de Jacques-Alain Miller (1967) acerca do conceito de sutura – não referido como conceito por Lacan, mas presente em suas articulações.

Retomando elementos da lógica de Frege, Miller (1967) indica haver aí a presença de três conceitos fundamentais: os conceitos de conceito, de objeto e de número. O autor indica que, no discurso de Frege, um conceito tem existência em função do fato de que ele subsume um objeto. Por sua vez, a existência de um objeto se fundamenta no fato de que ele se encontra englobado em um conceito. Assim, o objeto tem existência a partir da integração da coisa no Mundo, que desaparece para aparecer como objeto, que é a coisa na medida em que é uma.

De acordo com a apresentação feita por Miller (1967), a lógica de Frege confere às coisas no Mundo a propriedade de serem unas, uma vez subsumidas por um conceito. O autor se refere à identidade da seguinte forma: “Idênticas, as coisas que se podem substituir umas às outras, *salva veritate*, sem se prejudicar a verdade” (p. 216). Segundo Miller, a verdade se refere ao fato de que a coisa substituída, idêntica a si mesma, pode se configurar como objeto de um juízo, entrando na ordem do discurso. A argumentação do autor aponta para o fato de que a não-identidade

consigo próprio engendraria uma subversão absoluta da verdade: “Mas que uma coisa não seja idêntica a si mesma subverte o campo da verdade, arruína-o e abole-o” (p. 217). Miller indica, por conseguinte, que a sobrevivência da verdade depende do idêntico a si próprio que está em jogo na passagem da coisa ao objeto: “O idêntico-a-si é essencial para que a verdade seja salva” (p. 217).

Ainda retomando elementos da lógica de Frege, Miller (1967) indica que, para que a dimensão lógica ganhe autonomia, isto é, se desenvolva sem nenhuma referência ao real – uma vez que, segundo Frege, “o lógico deve limitar-se unicamente a si mesmo” (p. 217) –, faz-se necessário que o zero seja incluído no sistema. O autor afirma que o zero é o número que se atribui ao conceito “não-idêntico a si” que, como conceito, subsume um objeto: nenhum – “o conceito de zero não subsume no real mais do que um vazio” (p. 219), e isso em consonância com a verdade: “Se nenhum objeto é englobado pelo conceito da não-identidade-consigo, é porque é necessário salvar a verdade” (p. 218). Em outras palavras, na construção autônoma do lógico, de forma a excluir qualquer referência ao real, faz-se necessário evocar, em nível do conceito, “*um objeto não idêntico a si* – rejeitado em seguida da dimensão da verdade” (p. 218, destaque do autor).

É em relação a essa discussão que Miller (1967) afirmará que o objeto não idêntico a si mesmo é “provocado-rejeitado pela verdade, instituído – anulado pelo discurso (a subsunção como tal), numa palavra: suturado” (p. 220). O autor faz, portanto, referência a uma sutura no âmbito da lógica de Frege: “Para nós, reconhecemos no zero número o ‘lugar-tenente’ suturante da ausência” (p. 220):

O objeto impossível, que o discurso da lógica convoca como o não idêntico a si e rejeita como o negativo puro, que ele convoca e rejeita para se constituir como o que ele é, que ele convoca e rejeita *sem querer saber dele para nada*, chamamo-lhe nós, na medida em que ele funciona como o excesso operante na sequência dos números, o sujeito.

A sua exclusão para fora do discurso que interiormente ele produz é: sutura. (MILLER, 1967, p. 221, destaque do autor)

Miller (1967) indica também que a sutura refere-se à relação do sujeito com a cadeia de seu discurso, na qual ele figura como elemento que falta, sob a forma de um “lugar tenente”. Entretanto, ao faltar aí, ele não está simplesmente ausente. O que interessa destacar aqui é que, como elemento que falta na cadeia do discurso, o sujeito não está ausente: “A sutura dá o nome à relação do sujeito com a cadeia do seu discurso; veremos que ele figura aí como o elemento que falta, sob a forma de um ‘lugar tenente’. Porque, ao faltar nela, ele não está pura e simplesmente ausente dela” (p. 212).

Segundo Miller, o linguista – assim como o lógico e como quem diz “eu” – realiza uma sutura. As reflexões do autor nos permitem retomar a indicação de Lacan, presente no texto *A ciência e a verdade*, segundo a qual há no âmbito da ciência uma sutura do sujeito: sutura impossível, ou seja, marcada por um fracasso. Excluído do registro da ciência, o sujeito não está pura e simplesmente ausente (cf. MILLER, 1967, p. 212). A presença do sujeito como excluído é condição para que um campo se constitua como científico. É uma condição para a emergência da ciência, mas uma condição foracluída, como diz Miller em *Percurso de Lacan*:

[...] esse sujeito da ciência que emerge com Descartes, ao mesmo tempo em que emerge é rechaçado do discurso da ciência, é uma das suas condições, mas uma condição foracluída, rechaçada para o exterior, o que faz com que a ciência se apresente efetivamente como um discurso sem sujeito, como um discurso impessoal, como o discurso do sujeito saber em pessoa. (MILLER [1984] 1987, p. 51)

Portanto, o sujeito, condição da ciência, é daí rechaçado. Se há sutura, ele não está ausente, isto é, comparece como foracluído, comparece como elemento que falta, “sob a forma de um ‘lugar-tenente’” (MILLER, 1967, p. 212), como diz Miller em suas articulações sobre a lógica desenvolvida por Frege. Essas considerações permitem retomar a argumentação, discutida anteriormente, segundo a qual é no impossível próprio à língua

que a Linguística se sustenta, uma vez que do real da língua atravessado por falhas se configura, no âmbito da ciência da língua, um real calculável. A Linguística demanda o todo e salva a verdade, o não-todo que marca *lalangue* não cessando de ser obliterado: obliteração indispensável para que ela se constitua como ciência. Na lógica assim como na Linguística, a dimensão do idêntico salva a verdade. Por sua vez, a não-identidade da língua consigo mesma coloca em cena uma outra incidência da verdade, qual seja, a verdade como causa material de que nos fala Lacan em *A ciência e a verdade*.

Ora, se na foraclusão o elemento rejeitado na ordem simbólica reaparece no real, como retorna o elemento excluído no âmbito da ciência? A nos guiarmos pela indicação de Rabinovitch de que a marca da *Verwefung* é apenas um furo (cf. RABINOVITCH [2000] 2001, p. 34), é possível dizer que o sujeito foracluído da ciência retorna como furo: furo no discurso científico, furo real que confronta a ciência com um elemento rebelde à simbolização, rebelde à apreensão pelo discurso científico.

Retomo agora alguns elementos a partir dos quais é possível abordar o retorno da singularidade abolida no âmbito da Linguística. Leite (1994) indica que a instauração da língua como objeto de estudo científico produz um resto, resto que “não cessa de retornar (não se escreve)” (p. 113). Lemos (1995b) afirma que a elaboração da dicotomia língua vs. fala no âmbito do *Curso de Linguística Geral* corresponde a uma tentativa de excluir da língua aquilo que pertence à fala, à esfera individual. Por sua vez, Milner (1978) sugere que o caráter diferencial do signo saussuriano assegura uma sutura, uma vez que o signo – representando para outros signos – “é construído de forma que seja foracluído o sujeito” (MILNER, 1978, p. 87 – tradução minha³⁴). Como afirmei anteriormente, as articulações de Lemos e de Milner sugerem que o elemento rejeitado não deixa de retornar: a autora indica que o que é excluído retorna na forma de um impasse referente à

³⁴ Na versão em francês: “il est construit en sorte que soit forclos le sujet”.

dicotomia língua vs. fala (cf. LEMOS, 1995b), enquanto Milner identifica, a propósito das pesquisas saussurianas sobre os anagramas, “a figura de um retorno do foracluído” (MILNER, 1978, p. 87 – tradução minha ³⁵). Seja em nível do estudo sobre os anagramas ou dos impasses relativos à dicotomia língua vs. fala, seja ainda na inclusão de um jogo de palavras no *Curso de Linguística Geral* (no momento em que são discutidas as relações associativas – cf. seção 2.2), é como resistente às malhas da Linguística que o sujeito comparece como resto, resto que “não cessa de retornar (não se escreve)” (LEITE, 1994, p. 113).

Nesse sentido, falar do retorno de um elemento recalcado no âmbito da Linguística, como o fazem Pêcheux e Gadet em *A língua inatingível*, não convoca o elemento rejeitado como aquele que, excluído do campo da ciência, não cessa de não se escrever, comparecendo aí como resto real. Aquilo que retorna como efeito do recalçamento é passível de ser, a nos guiarmos pelas indicações de Freud ([1915] 2004b) e Lacan ([1955-1956] 1988), integrado na trama simbólica: não é o que se passa na ciência, campo em que o elemento excluído comparece como resto refratário à simbolização.

A consideração do registro do real é fundamental no tratamento da questão referente à rejeição do sujeito na ordem da ciência, da questão referente à exclusão da “singularidade de um corpo que fala” (LEMOS, 1995b, p 18) no âmbito da Linguística. Não se trata de uma rejeição que seja abordável apenas em relação ao registro do simbólico, mas sim de uma exclusão que mobiliza o registro de uma impossibilidade real. Essa reflexão não deixa de ser uma indicação de que a singularidade não se esgota numa referência apenas às categorias do imaginário e do simbólico.

O fato de que Pêcheux e Gadet ([1981] 2004) não tenham abordado de forma cuidadosa a distinção entre recalque e foraclusão no que se refere à exclusão da singularidade no âmbito da Linguística poderia ser indicativo do fato de que os autores não levam em conta a categoria do real assim como articulada no

³⁵ Na versão em francês: “la figure d’un retour du forclos”.

âmbito da teoria psicanalítica? O recurso a *lalangue* feito no âmbito da Análise do Discurso forjada por Michel Pêcheux não deve ser avaliado sem que se leve em consideração essa pergunta...

3.3 – Saber-fazer com *lalangue*

Se, como vimos, *lalangue* toca o real, se há um impossível em *lalangue*, desponta por outro lado a partição correto / incorreto, elemento central nas gramáticas e nas descrições linguísticas, partição que tampona o ponto de impossibilidade real, mas nele se sustentando. Segundo Milner, “falar de língua e de partição é colocar que tudo não se pode dizer. Em outros termos, o puro conceito de língua é aquele de um não-todo marcando *lalangue*; ou a língua é o que suporta *lalangue* na medida em que ela é não-toda” (MILNER, 1978, p. 28; tradução minha ³⁶). É nesse sentido que, segundo Milner, a língua se encontra ligada à operação do não-todo, ela é da ordem do real. O autor indica que os diversos discursos sobre a língua colocam em cena teses que se referem ao estatuto desse real.

No seminário *Mais, ainda*, Lacan refere-se de forma crítica à perspectiva comunicativa da linguagem, indicando que ela implica a referência. O psicanalista faz uma afirmação importante ao dizer que a linguagem é o que o discurso científico elabora para dar conta de *lalangue* (cf. LACAN [1972-1973] 1985, p. 188). Sobre esse ponto, é importante retomar o seguinte elemento da argumentação desenvolvida no referido seminário: “Se eu disse que a linguagem é aquilo como o que o inconsciente é estruturado, é mesmo porque, a linguagem, de começo, ela não existe. A linguagem é o que se tenta saber concernentemente à função da alíngua” (LACAN [1972-1973] 1985, p. 189). Portanto,

³⁶ Na versão em francês: “parler de langue et de partition, c’est poser que tout ne peut pas se dire. En d’autres termes, le pur concept de langue est celui d’un pas-tout marquant *lalangue*; ou la langue, c’est ce qui supporte *lalangue* en tant qu’elle est pas-toute.”

se por um lado a linguagem é, segundo Lacan, aquilo que a ciência elabora para dar conta de *lalangue*, a perspectiva de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem não deixa de ser também uma elaboração de saber sobre *lalangue*. Segundo Leite (2000), Linguística e Psicanálise se configuram como formas de elucubração de saber sobre *lalangue*. Entretanto, a autora aponta para uma distinção digna de nota: no campo da ciência, a elaboração de saber coloca em cena o conceito de linguagem, ao passo que a Psicanálise mobiliza a “hipótese do inconsciente enquanto efeitos de alíngua” (LEITE, 2000, p. 41).

A menção feita por Leite à hipótese do inconsciente enquanto efeitos de *lalangue* é essencial para a reflexão que vem sendo feita aqui, e demanda alguns desdobramentos. No seminário *Mais, ainda*, Lacan indica que *lalangue* serve para coisas completamente diferentes da comunicação, e faz uma afirmação importante:

Alíngua serve para coisas inteiramente diferentes da comunicação. É o que a experiência do inconsciente mostrou, no que ele é feito de alíngua, essa alíngua que vocês sabem que eu a escrevo numa só palavra, para designar o que é a ocupação de cada um de nós, alíngua dita materna, e não por nada dita assim. (LACAN [1972-1973] 1985, p. 188)

Ora, como seria possível abordar o fato de que o inconsciente é feito de *lalangue*? O inconsciente é um saber, saber que se articula estruturado como uma linguagem. Lacan ([1972-1973] 1985) afirma que “o inconsciente é um saber, um saber-fazer com alíngua” (p. 190). E acrescenta: “E o que se sabe fazer com alíngua ultrapassa de muito o de que podemos dar conta a título de linguagem” (p. 190). Na sequência de sua argumentação, o psicanalista indica que *lalangue* afeta o ser falante pelo que ela comporta como efeitos que são afetos: “Se se pode dizer que o inconsciente é estruturado como uma linguagem, é no que os efeitos de alíngua, que já estão lá como saber, vão bem além de tudo que o ser que fala é suscetível de enunciar” (p. 190). Como diz Lacan, ele reduz sua hipótese – qual seja, a hipótese de que o indivíduo que é afetado pelo inconsciente é

o mesmo que constitui o sujeito de um significante – “a ela ser necessária para o funcionamento da alíngua” (p. 194). Portanto, o inconsciente é feito de *lalangue* na medida em que corresponde a um saber-fazer com *lalangue*.

O ponto a ser destacado dessa discussão refere-se a que o registro nomeado por Lacan de *lalangue* remete ao ponto de um saber-fazer com *lalangue* que está para além do que a fala é suscetível de enunciar. Vislumbramos aqui um elemento que está para além do recurso feito a *lalangue* no âmbito da Análise do Discurso, e que coloca uma interrogação para a proposta de uma abordagem do discurso que tem a língua como condição material do discurso, que tem a língua como um pressuposto invariante.

Em relação a esse ponto, interessa retomar a argumentação de Leite (2000) de acordo com a qual a reflexão de Milner em *O amor da língua*, inaugurando a possibilidade de tocar o real da língua calculável pela ciência a partir de uma falha irreduzível, faz com que seja necessária uma interrogação sobre o gozo que aí se realiza, “buscando, mais além da rede simbólica que desenha as coordenadas do equívoco, aquilo mesmo que o causa, vale dizer, isso que movimenta e anima um acontecimento de fala” (LEITE, 2000, p. 40). Uma vez que se leva em conta a dimensão que, mais além da rede simbólica, movimenta e anima um acontecimento de fala, quais seriam as consequências para uma reflexão sobre o discurso?

3.4 – A contradição histórica e a relação sexual impossível

Uma vez que se considera o registro nomeado por Lacan de *lalangue*, encontramos-nos no âmbito da estruturação psíquica de um sujeito, no espaço em que “a língua é o fundamento da constituição subjetiva” (LEITE, 1996, p. 3). Portanto, *lalangue* remete à singularidade de um sujeito constituído pela estrutura do significante. De acordo com Milner (1978), “*Lalangue* é então uma multidão de arborescências pululantes, onde o sujeito enlaça

seu desejo, qualquer nó podendo ser eleito por ele para que ele aí faça signo” (p. 104, tradução minha ³⁷).

A partir dessa indicação, gostaria de retomar a argumentação tecida por Pêcheux e Gadet segundo a qual “o que afeta e corrompe o princípio da univocidade na língua não é localizável nela: o equívoco aparece exatamente como o ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se à contradição (histórica)” (PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 64). Se o que corrompe o princípio de univocidade da língua não é localizável nela, mas corresponde ao ponto em que o impossível linguístico se alia à contradição histórica, parece então ser possível dizer, a nos guiarmos pela reflexão dos autores, que é na contradição histórica que se sustenta o ponto de equívoco na língua. Entretanto, se *lalangue* é “uma multidão de arborescências pululantes, onde o sujeito enlaça seu desejo” (MILNER, 1978, p. 104, tradução minha ³⁸), em que medida poderia *lalangue* estabelecer uma relação com o real da história enquanto real contraditório? Uma vez que o ponto de equívoco na língua remete necessariamente ao registro de uma singularidade incomensurável, a perspectiva de uma relação entre real da língua e contradição histórica fica confrontada com um impasse.

Segundo Milner, Lacan relaciona a possibilidade da linguagem a um impossível que marca a relação sexual: é porque dois seres não podem se juntar que eles falam. A impossibilidade que atinge a relação sexual pode ser abordada a partir da distinção radical entre dois seres falantes, diferença que jamais poderia ser apagada, uma vez que eles não cessam de se escrever como discerníveis. Em relação a essa questão, Milner (1978) fará a seguinte afirmação: “Dois sujeitos que não podem se unir, tal é o nó de *lalangue*” (p. 101,

³⁷ Na versão em francês: “Lalangue est alors une foule d’arborescences foisonnantes, où le sujet accroche son désir, n’importe quel noeud pouvant être élu par lui pour qu’il y fasse signe.”

³⁸ Na versão em francês: “une foule d’arborescences foisonnantes, où le sujet accroche son désir”.

tradução minha ³⁹). *Lalangue* desponta, nessa perspectiva, como lugar de uma impossibilidade, como “lugar do impossível da relação sexual” (p. 101, tradução minha ⁴⁰) ⁴¹.

Considero fundamental a indicação de que *lalangue* é lugar do impossível da relação sexual. Acerca desse ponto de impossibilidade, indiquei anteriormente que Lacan ([1972-1973] 1985) aborda a relação sexual afirmando que, na condição de impossível, ela “não para de não se escrever” (p. 127). Como vimos, o psicanalista indica que “não há, dentro do dizer, existência da relação sexual” (p. 198). O ponto relevante a ser destacado aqui é que a relação sexual, na condição de impossível, aponta para aquilo que insiste em não se escrever, para um ponto resistente à simbolização, presentificando assim uma falta incontornável em nível da estrutura.

No seminário *O saber do psicanalista*, Lacan (1971-1972) fornece uma indicação importante a respeito do impossível que marca a relação sexual ao referir-se ao despedaçamento da noção de sexualidade. Segundo Lacan, a sexualidade está no cerne daquilo que se passa no inconsciente, justamente na medida em que a sexualidade é uma falta. Ora, de que se trata na afirmação de que a sexualidade é uma falta? Se levarmos em conta que, no âmbito da Psicanálise, a noção de sexualidade não se restringe a uma genitalidade, remetendo antes à perspectiva de um corpo pulsional, então é possível que as considerações de Freud ([1915] 2004a) acerca do conceito de pulsão possam vir em nosso auxílio.

³⁹ Na versão em francês: “Deux sujets qui ne peuvent se conjoindre, tel est le noeud de lalangue”.

⁴⁰ Na versão em francês: “lieu de l'impossible du rapport sexuel.”

⁴¹ Em relação a esse ponto, Milner indica que o modelo da comunicação – por exemplo, aquele que é encontrado no *Curso de Linguística Geral* – é forjado na dimensão do real, aplicando a simetria e o indiscernível à conjunção impossível: os falantes são assim considerados em função dos traços que os igualam entre si. No limite, o atributo da linguagem se configuraria como a característica distintiva do conjunto dos seres falantes: a linguagem torna-se assim a aplicação da simetria e do indiscernível ao impossível da relação sexual. Portanto, assim como não há relação sexual, só há comunicação imaginária (cf. MILNER, 1978, p. 100-101).

Em *Pulsões e destinos da pulsão*, Freud afirma que a pulsão, tendo como fonte um processo somático, age “sempre como uma força constante” (FREUD [1915] 2004a, p. 146, destaque do autor), se diferenciando, portanto, de outros estímulos fisiológicos que incidem no organismo. Freud trabalha com a hipótese de que o aparelho psíquico tende a se livrar da estimulação que incide sobre ele, e destaca que a noção de pulsão introduz uma complicação para o esquema do arco reflexo, uma vez que o organismo não pode se livrar do estímulo pulsional da mesma forma pela qual pode se subtrair de um estímulo externo. Destaco a indicação de Freud de que a pulsão é irremovível, pois aflui “de modo contínuo e inevitável” (FREUD [1915] 2004a, p. 147). No texto sobre a pulsão, Freud faz uma afirmação capital para a questão que aqui nos ocupa:

Se abordarmos agora a vida psíquica do ponto de vista da biologia, a “pulsão” nos aparecerá como um conceito-limite entre o psíquico e o somático, como o representante psíquico dos estímulos que provêm do interior do corpo e alcançaram a psique, como uma medida da exigência de trabalho imposta ao psíquico em consequência de sua relação com o corpo. (FREUD [1915] 2004a, p. 148)

Interessa destacar a indicação de Freud de que a pulsão se coloca como “exigência de trabalho imposta ao psíquico em consequência de sua relação com o corpo”. Além de se configurar como uma força “constante”, “irremovível” e “inevitável”, a pulsão é também “exigente”, pois exige do aparelho psíquico um trabalho em função da relação com o corpo. Se a pulsão é, em função de sua relação com o corpo, “inevitável” em sua exigência “constante” de se fazer representar, se ela não cessa de exigir ser representada, é porque há algo que resiste a ser representado. O trabalho de representação imposto pela pulsão engendra sempre um resto não-representável: o real do corpo desponta sempre como reticente a se fazer representar.

O que por ora pode ser relevante é fazer a seguinte pergunta: se há um real do corpo que faz resistência a ser representado, ou

seja, se a sexualidade é uma falta, como poderia haver relação sexual? Em relação a esse ponto, Lacan (1971-1972) diz: “Homens e mulheres – isso é real. Mas, a respeito deles, não somos capazes de articular a menor coisa na *alíngua* que tenha a menor relação com esse Real” (p. 35). E acrescenta: “Isto é o que enuncio quando digo que não há relação sexual para os seres que falam” (p. 35).

Ora, levar em consideração que “*lalangue* é lugar do impossível da relação sexual” (MILNER, 1978, p. 101 – tradução minha ⁴²) demanda levar em conta que o significante não exerce seus efeitos sobre o ser falante sem gerar um resto, resíduo que insiste em não se escrever, e que – na condição de resistente à simbolização – presentifica na estrutura uma falta incontornável. Como diz Lacan, a sexualidade é uma falta. A perspectiva desenhada por Freud segundo a qual a pulsão é inevitável e irremovível, representando – em função de sua relação com o corpo – uma exigência constante, indica que o corpo não é atravessado pelo significante senão com a produção de um resto – resto a partir do qual é possível abordar as dimensões do desejo e do gozo.

Vimos que, segundo Pêcheux e Gadet ([1981] 2004), o ponto de equívoco na língua tem sua sustentação a partir de uma relação com a contradição histórica. Entretanto, a reflexão realizada neste livro aponta para uma estreita vinculação entre *lalangue* e o impossível da relação sexual. Portanto, se por um lado a reflexão de Pêcheux e Gadet sobre o real da língua mobiliza a perspectiva de uma relação contraditória entre as classes engendrada pela luta de classes no âmbito de uma formação social, a reflexão aqui empreendida nos convida à perspectiva de uma ausência de relação. Uma distinção importante se delinea aqui.

Em relação a essa questão, retomo a instigante reflexão desenvolvida por Slavoj Žižek ([1990] 1992, [1995] 1996a) acerca da luta de classes, segundo a qual o edifício social é atravessado por um antagonismo radical. De acordo com o autor, a sociedade não se configura como um todo harmonioso onde os diferentes segmentos

⁴² Na versão em francês: “*lalangue est lieu de l'impossible du rapport sexuel.*”

sociais, em suas relações de classe, interagem de forma efetiva, constituindo assim o edifício social a partir de suas interações. Ao contrário, na perspectiva apresentada por Žižek o campo social é atravessado por um antagonismo resistente à simbolização. Essa clivagem antagônica constitutiva do edifício social configura uma inconsistência das relações de classe e da própria sociedade. Esse antagonismo impossível, que segundo o autor tem na expressão marxista “luta de classes” um de seus nomes, aponta para a própria inexistência de uma relação harmônica entre os diferentes segmentos da sociedade. Como afirma Žižek,

Dizer que a luta de classes é um real equivale a retomar, *mutatis mutandis*, a fórmula lacaniana da impossibilidade da relação sexual: “não existe relação de classe”, as classes não são “classes” no sentido habitual ou lógico-classificatório, não existe meio-termo universal, um campo comum e neutro entre elas, e a “luta” (a relação que é justamente uma não-relação) entre as classes tem um papel constitutivo para elas mesmas. Em outras palavras, a luta de classes funciona como o “real” em virtude do qual o discurso sócio-ideológico nunca é “tudo”; ela não é, por conseguinte, um “fato objetivo”, mas antes o nome (um dos nomes) da impossibilidade de o discurso ser “objetivo”, de ele se colocar numa distância objetiva e dizer “a verdade sobre a verdade”, o nome do fato de que toda fala *sobre* a luta de classes recai *na* luta de classes. (ŽIŽEK [1990] 1992, p. 91)

Žižek indica que a realidade social se constitui em torno de um antagonismo básico, pois “não existe relação de classe”, não existe um “campo comum e neutro” a partir do qual se possa lançar um olhar objetivo sobre as classes e classificá-las. O que existe é um núcleo de não-relação (que tem na expressão “luta de classes” um de seus nomes), um antagonismo real que coloca em cena um vazio. Portanto, a luta de classes é um real, não se tratando de um fato objetivo, mas sim do núcleo de uma diferença impossível de ser simbolizada.

O antagonismo que impede que o edifício social se configure como um todo harmonioso é, paradoxalmente, o elemento que institui

um movimento em direção à coesão no âmbito de tal edifício. A luta de classes não é, portanto, uma entidade positiva ou empiricamente verificável. Trata-se antes de um elemento que, engendrando um movimento em direção a uma coesão social, condena essa própria coesão a uma impossibilidade. Desenha-se na argumentação de Žižek uma “estranha lógica do antagonismo como real” (ŽIŽEK [1995] 1996a, p. 30). É em relação a esse ponto que podemos recuperar a instigante proposta de Žižek de abordar a ideologia na condição de fantasia ideológica. Preenchendo fantasisticamente o vazio no cerne do edifício social, “a ideologia estrutura a própria realidade social” (ŽIŽEK [1995] 1996b, p. 314) e a atuação do sujeito na sociedade. De acordo com Žižek, “O nível fundamental da ideologia [...] não é de uma ilusão que mascare o verdadeiro estado de coisas, mas de uma fantasia (inconsciente) que estrutura nossa própria realidade social” (ŽIŽEK [1995] 1996b, p. 316).

Portanto, em relação ao impasse com que se confronta a perspectiva de uma relação entre *lalangue* e contradição histórica engendrada pela luta de classes (cf. PÊCHEUX; GADET [1981] 2004, p. 64), a perspectiva delineada por Žižek apresenta um encaminhamento possível: abordar a luta de classes como um real que, antes de remeter à contradição impossível de erradicar das formações sociais, coloca em cena um antagonismo impossível de simbolizar no seio do edifício social, antagonismo que se relaciona de forma estreita à impossibilidade da relação sexual.

3.5 – O gozo suposto no jogo do *fort-da*

Levar em consideração a descoberta freudiana do inconsciente e o retorno a Freud realizado por Jacques Lacan permite dizer que o advento de um sujeito portador da função da fala está na estrita dependência de sua inscrição no campo da linguagem. Essa afirmação exige, entretanto, alguns desdobramentos. A inscrição no campo da linguagem exerce efeitos em nível do corpo. Uma vez que admitimos tais efeitos, o corpo de que se trata não corresponde a um organismo, não se

trata mais de um corpo orgânico: esse corpo, corpo pulsional, encontra-se atravessado pelos efeitos do significante. Falta ao sujeito justamente o elemento orgânico do corpo, o corpo enquanto organismo. Ou seja, para que seja possível aceder à condição de sujeito do desejo, portador da função da fala, faz-se necessário perder essa condição instintual que marca o organismo vivo. Uma renúncia se faz aí necessária, e o corpo se torna então “corpolingüagem” (cf. LEITE, 2004) ⁴³.

As considerações tecidas por Freud ([1920] 2006) acerca da brincadeira de seu neto com um carretel de madeira nos permitirão abordar essa renúncia relacionada ao advento de um corpo atravessado pelo significante, e nos conduzirão ao ponto que por ora centraliza a discussão aqui realizada, qual seja, *lalangue* em sua relação com o impossível da relação sexual.

De acordo com a descrição de Freud, o garoto arremessava o carretel amarrado num cordão por cima de seu berço (até que ele desaparecia de sua visão), enquanto “pronunciava seu ‘o-o-o-o’ significativo” (FREUD [1920] 2006, p. 141). Em seguida, puxava o carretel de volta, saudando seu aparecimento com um *da*. Segundo Freud, o primeiro ato era “incansavelmente repetido como uma brincadeira em si, embora o maior prazer estivesse sem dúvida vinculado ao segundo ato” (FREUD [1920] 2006, p. 141). O autor se pergunta como seria possível conciliar essa incansável repetição de uma experiência desagradável (na qual a partida da mãe era encenada) com o princípio do prazer, e a brincadeira descrita e interpretada por Freud tem um papel relevante em sua reflexão acerca de um além do princípio do prazer.

Importa destacar que Freud se refere à brincadeira como “uma grande aquisição cultural dessa criança: a renúncia pulsional que ela conseguiu efetuar (renúncia à satisfação

⁴³ Em seu texto, Leite indica que a junção de “corpo” e “lingüagem” no termo “corpolingüagem” é proposta por Ana Maria Medeiros da Costa no texto *Algumas reflexões sobre a inscrição da letra*, apresentado na I Jornada Corpo e Linguagem, realizada em 2000 no Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP.

pulsional), por permitir a partida [*Fortgehen*] da mãe sem manifestar oposição” (FREUD [1920] 2006, p. 142). É relevante notar que esta “grande aquisição cultural” é marcada por um par de vocalizações, pelo *fort* em sua diferença com o *da*. Em relação a esse ponto, Lacan afirma que

A forma de matematização em que se inscreve a descoberta do *fonema*, como função dos pares de oposição compostos pelos menores elementos discriminativos captáveis da semântica, leva-nos aos próprios fundamentos nos quais a doutrina final de Freud aponta, numa conotação vocálica da presença e da ausência, as origens subjetivas da função simbólica. (LACAN [1953] 1998, p. 286, destaque do autor)

A partir da argumentação de Lacan, é possível dizer que a “aquisição cultural” mencionada por Freud em relação à brincadeira de seu neto relaciona-se às “origens subjetivas da função simbólica”, encontrando-se assim em íntima relação com a integração, no âmbito da fala, de uma diferença que se inscreve em nível da língua. Segundo Lacan, o jogo do carretel “anuncia no sujeito a integração diacrônica da dicotomia dos fonemas, da qual a linguagem existente oferece a estrutura sincrônica a sua assimilação” (LACAN [1953] 1998, p. 320)⁴⁴.

A integração na fala de uma diferença que se inscreve no nível da língua aponta para a estrutura da “linguagem existente”: para assumir a função da fala, o sujeito deve fazer sua entrada no campo pré-existente da linguagem, isto é, adquirir uma língua. Nesse sentido, não existe função da fala fora do campo pré-existente da linguagem: o sujeito de desejo inconsciente, possuidor de um corpo pulsional, é efeito de linguagem. Em relação à brincadeira descrita por

⁴⁴ Em relação a esse ponto, é importante mencionar aqui a argumentação de Lemos (2000) acerca da aquisição de linguagem, que nos convida a “assumir o ponto de vista sincrônico como aquele que captura a relação do falante com sua língua” (LEMOS, 2000, p. 174, tradução minha; na versão em inglês: “assuming the synchronic point of view as the one which captures the speaker’s relation to her / his language.”).

Freud, Lacan afirma que é possível reconhecer que “o momento em que o desejo se humaniza é também aquele em que a criança nasce para a linguagem” (LACAN [1953] 1998, p. 320). O jogo do carretel descrito por Freud permite dizer que esse nascimento para a linguagem corresponde à apreensão, em nível da fala, de uma diferença que se inscreve na língua. Portanto, nascer para a linguagem implica em ser marcado pela diferença que se institui no âmbito da língua. Reencontramos aqui a ordem própria da língua assim como colocada em cena por Ferdinand de Saussure, ordem que “não pede mais que a diferença” (SAUSSURE [1916] 1974, p. 138). É o sistema da língua que está em cena no jogo do carretel descrito por Freud, a despeito de que na fala da criança compareça apenas um par de vocalizações, par que se sustenta numa relação diferencial.

A descrição da brincadeira do neto de Freud com um carretel de madeira permite afirmar que a assunção da função da fala – a constituição de um sujeito de desejo como efeito do fato de haver linguagem – corresponde a “uma grande aquisição cultural”. Essa “aquisição” encontra-se relacionada a uma renúncia à satisfação pulsional (cf. FREUD [1920] 2006, p. 142): sem essa renúncia a um gozo pulsional, faz-se impossível uma inscrição no campo pré-existente da linguagem. Em relação a esse ponto, é importante recuperar a indicação de Leite, presente no texto *Sobre a singularidade*, de que a língua é “instância de corte” (LEITE, 2000, p. 42). Se a partir da reflexão de Lacan ([1953] 1998) é possível tomar o jogo do *fort-da* como momento em que a criança nasce para a linguagem, em que “o desejo se humaniza”, a argumentação desenvolvida por Leite permite dizer que o jogo do carretel coloca em cena um “gozo interdito que a língua configura” (LEITE, 2000, p. 40).

No texto mencionado acima, Leite retoma a afirmação de Milner de que a língua suporta o real de *lalangue* (cf. MILNER, 1978, p. 28), e aponta para a relação de necessidade lógica que se estabelece entre a língua e *lalangue*: é impossível cogitar sobre *lalangue* senão a partir do fato de língua. Fazendo menção à formulação saussuriana segundo a qual nada existe antes do corte

instaurado pela língua, a autora afirma que uma vez realizado esse corte, um elemento se configura no ato do corte mesmo, elemento que “teria estado lá” (LEITE, 2000, p. 41), diferente da materialidade significativa, mas por ela determinado: um resto se presentifica aí, inelutavelmente presente no funcionamento da língua. Segundo Leite, “É essa instância de repetição do resto que fica excluída do discurso da ciência e que presentifica, na psicanálise, a vigência do desejo e do gozo” (LEITE, 2000, p. 41). A autora faz então menção a *lalangue* como sempre suposta, como um estranho anterior que se configura a partir de algo que o terá sucedido, e que se repete de forma insistente.

As considerações tecidas por Leite apontam, portanto, para a existência de um gozo interdito configurado pela língua: “De que seria feito esse gozo, senão da repetição da materialidade que enlaça a criança com a mãe, voz que é parte do seu corpo? Gozo de uma copulação impossível (que teria havido), do corpo com as palavras?” (LEITE, 2000, p. 43). Vislumbramos aqui o gozo incestuoso como momento mítico no qual se supõe uma copulação perfeita entre as palavras da mãe, os sons dos vocábulos e o corpo do bebê (cf. LEITE, 1996). Gozo que se configura como impossível a partir do momento em que é interditado, estranho anterior que teria havido, configurando-se só depois como já perdido, e engendrando um mais-de-gozar.

Em relação a esse ponto, ganha relevância a vivência de satisfação assim como articulada por Freud em seu *Projeto de uma psicologia*. Na vivência de satisfação, “um indivíduo experiente atenta para o estado da criança” (FREUD ([1895] 2003, p. 196). Por um lado, há um pedaço de carne que grita e, por outro, a atenção dispensada pelo indivíduo experiente. Entre ambos, há uma hiância, uma discordância radical, uma vez que a atenção do Outro não poderia recobrir por inteiro o desamparo da carne que berra. Nessa perspectiva, o gozo interdito pela língua – gozo impossível – corresponderia ao momento mítico em que, entre a carne que grita e a atenção do Outro experiente, não haveria hiância, mas sim

copulação perfeita: momento mítico que se instaura num só-depois como já perdido, estranho anterior de *lalangue*.

Se a língua instaura um corte, implicando numa renúncia pulsional, a pulsão, por sua vez, não renuncia, uma vez que representa uma exigência irremovível de trabalho psíquico em função de sua relação com o corpo: a pulsão aflui “de modo contínuo e inevitável” (FREUD [1915] 2004a, p. 147), agindo como uma força constante. Para que se constitua um sujeito de desejo inconsciente, é necessário que haja renúncia pulsional, renúncia que não leva a nenhum apaziguamento: se por um lado há renúncia a um gozo pulsional, há uma injunção à recuperação de fragmentos de gozo substitutivo do gozo impossível, perdido a partir do momento em que se fala. Portanto, do gozo impossível – ou ainda, do fato de que a relação sexual é marcada por uma impossibilidade – advém um mais-de-gozar. Em relação a esse ponto, não é sem relevância recuperar aqui o comentário tecido por Leite (2000) sobre os chistes: “Obter o antigo prazer do não-senso é um dos objetivos do chiste, demonstrando com isso a não superação de uma forma infantil de obter prazer e sua repetição nas formações do inconsciente” (p. 43).

Lalangue desponta, portanto, como um estranho anterior, o gozo interdito pela língua – gozo que se constitui como impossível a partir do momento em que é interdito, configurando-se como já perdido, e engendrando um mais-de-gozar. Resta, portanto, perguntar: o que pode ser articulado sobre o discurso uma vez que se leva em conta tal perspectiva?

Como vimos, a reflexão de Pêcheux em *Discurso: estrutura ou acontecimento?* coloca em cena a perspectiva de uma descrição da materialidade discursiva que leva em conta *lalangue*, uma descrição que se instala sobre o real da língua. A consideração do ponto em que há língua e há inconsciente encontra-se, no texto de 1983, intimamente relacionada a uma questão referente à materialidade linguística dos enunciados analisados, isto é, relacionada à língua como “condição *material* de base do discurso” (LEITE, 1994, p. 137, destaque da autora). Por sua vez, a

reflexão sobre *lalangue* empreendida a partir da teoria psicanalítica aponta para a necessidade de uma abordagem do discurso que, ao invés de colocar em cena a descrição da materialidade linguística, coloque em destaque a perspectiva de um gozo que a língua interdita. Portanto, uma consideração da relevância do ponto em que há língua e há inconsciente para uma reflexão sobre o discurso aponta para a necessidade de colocar em cena o gozo impossível e “um mais-de-gozar a recuperar” (LACAN [1969-1970] 1992, p. 48). Rumamos, portanto, em direção ao discurso sem palavras, articulado por Lacan a partir do seminário *O avesso da psicanálise*.

A reflexão de Pêcheux em *Discurso: estrutura ou acontecimento?* não deixa de apontar para um elemento que se encontra numa certa relação com a dimensão do gozo. Em minha reflexão sobre o texto de 1983, destaquei alguns elementos mencionados por Pêcheux em conexão com o enunciado *On a gagné*, grito de vitória que despontou em diversas cidades da França após François Mitterand ter vencido as eleições presidenciais de 1981. Segundo Pêcheux, trata-se de um grito de alegria “repetido sem fim como um eco inesgotável” (PÊCHEUX [1983] 1997, p. 21). Para além da materialidade linguística do enunciado, trata-se de um grito, de um canto entoado “com um ritmo e uma melodia determinados (on-a-gagné / dó-dó-sol-dó)” (PÊCHEUX [1983] 1997, p. 21). Trata-se, portanto, de um júbilo que mobiliza os corpos. Tais elementos roçam o ponto em que a língua se relaciona a um gozo que coloca em cena o corpo e que ultrapassa o sujeito. Apesar de ter roçado esse ponto, Pêcheux não persegue este elemento que, em meu entendimento, aponta justamente para a dimensão do discurso sem palavras à qual se refere Lacan a partir de 1969.

3.6 – Lacan e a teoria dos discursos

Fundamental na reflexão sobre o discurso empreendida por Lacan no seminário *O avesso da psicanálise* é a ideia de que o

discurso se refere a “uma estrutura necessária, que ultrapassa em muito a palavra, sempre mais ou menos ocasional” (LACAN [1969-1970] 1992, p. 10-11). Lacan diz preferir um discurso sem palavras: sem palavras, o discurso pode subsistir em algumas relações fundamentais, que não poderiam se manter sem a linguagem. O discurso de que nos fala Lacan “domina e governa tudo o que eventualmente pode surgir de palavras. São discursos sem a palavra, que vem em seguida alojar-se neles” (LACAN [1969-1970] 1992, p. 158-159).

As relações fundamentais que configuram a estrutura do discurso colocam em cena quatro termos – S1 (significante-mestre), S2 (saber), *a* (mais-de-gozar) e \$ (sujeito barrado) – e sua ordenação fixa ao longo de quatro lugares, inicialmente nomeados por Lacan como o agente, o outro, a produção e a verdade. Obtemos assim, através de quartos de giro, quatro estruturas, “quatro discursos radicais” (LACAN [1969-1970] 1992, p. 18): o discurso do mestre, o discurso universitário, o discurso do analista e o discurso da histórica.

Em sua reflexão sobre a teoria lacaniana do discurso, Erik Porge ([2000] 2006) indica que os termos S1, S2, \$ e *a* são fornecidos pela definição estrutural de sujeito: este é representado por um significante para outro significante, operação a partir da qual advém um resto metonímico, o objeto *a*. Por sua vez, os lugares são, de acordo com o autor, “os matriciais distribuídos pela linguagem para que a fala produza uma ação humana” (PORGE [2000] 2006, p. 328): o agente determina a ação, que incide sobre o outro. Por sua vez, a produção é o resultado do dito do agente e do trabalho do outro, ao passo que a verdade é o lugar necessário para tudo aquilo que se ordena da fala. O autor fornece uma indicação importante acerca da perspectiva segundo a qual os discursos de que nos fala Lacan correspondem a uma estrutura que ultrapassa a palavra, que é mais ou menos ocasional (cf. LACAN [1969-1970] 1992, p. 10-11): o discurso é sem palavras na medida em que as palavras que os sujeitos emitem são determinadas “em seu alcance, sua significação, sua recepção e seu

endereçamento por uma posição enunciativa regrada pelas relações entre os termos e os lugares” (PORGE [2000] 2006, p. 331).

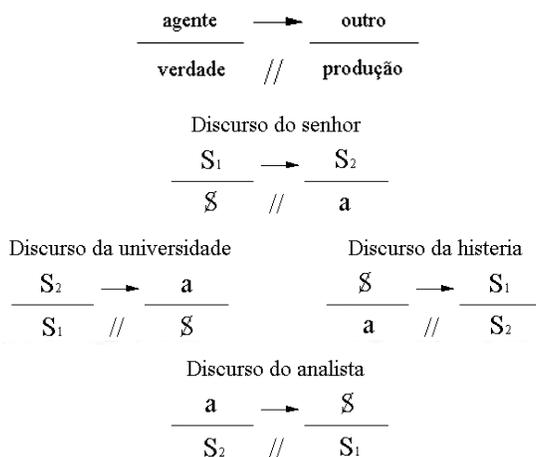
Sobre os quatro termos utilizados na formalização dos discursos, Lacan diz que se forneceu letras é porque não quer inserir coisas que tenham a aparência de significar (cf. LACAN [1969-1970] 1992, p. 161). Em relação a esse ponto, deve-se dizer que a teoria dos discursos desenvolvida a partir de 1969 – na qual a escrita formalizada dos discursos é um elemento essencial – se encontra relacionada ao destaque dado por Lacan, a partir de determinado momento de seu percurso, à questão da letra (em sua diferença com o significante) e da escritura, à questão de uma transmissão da Psicanálise que se sustenta nos funcionamentos literais da matemática (cf. MILNER [1995] 1996, p. 101). Em *A obra clara*, Milner indica que “sob a forma do matema, a letra se torna necessária e suficiente para a transmissão” (MILNER [1995] 1996, p. 103). Em relação a esse ponto, o autor também fornece a importante indicação de que a teoria dos discursos precede de bem pouco a doutrina do matema (desenvolvida em 1972)⁴⁵ e, de certa forma, torna-a possível (cf. MILNER [1995] 1996, p. 125).

No seminário *Mais, ainda*, Lacan ([1972-1973] 1985) indica que o discurso deve ser tomado como “liame social, fundado sobre a linguagem” (p. 28), ou seja, corresponde “a um modo de funcionamento, a uma utilização da linguagem como liame” (p. 43). Trata-se, segundo Lacan, de um liame entre aqueles que falam. Segundo Porge ([2000] 2006), os quatro tipos de laço social formalizados por Lacan são regrados segundo as leis do inconsciente, através da colocação em relação dos termos e lugares.

Os quatro discursos radicais formalizados por Lacan são designados a partir do termo que é colocado no lugar de agente, lugar considerado dominante (cf. LACAN [1969-1970] 1992, p. 41-42): discurso do mestre, caso o lugar do agente seja ocupado pelo

⁴⁵ No seminário *Mais, ainda* Lacan afirma que “A formalização matemática é nosso fim, nosso ideal. Por que? Porque só ela é matema, quer dizer, capaz de transmitir integralmente” (LACAN [1972-1973] 1985, p. 161).

significante-mestre; discurso universitário, se é o saber que ocupa esse lugar; discurso analítico, se é o objeto *a*; e, por fim, discurso da histérica, se é o sujeito barrado:



As estruturas dos quatro discursos radicais especificam um aparelho que não é, segundo Lacan, abstraído da realidade. Antes, tal aparelho está inscrito na realidade: o discurso está no mundo, o discurso o sustenta, faz parte de seus pilares (cf. LACAN [1969-1970] 1992, p. 12-13). No seminário *Mais, ainda* Lacan afirma que “Não há nenhuma realidade pré-discursiva. Cada realidade se funda e se define por um discurso” (LACAN [1972-1973] 1985, p. 45). Por um lado, vemos na afirmação de que não há realidade pré-discursiva um ponto de convergência entre a reflexão de Pêcheux e a de Lacan. Entretanto, a indicação de que não há realidade pré-discursiva no âmbito das elaborações de Lacan mobiliza a perspectiva de que a fundação de uma realidade através de um discurso não se realiza sem que um resto se produza. Resto que Lacan faz incidir no próprio processo de teorização sobre os discursos.

Um ponto importante na teoria dos discursos forjada por Lacan – e que marcará um contraste essencial entre a abordagem de Pêcheux e as elaborações de Lacan – é que o discurso não se

define por uma referência a coordenadas históricas. Em relação a esse ponto, a seguinte afirmação do psicanalista é relevante para a reflexão aqui empreendida: “Meus esqueminhas quadrípedes – digo-lhes isto hoje para que tomem muito cuidado –, não é a mesa espírita da história. Não é obrigatório que isto sempre passe por ali, e que gire no mesmo sentido” (LACAN [1969-1970] 1992, p. 179). Em relação a esse ponto, Milner ([1995] 1996) indica que a teoria dos discursos desenvolvida por Lacan – colocando em cena uma pluralidade dos termos e dos lugares, e uma diferença entre as propriedades dos lugares e dos termos – mobiliza um conceito de corte que não é cronológico ou sucessivo.

Cabe incluir aqui o que Lacan ([1970] 2003) afirma a respeito do inconsciente no texto *Radiofonia*: “o inconsciente nada tem a ver senão com a dinâmica que precipita a passagem brusca de um desses discursos para outro” (p.435). Segundo Lacan, a instância dinâmica do inconsciente “consiste em provocar a báscula com que um discurso vira outro, por defasagem do lugar onde se produz o efeito de significante” (p. 435). A dinâmica que precipita a passagem de um discurso a outro não é histórica, mas se relaciona ao funcionamento do inconsciente como corte, corte não sucessivo e não cronológico (cf. MILNER [1995] 1996). Corte que não deve ser pensado sem que se leve em conta o resto a ele relacionado. Sobre esse ponto, é importante destacar o seguinte elemento da argumentação desenvolvida por Lacan no seminário *Mais, ainda*:

Lembrarei aqui a vocês os quatro discursos que distingui. Existem quatro, apenas sobre o fundamento desse discurso psicanalítico que articulo com quatro lugares, cada um deles lugar de apreensão de algum efeito significante, e que eu situo por último nesse desenvolvimento. O que, em nenhum caso, é para ser tomado como uma série de emergências históricas – que um tenha aparecido muito tempo depois dos outros, não é o que importa aqui. Muito bem, eu diria agora que desse discurso psicanalítico há sempre alguma emergência a cada passagem de um discurso a outro.

Ao aplicar essas categorias que em si mesmas só se estruturam pela existência do discurso psicanalítico, é preciso prestar atenção à

colocação em prova dessa verdade de que há emergência do discurso analítico a cada travessia de um discurso a outro. (LACAN [1972-1973] 1985, p. 26-27)

Se a cada passagem de um discurso a outro há sempre emergência do discurso analítico – elemento que se relaciona à afirmação de que a instância dinâmica do inconsciente provoca a balança com que um discurso vira outro (cf. LACAN [1970] 2003, p. 435) –, fica então indicado que a passagem de um discurso a outro não é histórica, mas antes coloca em cena a noção de um corte não cronológico e não sucessivo (cf. MILNER [1995] 1996) – articulado ao inconsciente e ao discurso analítico –, corte em estreita relação com um resto impossível de simbolizar. O fato de que, segundo Lacan, há emergência do discurso analítico a cada passagem de um discurso a outro pode ser abordado ao se levar em conta que, nesse discurso, o objeto *a* ocupa o lugar dominante. O discurso analítico é agenciado pelo *a*, pelo resto resistente à simbolização. E um discurso só passa para outro quando esse resto comparece. Ou, como afirma Lacan, é a instância dinâmica do inconsciente que causa a passagem de um discurso para outro (cf. LACAN [1970] 2003, p. 435).

De acordo com Porge ([2000] 2006), há uma interação entre os quatro discursos formalizados por Lacan. Essa indicação dá lugar a alguns desdobramentos importantes na argumentação do autor. Segundo Porge, “Todo discurso implica a possibilidade de uma mudança de discurso” (p. 331). O autor afirma também que cada um dos quatro discursos não só pode dar lugar a várias leituras, mas também deve ser lido em função dos outros discursos. Como indica Porge, “Um discurso se esclarece por um outro discurso” (PORGE [2000] 2006, p. 331).

Em relação à indicação de que os discursos têm existência sobre o fundamento do discurso analítico (cf. LACAN [1972-1973] 1985, p. 26-27), é importante dizer que a perspectiva de um discurso sem palavras é construída por Lacan a partir de sua prática clínica como psicanalista (cf. SOUZA 2004, p. 89). Segundo

Lacan, o discurso analítico – se sustentando no impossível da relação sexual – determina o estatuto dos outros discursos: “o discurso analítico só se sustenta pelo enunciado de que não há, de que é impossível colocar-se a relação sexual. É nisto que se escoram os avanços do discurso analítico, e é por isso aí que ele determina o que é realmente do estatuto de todos os outros discursos” (LACAN [1972-1973] 1985, p. 17). A relação sexual, na medida em que é marcada por uma impossibilidade, é um elemento fundamental na teoria dos discursos elaborada por Lacan.

Retomo agora algumas indicações de Lacan acerca das relações entre discurso e gozo, assim como pensadas no âmbito do seminário *O avesso da psicanálise*. Segundo o psicanalista, “nada é mais candente do que aquilo que, do discurso, faz referência ao gozo. [...] O discurso toca nisso sem cessar, posto que é dali que ele se origina” (LACAN [1969-1970] 1992, p. 66). Lacan indica que não há discurso que não seja do gozo. A interdição do gozo, produzindo um mais de gozar, funda a estrutura do discurso: “Eis então definida a relação entre esses termos, que são quatro. Aquele que não nomeei é o que não é nomeável, porque é em sua interdição que se funda toda essa estrutura – trata-se, a saber, do gozo” (LACAN [1969-1970] 1992, p. 168).

Uma breve consideração do discurso do mestre permitirá avançar na reflexão acerca das relações entre discurso e gozo. Apesar de ser possível localizá-lo historicamente, localizá-lo, por exemplo, em sua articulação com a filosofia (cf. LACAN [1969-1970] 1992, p. 18), o discurso do mestre nos fornece também a estrutura do inconsciente. O discurso do mestre está calcado sobre a estrutura da linguagem, a partir da qual advém um sujeito representado por um significante para outro significante (cf. PORGE [2000] 2006, p. 332): o significante-mestre intervém numa bateria significativa que integra a rede de um saber. A partir dessa intervenção, advém no lugar da verdade um sujeito dividido, a ser distinguido do indivíduo vivo. A operação produz então uma perda, um resto, isto é, um objeto *a* perdido, um mais-de-gozar.

Segundo Lacan, o objeto *a* designa um efeito de discurso que se apresenta como opaco. Efeito essencial, mas há muito tempo desconhecido: trata-se de um “efeito de rechaço” (LACAN [1969-1970] 1992, p. 40). O psicanalista indica que o objeto *a*, na condição de “efeito real” (LACAN [1969-1970] 1992, p. 146), decorre de que o saber se reduz à articulação significante. Ao longo do seminário *O avesso da psicanálise*, Lacan insiste em dizer que o saber – composto por significantes articulados – é meio de gozo. Quando o saber trabalha, produz-se uma entropia, um ponto de perda, por meio do qual temos acesso, segundo Lacan, àquilo que está em jogo no gozo:

Tal saber é meio de gozo. E quando ele trabalha, repito, o que produz é entropia. Essa entropia, esse ponto de perda, é o único ponto, o único ponto regular por onde temos acesso ao que está em jogo no gozo. Nisto se traduz, se arremata e se motiva o que pertence à incidência do significante no destino do ser falante.

Isto pouco tem a ver com sua fala, com sua palavra. Isto tem a ver com a estrutura, que se aparelha. O ser humano, que sem dúvida é assim chamado porque nada mais é que o húmus da linguagem, só tem que se *emparrelhar*, digo, se *apalavrar* com esse aparelho (LACAN [1969-1970] 1992, p. 48, destaques do autor).

A perda de gozo que advém da incidência do significante no ser falante impõe uma compensação, um “mais-de-gozar a recuperar” (LACAN [1969-1970] 1992, p. 48), um “gozo a repetir” (LACAN [1969-1970] 1992, p. 48). Esse elemento de perda e compensação pouco tem a ver com a fala, com a palavra, isso tem a ver com a estrutura, como diz Lacan. As relações essenciais entre discurso e gozo nos conduzem, portanto, em direção à perspectiva formulada por Lacan de um discurso sem palavras: o objeto *a* perdido, produzido pela ação do significante, é central na reflexão de Lacan sobre o discurso, e inscreve na teoria aquilo que resta da incidência do significante no ser falante.

A perspectiva de um discurso sem palavras delineada por Lacan nos permite levantar algumas questões acerca da noção de

discurso forjada por Michel Pêcheux ao longo de seu percurso teórico, no qual a língua comparece como condição material de base, correspondendo ao lugar no qual se desdobram os efeitos produzidos em nível do discurso. A língua é base, base pressuposta – mesmo quando há um recurso a *lalangue*, é isso o que está em jogo. Nessa perspectiva, um discurso não poderia ser sem palavras, uma vez que aquilo que está em jogo aqui é a língua como um invariante pressuposto no qual se desdobram os efeitos produzidos em nível do discurso.

A noção de discurso assim como forjada por Lacan demanda que se considere a dimensão de um gozo interdito, de uma perda induzida pela ação do significante sobre o ser falante e a produção de um mais-de-gozar a recuperar. Não é a língua enquanto base pressuposta que é necessária aqui, mas antes a perspectiva de um gozo interdito que a língua configura, isto é, a dimensão de *lalangue* como um “estranho anterior” que remete a um resto não simbolizável em nível da estrutura. O que está em jogo na teoria dos discursos construída por Lacan é o objeto *a* perdido, produzido pela língua enquanto instância de corte. Se a partir de certo momento de seu percurso teórico Pêcheux passa a considerar a pertinência de *lalangue* para a Análise do Discurso, a reflexão aqui realizada indica que um elemento não foi considerado por Pêcheux – elemento que é fundamental na perspectiva de um discurso sem palavras forjada por Lacan a partir de 1969: o gozo interdito que a língua configura, *lalangue* na medida em que é da ordem do objeto.

No próximo capítulo abordarei a questão do atravessamento da Análise do Discurso pela teoria psicanalítica, de forma a responder à seguinte questão: o recurso a *lalangue* feito por Pêcheux a partir de certo momento de seu percurso teórico poderia ser considerado como um efeito desse atravessamento?

CAPÍTULO IV

A QUESTÃO DO ATRAVESSAMENTO

Identificamos ao longo do percurso de Pêcheux um deslocamento referente à língua, deslocamento que se inicia com a língua abordada como base possuidora de uma autonomia relativa – sistematicidade regida por leis fonológicas, morfológicas e sintáticas – e que vai em direção a um recurso a *lalangue*. Gostaria agora de abordar a questão do atravessamento / articulação da Análise do Discurso pela teoria psicanalítica, assim como anunciado por Pêcheux e Fuchs no texto *A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas*. Vale lembrar que, de acordo com os autores, o quadro epistemológico da Análise do Discurso é composto por três regiões do conhecimento científico: o Materialismo Histórico, a Linguística e a Teoria do Discurso. Essas três regiões do conhecimento seriam, segundo Pêcheux e Fuchs, “atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)” (PÊCHEUX; FUCHS [1975] 1997, p. 164).

Conforme vimos, o deslocamento concernente à língua se dá graças ao recurso explícito a um elemento proveniente da teoria psicanalítica e, portanto, não deixa de ser um efeito da teoria psicanalítica sobre a produção de Michel Pêcheux. Entretanto, a discussão realizada no capítulo anterior permitiu constatar que o ponto em que há língua e há inconsciente demanda abordar o discurso para além da dimensão considerada por Michel Pêcheux e atingir o nível de um discurso sem palavras assim como forjado por Jacques Lacan. Portanto, em que medida seria possível dizer que esse deslocamento referente à língua é um efeito do atravessamento da Análise do Discurso pela teoria psicanalítica?

4.1 – O recurso à teoria psicanalítica no ano de 1975

De forma a abordar a questão que por ora nos interessa, gostaria de refletir sobre a forma como comparece a teoria psicanalítica no âmbito da teorização empreendida por Pêcheux no ano de 1975, ano em que o quadro epistemológico da Análise do Discurso – assim como seu atravessamento / articulação por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica – é apresentado por Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997). Para que seja possível prosseguir nessa direção, é importante retomar elementos da argumentação tecida por Louis Althusser em *Aparelhos Ideológicos de Estado*, uma vez que o recurso à Psicanálise feito por Pêcheux em 1975 sofre os efeitos do estudo de Althusser ([1970] 1998) sobre a interpelação no âmbito dos aparelhos ideológicos de estado.

Althusser ([1970] 1998) traça uma distinção entre ideologia em geral e ideologias particulares, distinção que trará consequências para suas articulações acerca da interpelação ideológica. Interessa ao filósofo esboçar uma teoria acerca da ideologia em geral, e não acerca das ideologias particulares, “que expressam sempre, qualquer que seja sua forma (religiosa, moral, jurídica, política), *posições de classe*” (ALTHUSSER [1970] 1998, p. 82, destaque do autor). As ideologias particulares têm uma história, sendo que sua determinação se encontra fora delas, na luta de classes. Por sua vez, a partir da proposta de esboçar uma teoria da ideologia em geral, Althusser afirma que “*a ideologia não tem história*” (ALTHUSSER [1970] 1998, p. 83, destaque do autor). Essa afirmação mobiliza a perspectiva de que a ideologia tem um funcionamento e uma estrutura que se apresentam de forma imutável em toda a história das formações sociais de classe, configurando a ideologia como elemento estrutural da história enquanto história da luta de classes.

Segundo Althusser, a ideia de que a ideologia não tem história deve ser relacionada à perspectiva freudiana segundo a qual o inconsciente é eterno, isto é, também não tem história. O

filósofo faz a esse respeito uma afirmação digna de nota: “*a ideologia é eterna*, como o inconsciente. E acrescentarei que esta aproximação me parece teoricamente justificada pelo fato de que a eternidade do inconsciente não deixa de ter relação com a eternidade da ideologia em geral” (ALTHUSSER [1970] 1998, p. 85, destaque do autor). Ora, a indicação de Althusser é fundamental, uma vez que aponta para a possibilidade de abordar a ideologia a partir de sua relação com o inconsciente freudiano. Essa perspectiva exercerá efeitos consideráveis sobre a abordagem da ideologia pela via do discurso empreendida por Michel Pêcheux no ano de 1975.

Segundo Althusser, a ideologia constitui indivíduos concretos em sujeitos concretos. O filósofo afirma que

[...] a ideologia “age” ou “funciona” de tal forma que ela “recruta” sujeitos dentre os indivíduos (ela os recruta a todos), ou “transforma” os indivíduos em sujeitos (ela os transforma a todos) através desta operação muito precisa que chamamos *interpelação*, que pode ser entendida como o tipo mais banal de interpelação policial (ou não) cotidiana: “ei, você aí!” (ALTHUSSER [1970] 1998, p. 96, destaque do autor)

A argumentação desenvolvida por Althusser indica que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos. O sujeito que advém na condição de interpelado pela ideologia configura-se como uma evidência, uma vez que o efeito elementar da ideologia é justamente a constituição de uma evidência subjetiva. Assim, o sujeito efeito da interpelação ideológica configura-se como um sujeito concreto, individual, inconfundível e insubstituível. A partir da argumentação desenvolvida por Althusser, depreende-se que é a ideologia que funda a possibilidade de que o sujeito se apreenda enquanto um “eu”, ou seja, enquanto uma unidade individual, inconfundível e insubstituível.

O fato de que o efeito elementar da ideologia corresponde à constituição da categoria do sujeito como uma evidência permite

sustentar, junto a Althusser, que o sujeito afetado pelo funcionamento da ideologia se toma, necessariamente, como se estivesse fora dela: essa “negação prática do caráter ideológico da ideologia” (ALTHUSSER [1970] 1998, p. 97) é um de seus efeitos. Segundo o filósofo, para apreender esse efeito ideológico, seria preciso situar-se fora da ideologia – no conhecimento científico –, uma vez que, no exercício de seus efeitos, a ideologia dissimula seu funcionamento ao sujeito interpelado.

Em *Aparelhos Ideológicos de Estado*, a consideração do exemplo da ideologia religiosa cristã dá lugar a articulações importantes acerca da interpelação ideológica. Althusser indica que o funcionamento da interpelação religiosa pressupõe sempre a existência de um Outro Sujeito: Deus. É em nome desse Sujeito que a ideologia religiosa interpela os indivíduos em sujeitos religiosos: “Deus é portanto Sujeito, e Moisés, e os inúmeros sujeitos do povo de Deus, seus interlocutores-interpelados: seu espelho, seus reflexos” (ALTHUSSER [1970] 1998, p. 101). A esse respeito, Althusser faz uma generalização importante:

Constatamos que a estrutura de toda ideologia, ao interpelar os indivíduos enquanto sujeitos em nome de um Sujeito Único e absoluto é especular [...]: este desdobramento especular é constitutivo da ideologia e assegura o seu funcionamento. O que significa que toda ideologia tem um centro, lugar único ocupado pelo Sujeito Absoluto, que interpela, à sua volta, a infinidade de indivíduos como sujeitos, numa dupla relação especular que submete os sujeitos ao Sujeito, dando-lhes no Sujeito, onde qualquer sujeito pode contemplar sua própria imagem (presente e futura), a garantia de que certamente trata-se deles e Dele, e de que se passando tudo em Família (a Santa Família: a Família é, por sua essência, Santa), “Deus aí reconhecerá os seus”, ou seja, aqueles que tiverem reconhecido Deus e se tiverem reconhecido nele serão salvos. (ALTHUSSER [1970] 1998, p. 102)

Ao propor a generalização de que a estrutura de toda ideologia é especular, Althusser destaca um elemento relevante

de sua teoria: toda ideologia possuiria um centro, que corresponde ao lugar ocupado pelo Sujeito Absoluto. É essa estrutura especular que, tendo como centro o Outro Sujeito, sustenta a interpelação ideológica, garantindo o reconhecimento entre os indivíduos interpelados e o Sujeito, entre os próprios sujeitos, assim como o reconhecimento de cada um por si mesmo. A argumentação de Althusser indica que a estrutura especular da ideologia, em cujo cerne se encontra o Outro Sujeito Absoluto, engendra a configuração de um “eu” em sua relação consigo mesmo e em sua relação com o outro.

As articulações desenvolvidas por Althusser acerca da interpelação ideológica dão lugar a uma afirmação importante para a teorização empreendida por Michel Pêcheux no ano de 1975. Segundo Althusser,

[...] tanto para vocês como para mim, a categoria de sujeito é uma “evidência” primeira (as evidências são sempre primeiras): está claro que vocês, como eu, somos sujeitos (livres, morais, etc.). Como todas as evidências, inclusive as que fazem com que uma palavra “designa uma coisa” ou “possua um significado” (portanto inclusive as evidências da “transparência” da linguagem), a evidência de que vocês e eu somos sujeitos [...] é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar. Este é aliás o efeito característico da ideologia – impor (sem parecer fazê-lo, uma vez que se tratam de “evidências”) as evidências como evidências, que não podemos deixar de *reconhecer* e diante das quais, inevitável e naturalmente, exclamamos (em voz alta, ou no “silêncio da consciência”): “é evidente! é exatamente isso! é verdade!” (ALTHUSSER [1970] 1998, p. 94-95, destaque do autor)

Como vimos, o efeito ideológico elementar corresponde à constituição do sujeito como uma evidência. Na passagem citada acima, a evidência subjetiva encontra-se aproximada das evidências que fazem com que uma palavra se refira a uma coisa ou possua um significado. O funcionamento da instância ideológica é remetido não apenas à evidência subjetiva, mas também às evidências da

transparência da linguagem. Michel Pêcheux dará um destaque especial à aproximação entre evidência subjetiva e sentido evidente, efeitos do funcionamento da ideologia, e extrairá daí implicações fundamentais para a teoria dos discursos.

Retomando a argumentação de Althusser segundo a qual a ideologia em geral não tem história, ao passo que as ideologias particulares têm uma história própria, Pêcheux ([1975] 1988) destaca que a história é a história da luta de classes – a reprodução / transformação das relações de classe. Segundo o autor, “É no interior desse processo ‘natural-humano’ da história que ‘a Ideologia é eterna’ (*omni-histórica*) – enunciado que faz eco à expressão de Freud: ‘o inconsciente é eterno’” (PÊCHEUX [1975] 1988, p. 152, destaque do autor). Portanto, de acordo com Pêcheux, é no interior da história da luta de classes que a ideologia (enquanto elemento estrutural) exerce seus efeitos. Desponta aqui a ideologia em sua relação com o modo de produção econômica que domina uma formação social, isto é, a ideologia enquanto determinada em última instância pela base econômica, configurando-se como uma das condições não-econômicas da reprodução / transformação das relações inerentes à base econômica.

Em relação à aproximação feita por Althusser entre a eternidade do inconsciente e a eternidade da ideologia, Pêcheux nota que não é por acaso que os registros da ideologia e do inconsciente são aproximados. Entretanto, o autor demonstra certa cautela, afirmando que, a propósito dessa aproximação, há um trabalho teórico a ser feito:

De fato, não podemos mascarar por meio de fórmulas a ausência, cujo peso é grande, de uma articulação conceptual elaborada entre *ideologia* e *inconsciente*: estamos ainda no estágio dos “vislumbres” teóricos penetrando a obscuridade; e o presente estudo limitar-se-á a designar certas conexões, cuja importância pode ter sido subestimada, sem pretender, de modo algum, colocar verdadeiramente a questão mesma

que governa a relação entre essas duas categorias. (PÊCHEUX [1975] 1988, p. 152, destaques do autor)

A cautela que Pêcheux demonstra nesse ponto de sua argumentação reveste-se de importância, uma vez que aponta para a possibilidade de refletir sobre a ideologia a partir de sua relação com o registro do inconsciente, ao mesmo tempo em que indica que há um trabalho a ser feito, há um trajeto a ser percorrido: não se pode mascarar a ausência de uma articulação conceitual entre inconsciente e ideologia por meio de fórmulas, diz Pêcheux. O autor contenta-se em observar que o caráter comum das “estruturas-funcionamentos” correspondentes ao inconsciente e à ideologia refere-se à dissimulação de sua existência no interior de seu funcionamento, com a produção de um tecido de evidências subjetivas. O autor destaca então o paralelismo estabelecido por Althusser entre a existência espontânea do sujeito (como causa de si) e as evidências de transparência da linguagem. Ora, é retomando este paralelismo que Pêcheux pode abordar o sujeito e o sentido constituídos enquanto evidências na materialidade do discurso. O que interessa destacar aqui é que a articulação entre ideologia e inconsciente, no âmbito da teorização de Pêcheux em 1975, fundamenta a argumentação segundo a qual a constituição do sujeito e do sentido no âmbito do discurso se realiza de forma dissimulada ao sujeito, ou seja, se realiza na forma de uma “ilusão subjetiva”.

Em relação a essa questão, ganha relevância a argumentação desenvolvida por Leite (1994) acerca do texto escrito em 1975 por Pêcheux e Fuchs (*A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas*). A autora destaca a ilusão subjetiva como elemento a partir do qual é possível abordar o recurso feito à Psicanálise no âmbito da teorização de 75. Segundo Leite, o recurso à teoria psicanalítica nesse texto se faz com vistas a abordar a questão de como se constitui a ilusão subjetiva, possibilitando assim uma articulação entre o ideológico e o discursivo, e fazendo intervir a dimensão do inconsciente.

A forma como o termo “significante” comparece na teorização desenvolvida por Pêcheux em 1975 permitirá trabalhar esse ponto de forma mais precisa. O significante comparece como elemento da língua, como elemento da base material na qual despontam os efeitos de sentido produzidos no nível dos processos discursivos. É dentro dessa perspectiva que, em *Semântica e Discurso*, Pêcheux indica que “a expressão *processo discursivo* passará a designar o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias, etc., que funcionam entre elementos linguísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada” (PÊCHEUX [1975] 1988, p. 161, destaque do autor). É também com vistas a marcar a distinção entre língua e processo discursivo que Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997, p. 245), numa crítica a teorias literárias do estilo que colocam em cena a perspectiva do “caráter único da sequência literária”⁴⁶, referem-se à materialidade fonológica e morfossintática de uma sequência utilizando o termo *significante* ⁴⁷.

⁴⁶ Os autores fazem uma crítica às teorias literárias do estilo concebido como desvio. Segundo Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997), o que se discerne como “a vontade, mais ou menos ‘genial’ em sua unicidade, de um *afastamento mantido*” (p. 245, destaque dos autores) corresponde na verdade ao “produto sobredeterminado da relação contraditória e desigual entre formações discursivas” (p. 245). Foge do propósito deste trabalho tecer outras considerações acerca da crítica feita pelos autores. Entretanto, é possível perguntar: quais seriam os impasses com os quais tem que se confrontar uma abordagem da literatura pela via da Análise do Discurso? No seminário sobre a ética da psicanálise, Lacan indica que toda arte se caracteriza por um modo de organização em torno do vazio que designa a Coisa: “numa obra de arte trata-se sempre de cingir a Coisa” (LACAN [1959-1960] 1988, p. 175). Se admitirmos a hipótese de que é justamente o vazio que representa a Coisa que não tem lugar na teorização desenvolvida por Pêcheux em 1975, quais seriam então as possibilidades de uma abordagem discursiva da arte? A esse respeito, vale a pena citar Lacan: “A relação do artista com o tempo no qual ele se manifesta é sempre contraditória. É sempre contra as normas reinantes, normas políticas por exemplo, ou até mesmo esquemas de pensamento, é sempre contra a corrente que a arte tentar operar novamente seu milagre” (LACAN [1959-1960] 1988, p. 176-177).

⁴⁷ Os autores afirmam que “A materialidade fonológica e morfossintática da sequência (o Significante) seria desde então determinado como única entre as multiplicidades parafrásticas que suportam ‘o sentido’” (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 1997, p. 245).

Referindo-se ao fato de que o significante tem primazia em relação ao sentido, Pêcheux ([1975] 1988) indica que o significante não tem sentido, mas determina sua constituição: o sentido é efeito de uma relação entre significantes, relação que, segundo Pêcheux, Lacan designou como metáfora. Recuperando a afirmação de Lacan ([1957] 1998) de que “a metáfora se coloca no ponto exato em que o sentido se produz no não-senso” (p. 512), assim como a ideia de que a fórmula da metáfora é “*Uma palavra por outra*” (p. 510, destaque do autor), Pêcheux indica que “o sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição por uma outra palavra, uma outra expressão ou proposição” (PÊCHEUX, [1975] 1988, p. 263, destaque do autor).

Segundo Pêcheux, a relação através da qual elementos significantes se confrontam e se revestem de um sentido não poderia ser predeterminada por propriedades da língua. Nessa direção, o autor afirma que o sentido existe apenas nas relações de metáfora que têm lugar numa formação discursiva determinada, em suas relações com outras formações discursivas. Portanto, a argumentação do autor indica que é na relação entre significantes que se constitui o sentido, porém o significante é tomado como um elemento da língua enquanto sistema que corresponde ao lugar material onde se realizam efeitos de sentido engendrados pelos processos discursivos: o significante se refere a um elemento em relação com outros elementos, relação localizada no âmbito de uma formação discursiva como lugar de constituição do sentido.

Portanto, Pêcheux retoma a questão, formulada por Lacan, da primazia do significante sobre o significado, para afirmar que essa supremacia “se exerce no quadro de uma formação discursiva determinada por seu exterior específico” (PÊCHEUX [1975] 1988, p. 176). Apesar de ser fundamental não perder de vista a especificidade das articulações lacanianas acerca do significante e de sua primazia sobre o significado, é importante destacar uma das funções que cumpre, na teorização de Pêcheux no ano de 1975, o recurso ao significante: abordar a questão do sentido através de uma referência à língua, uma vez que é na

materialidade linguística do discurso que despontam os efeitos de sentido engendrados pela ideologia.

A perspectiva segundo a qual o significante corresponde a um elemento linguístico em relação com outros elementos no âmbito de uma formação discursiva se refere justamente à caracterização da língua como “condição *material* de base do discurso” (LEITE, 1994, p. 137, destaque da autora). Portanto, é a língua como base na qual se desdobram os efeitos exercidos pela ideologia que está em jogo aqui. Por sua vez, o significante assim como teorizado por Lacan apontará para uma direção radicalmente diferente.

Em relação à discussão aqui realizada, há uma passagem de *Semântica e Discurso* que deve ser destacada. Como vimos em nossa discussão acerca de *Aparelhos Ideológicos de Estado*, Althusser indica que a interpelação ideológica supõe a existência de um Outro Sujeito, único e central, a partir do qual o indivíduo é interpelado em sujeito. O trecho do texto de Pêcheux sobre o qual gostaria de refletir é o seguinte:

Se acrescentarmos, de um lado, que esse sujeito, com um S maiúsculo – sujeito absoluto e universal –, é precisamente o que J. Lacan designa como o Outro (Autre, com A maiúsculo), e, de outro lado, que, sempre de acordo com a formulação de Lacan, “o inconsciente é o discurso do Outro”, podemos discernir de que modo o *recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico* estão materialmente ligados, sem estar confundidos, no interior do que se poderia designar *como o processo do Significante na interpelação e na identificação*, processo pelo qual se realiza o que chamamos as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção. (PÊCHEUX [1975] 1988, p. 133-134, destaques do autor)

A argumentação desenvolvida nessa passagem parte do pressuposto de que o Sujeito Absoluto teorizado por Althusser ([1970] 1998) corresponde de forma precisa ao que Lacan designa como o grande Outro. Caberia questionar se é possível sustentar tal correspondência. Seria também necessário abordar a

especificidade da afirmação “o inconsciente é o discurso do Outro” no âmbito das elaborações de Jacques Lacan.

No que se refere à argumentação tecida por Pêcheux no trecho citado acima, é importante destacar que, no âmbito da teorização do autor em 1975, a ideologia não pode ser identificada ao discurso, uma vez que o discurso deve ser concebido como um dos aspectos materiais da materialidade da ideologia. É possível que, ao retomar a afirmação lacaniana de que “o inconsciente é o discurso do Outro”, o autor esteja consolidando a articulação entre discurso e ideologia, isto é, situando o discurso como parte componente da materialidade da ideologia. Se aceitarmos a equivalência sugerida por Pêcheux entre o Outro lacaniano e o Sujeito althusseriano, a despeito da imprecisão teórica, a expressão “discurso do Outro” – considerada na condição de “discurso do Outro Sujeito que interpela o indivíduo em sujeito” – aponta para o discurso enquanto lugar (um dos lugares) de materialização dos efeitos da ideologia. Efeitos que se realizam de forma dissimulada ao sujeito, à revelia da consciência. Entretanto, na perspectiva aqui delineada, o inconsciente ficaria restrito a seu sentido descritivo, correspondendo àquilo que não é consciente (cf. FREUD, [1915] 2006). Nesse sentido, talvez fosse mais preciso dizer, no âmbito da Análise do Discurso, que “o discurso do Outro (Sujeito) é inconsciente”, isto é, exerce seus efeitos de forma dissimulada ao sujeito. Por outro lado, no que se refere às articulações desenvolvidas por Jacques Lacan, o que estaria em jogo na afirmação de que “o inconsciente é o discurso do Outro”, uma vez que se trata de considerar o inconsciente para além de seu sentido apenas descritivo?

A despeito das diferenças aqui apontadas, e que não devem ser apagadas, é importante tentar acompanhar a reflexão desenvolvida por Pêcheux, de forma que seja possível prosseguir na reflexão acerca do recurso feito à teoria psicanalítica em 1975. Em relação ao “processo do significante na interpelação e na identificação”, Pêcheux indica que não se trata de evocar o “papel da linguagem” ou o “poder das palavras”, mas sim de levar em

consideração a definição lacaniana do significante: um significante representa o sujeito para outro significante. Segundo Pêcheux, a partir da definição fornecida por Lacan é possível vislumbrar o fato de que “o sujeito é ‘preso’ nessa rede – ‘nomes comuns’ e ‘nomes próprios’, efeitos de *shifting*, construções sintáticas, etc. – de modo que o sujeito resulta dessa rede como ‘causa de si’ no sentido espinosano da expressão” (PÊCHEUX [1975] 1988, p. 157, destaque do autor).

O recurso à definição lacaniana do significante ocupa um lugar relevante na teorização do discurso realizada por Pêcheux em 1975, no sentido de que fornece a possibilidade de abordar o sujeito não como indivíduo dotado de liberdade, mas como evidência que advém na materialidade da língua e que acoberta o assujeitamento ideológico. Se acrescentarmos que, como vimos, o recurso ao significante possibilita também abordar o sentido na condição de constituído na língua a partir das relações entre os significantes no âmbito de uma formação discursiva, então é possível sustentar que o recurso ao significante na teorização de Pêcheux em 1975 fundamenta a abordagem do sentido e do sujeito enquanto constituídos na materialidade da língua. Embora seja fundamental não perder de vista a especificidade do conceito de significante no âmbito das elaborações de Lacan, as articulações de Pêcheux são essenciais para a Análise do Discurso, uma vez que se trata aí de abordar os efeitos da ideologia na materialidade da língua. A forma pela qual o significante comparece na teorização de Pêcheux no ano de 1975 permite vislumbrar, junto a Leite (1994), que o recurso à Psicanálise se faz de forma a abordar como se constitui a ilusão subjetiva, possibilitando a articulação entre ideologia e discurso e entre discurso e língua.

Entretanto, se por um lado o recurso à Psicanálise cumpre um papel importante na Análise do Discurso forjada no ano de 1975, não se deve perder de vista as diferenças entre os dois campos. Na perspectiva da Análise do Discurso, o sujeito é necessariamente referido à interpelação ideológica, configurando-se como sujeito

interpelado que, a despeito de seu assujeitamento, toma-se como se estivesse na fonte do sentido. Por outro lado, nossa retomada da reflexão de Lacan no texto *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud* permitiu vislumbrar uma relação íntima entre inconsciente e linguagem ou, mais precisamente, vislumbrar o fato de que o inconsciente tem estrutura de linguagem. Como vimos, as manifestações que Lacan nomeou de formações do inconsciente são formações de linguagem: sonhos, atos falhos, sintomas e chistes colocam em cena a estrutura da cadeia significante, estrutura que exerce seus efeitos à revelia da consciência. O sujeito desponta em sua singularidade justamente onde um ato falho irrompe como surpresa.

Cabe acrescentar que se o significante é constitutivo do sujeito, estruturando as manifestações do inconsciente, há segundo Lacan algo de radicalmente inassimilável ao significante:

É, simplesmente, a existência singular do sujeito. Por que será que ele está ali? De onde ele sai? Que está fazendo ali? Por que vai desaparecer? O significante é incapaz de dar-lhe resposta, pela simples razão de que ele o coloca justamente além da morte. O significante o considera já como morto, ele o imortaliza por essência. (LACAN [1955-1956] 1988, p. 205)

Nessa passagem, encontrada no seminário sobre as psicoses, a singularidade do sujeito (sua “existência singular”) é referida a um elemento que não se resolve numa referência ao significante. Segundo Lacan, a ordem simbólica fornece uma forma na qual se insere o sujeito em nível de seu ser, uma vez que “É a partir do significante que o sujeito se reconhece como sendo isto ou aquilo” (LACAN [1955-1956] 1988, p.205). Entretanto, algo escapa à trama simbólica.

Desenha-se aqui uma diferença radical entre as articulações de Lacan acerca do significante no seminário sobre as psicoses e a utilização do termo feita por Pêcheux no ano de 75. De acordo com Lacan, o significante é constitutivo do sujeito e do sentido, porém o que está em jogo aqui é o nível em que a singularidade se encontra referida ao resto da operação do significante, e não a

dimensão da configuração do sujeito e do sentido na ordem da língua enquanto lugar no qual se desdobram os efeitos da ideologia. A distinção que se delinea aqui não pode ser ignorada. O risco que se corre é o embaraço teórico e as conclusões precipitadas acerca das “relações” entre Psicanálise e Análise do Discurso, justamente porque o que se desenha, a nos guiarmos pela discussão aqui realizada, é um elemento de não-relação entre os dois campos.

A reflexão aqui desenvolvida permite vislumbrar um ponto de incompatibilidade incontornável entre Psicanálise e a Análise do Discurso forjada em 1975. Em que medida seria legítimo convocar a Psicanálise a título de elemento que atravessa / articula o quadro epistemológico da Análise do Discurso, uma vez que se leva em conta esse ponto de incompatibilidade?

Em relação a essa questão, é importante indicar que, depois de apresentar o quadro geral do estudo que irá empreender em *Semântica e Discurso*, Pêcheux ([1975] 1988) indica que lançará mão de “certos aspectos do trabalho de Lacan” (p. 32), aspectos que “virão se agrupar ao que [...] constitui aqui o elemento essencial, a saber, as direções abertas por Althusser” (p. 32). Segundo Leite (1994), essa circunscrição permite vislumbrar os limites dentro dos quais se dá o recurso à Psicanálise no ano de 1975: é o Lacan assim como abordado por Althusser que comparece em *Semântica e Discurso*.

O recurso à Psicanálise no âmbito da teorização de 1975 é feito de forma a abordar a constituição da ilusão subjetiva, articulando o ideológico, o discursivo e o linguístico, e fazendo intervir a dimensão do inconsciente (cf. LEITE, 1994). Eis uma leitura possível para o fato de que, segundo Pêcheux e Fuchs, as três regiões do conhecimento científico que constituem o quadro epistemológico da Análise do Discurso – a saber, a Linguística, o Materialismo Histórico e a Teoria do Discurso – são “atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)” (PÊCHEUX; FUCHS [1975] 1997, p. 164). Na abordagem da ilusão subjetiva, trata-se de articular / atravessar a língua (objeto da Linguística), a ideologia (abordada no âmbito do

Materialismo Histórico) e o discurso (objeto da Teoria do Discurso) a partir de uma referência ao inconsciente. Eis a que responde o recurso à Psicanálise – ou, mais precisamente, o recurso a certos elementos da teoria psicanalítica – no âmbito da teorização de Pêcheux em 1975.

4.2 – Articulação e subjetividade

De forma a dar prosseguimento à discussão aqui realizada, gostaria de abordar dois elementos relativos ao atravessamento da Análise do Discurso pela teoria psicanalítica assim como formulado por Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997): a questão da articulação entre regiões do conhecimento científico e a questão referente ao elemento que, a rigor, atravessa / articula o quadro epistemológico, qual seja, “uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)” (PÊCHEUX; FUCHS [1975] 1997, p. 164).

Em relação à afirmação de que a teoria psicanalítica articulária, segundo Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997), as regiões do conhecimento científico que compõem o quadro epistemológico da Análise do Discurso (Linguística, Materialismo Histórico e Teoria do Discurso), não é sem importância destacar que no texto *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação* – escrito em 1978 e incluído em *Semântica e Discurso* como um dos anexos que compõem o livro – Pêcheux faz uma crítica à “tríplice aliança” que se configurou na França dos anos 60 em torno dos nomes de Althusser, Saussure e Lacan, aliança que “pretendia ‘articular’ entre si essas três disciplinas [Materialismo Histórico, Linguística e Psicanálise] e controlar o trânsito entre os continentes da História, do Inconsciente e da Linguagem” (PÊCHEUX [1978] 1988, p. 293). É relevante notar, nessa citação, as aspas em torno do verbo “articular”.

Deve-se destacar a posição diferenciada que se atribui à Psicanálise na “tríplice aliança” criticada por Pêcheux em 78, qual seja, a posição de uma das regiões em articulação com outras, ao passo que, na elaboração do quadro epistemológico por Pêcheux e

Fuchs em 1975, a teoria psicanalítica comparece como o elemento que atravessa e articula tal quadro. A despeito de tal diferença, interessa-nos recolher elementos da crítica tecida por Pêcheux no texto de 78, na medida em que fornece subsídios para a reflexão que vem sendo empreendida aqui.

Segundo a crítica feita por Pêcheux ([1978] 1988), o destino dessa aliança teórica seria problemático: algo não ia bem – ou talvez fosse bem demais – nesse movimento de articulação entre as três disciplinas. O autor se refere aos desvios e equívocos que se instalaram nessa tríplice aliança, e fala da necessidade de um trabalho crítico que terminaria, provavelmente, por destruir essa aliança, mas que possibilitaria, por outro lado, o advento de algo novo.

A crítica feita por Pêcheux na retificação de 1978 pode também ser vislumbrada em *Discurso: estrutura ou acontecimento?*. No texto escrito em 83, Pêcheux indica que em nome de Marx, Freud e Saussure uma base teórica nova tomou forma e desembocou em uma construção crítica que, engendrando um “efeito subversivo”, questionou as evidências da ordem humana como ordem estritamente biossocial e se configurou como um golpe no narcisismo (individual e coletivo) da consciência humana. Entretanto, Pêcheux indica que, ao mesmo tempo, o movimento anti-narcísico colocado em cena pela “trilogia Marx-Freud-Saussure” (PÊCHEUX [1983] 1997, p. 45) deu lugar a uma outra forma de narcisismo teórico, qual seja, um narcisismo da estrutura. É em relação a esse ponto de sua argumentação que, como vimos, o autor tece suas críticas ao estruturalismo e às análises estruturais (cf. PÊCHEUX [1983] 1997, p. 46-47).

O que interessa destacar dessa reflexão é que se no ano de 1975 Pêcheux acenava com a perspectiva de uma articulação entre regiões do conhecimento científico proporcionada pela Psicanálise, sua reflexão posterior mobiliza uma crítica à perspectiva de tal articulação (mesmo que, nessa reflexão posterior, a Psicanálise não ocupe o lugar de elemento que articula as regiões, mas se configura, ela mesma, como uma das regiões). Às críticas feitas pelo próprio Pêcheux, gostaria de

acrescentar que, conforme vimos, uma distinção radical se desenha entre Psicanálise e ciência: no campo da ciência, há necessariamente uma rejeição da singularidade, de forma que o real se constitua como elemento calculável; por sua vez, a Psicanálise se configura como uma tentativa de abordar justamente o elemento foracluído no âmbito da ciência, e coloca em cena a perspectiva de uma falta radical, rebelde ao cálculo.

Portanto, a despeito da função que cumpre a teoria psicanalítica na Análise do Discurso forjada em 1975 – qual seja, abordar a questão de como se constitui a ilusão subjetiva, possibilitando assim uma articulação entre o ideológico e o discursivo, e fazendo intervir a dimensão do inconsciente (cf. LEITE, 1994) –, a perspectiva de uma articulação entre regiões do conhecimento científico assegurada pela teoria psicanalítica fica confrontada com um impasse. Se a Psicanálise recupera justamente a singularidade foracluída do campo da ciência, como ela poderia articular regiões do conhecimento científico, nas quais o que está em jogo é justamente a exclusão do registro da singularidade? Colocando em cena uma disjunção entre saber e verdade, isto é, colocando em destaque o fato de que há um real que faz resistência ao saber, como a teoria psicanalítica poderia articular regiões da ciência onde o que está em jogo é a perspectiva segundo a qual a cada verdade corresponde um saber, onde a disjunção entre saber e verdade é apagada?

Em relação ao elemento que atravessa / articula o quadro epistemológico da Análise do Discurso, gostaria de destacar que, em diversas ocasiões ao longo deste livro, afirmei que tal elemento seria a “Psicanálise”, ou ainda a “teoria psicanalítica”, mas o fato é que Pêcheux e Fuchs afirmam que se trata de “uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)” (PÊCHEUX; FUCHS [1975] 1997, p. 164). Ora, em que medida seria possível sustentar que a descoberta do inconsciente por Freud e o retorno a Freud empreendido por Lacan colocam em cena uma “teoria da subjetividade”? Em relação a essa questão, gostaria de trazer para

a reflexão aqui realizada as considerações tecidas por Porge no texto *Um sujeito sem subjetividade*.

Nesse texto, Porge (2009) tece uma crítica a uma corrente de pensamento derivada das publicações dos psicanalistas Charles Melman e Jean-Pierre Lebrun, corrente de pensamento que indica haver uma assimilação ou uma passagem contínua da economia psíquica à economia liberal de mercado que é nomeada de “nova economia psíquica”. Tal nova economia teria engendrado uma mudança do sujeito com a produção de “novos sujeitos”, e as “novas patologias” seriam o signo desses novos sujeitos.

Em sua reflexão, Porge afirma que a “nova economia psíquica” seria um erro de nomeação, pois conjugaria uma confusão entre a Psicanálise, a sociologia e a psicologia. O autor indica que não se trata de contestar as mudanças na sociedade e seus efeitos sociais e psicológicos, mas acrescenta que o ponto de vista do analista é outro. A esse respeito, Porge afirma que, no que concerne ao pai, “ele se refere à estrutura, a da metáfora paterna – anunciada de início por Lacan – e, depois, a borromeana, do pai nomeante. Desse ponto de vista, a ação do pai [...] é independente de seu caráter na realidade ou de sua psicologia” (PORGE, 2009, p. 147). O autor indica que Lacan sempre se pôs em guarda contra a confusão (de natureza psicológica) entre as carências paternas concretas da vida cotidiana e a falta do significante na metáfora. Da reflexão de Porge, interessa destacar que há uma estrutura que está para além da realidade concreta da vida cotidiana, para além das mudanças na sociedade e seus efeitos sociais e psicológicos.

O autor se propõe a abordar o título que anunciava um encontro – realizado em Paris em setembro de 2008 – no qual seria discutida a proposta de Lebrun e Melman: “Que subjetividade para nossa época?”. Retomando elementos da argumentação de Lacan no texto onde se encontra a expressão “subjetividade de sua época”, Porge indica que não haveria subjetividade geral comum a uma época. Segundo o autor, é importante ser rigoroso no que se refere ao termo sujeito em psicanálise:

“É preciso desenlamear o sujeito do subjetivo”, diz Lacan na sua Proposição de 9 de outubro de 1967. O sujeito não tem subjetividade, ele não se subjetiva, ele se institui na sua destituição (*O desejo e sua interpretação*, 1958) porque ele é apenas representado por um significante para outro significante. Onde há sujeito há *fading* da subjetividade. Nesse espaço-tempo entre dois significantes ele é foracluído, signo de nada, pura hipótese. Suposto, ele nada supõe. (PORGE, 2009, p. 152)

Porge aponta, portanto, para o erro que se comete ao se confundir subjetividade e sujeito. Este último não tem nada de substancial, pois é apenas “momento de eclipse que se manifesta na fenda de um equívoco” (PORGE, 2009, p. 153). Em relação à reflexão do autor, cabe recuperar a seguinte afirmação de Lacan, encontrada no seminário *Mais, ainda*: “O sujeito não é jamais senão pontual e evanescente, pois ele só é sujeito por um significante, e para um outro significante” (LACAN [1972-1973] 1985, p. 195). O sujeito é o que desponta, para no mesmo instante esvaecer, no momento fugaz de um lapso. Ora, se o sujeito que está em jogo na Psicanálise não tem subjetividade, pois se institui em sua destituição, se o sujeito é o que advém no instante fugidio de um lapso, representado por um significante para um outro significante, a perspectiva de uma “teoria da subjetividade de natureza psicanalítica”, assim como mencionada por Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997), fica confrontada com um impasse.

4.3 – A retificação de 1978

Como vimos, Althusser ([1970] 1998) indica que o funcionamento da interpelação pressupõe a existência de um Outro Sujeito Absoluto em nome do qual os indivíduos são interpelados em sujeitos. A estrutura especular da ideologia, tendo como centro o Outro Sujeito, garante o reconhecimento entre os indivíduos interpelados e o Sujeito, entre os próprios sujeitos e o reconhecimento de cada um por si. Cabe acrescentar

que, segundo o filósofo, a interpelação ideológica forneceria ao sujeito interpelado a “garantia absoluta de que tudo está bem assim” (ALTHUSSER [1970] 1998, p. 103). O que se desenha na reflexão desenvolvida por Althusser é a perspectiva de que a interpelação ideológica estabeleceria uma espécie de equilíbrio imaginário perfeito, sem falhas. Na perspectiva desenvolvida pelo filósofo em *Aparelhos Ideológicos de Estado* e retomada por Pêcheux em sua teorização no ano de 1975, a interpelação se configura, portanto, como um mecanismo de assujeitamento completo, exercendo seus efeitos sem engendrar nenhum resto e estabelecendo uma espécie de estabilidade imaginária no sujeito interpelado em relação a si mesmo, ao outro e ao Outro Sujeito.

Em relação a essa questão, gostaria de tecer algumas considerações sobre o conceito de formação discursiva assim como trabalhado por Pêcheux em *Semântica e Discurso*. A formação discursiva não é apenas lugar da constituição do sentido, mas corresponde também ao lugar no qual se efetua “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso” (PÊCHEUX [1975] 1988, p. 163). Segundo Pêcheux, é através de uma identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina que a interpelação se efetua, identificação a partir da qual se institui uma unidade imaginária do sujeito. Um elemento digno de nota na discussão acerca da identificação fundadora dessa unidade imaginária do sujeito refere-se ao fato de que esta identificação é, simultaneamente, uma identificação com o outro – com “o” minúsculo, diz Pêcheux – enquanto outro ego: o efeito-sujeito do discurso é contemporâneo e coextensivo ao efeito de intersubjetividade. Portanto, a formação discursiva desponta como lugar em que os sujeitos por ela constituídos “se reconhecem entre si como espelhos uns dos outros” (PÊCHEUX [1975] 1988, p. 168). É possível vislumbrar aqui os ecos da argumentação desenvolvida por Althusser em *Aparelhos Ideológicos de Estado*, segundo a qual “a estrutura de toda ideologia, ao interpelar os indivíduos enquanto sujeitos em nome de um Sujeito Único e absoluto, é especular” (ALTHUSSER [1970] 1998, p. 102).

Portanto, na argumentação desenvolvida por Pêcheux em *Semântica e Discurso* a formação discursiva desponta como fundamento da relação imaginária do sujeito consigo mesmo e com o outro, como lugar em que se realiza uma interpelação ideológica sem restos e no qual se estabelece uma espécie de equilíbrio imaginário. Em relação a esse ponto, teremos a oportunidade de constatar que o texto *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação*, de 1978, dará lugar a um deslocamento fundamental.

Nesse texto, Pêcheux indica que algo estaria falhando em relação ao recurso feito à Psicanálise em *Semântica e Discurso*, e se referiria à relação entre o ego e o sujeito. Sobre esse ponto, o autor indica que “levar demasiadamente a sério a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha, eis precisamente algo que falha em *Les Vérités de La Palice* ⁴⁸” (PÊCHEUX [1978] 1988, p. 300). Pêcheux indica então que o *non-sens* do inconsciente, ponto no qual se agarra a interpelação ideológica, não é jamais inteiramente recoberto ou obstruído pela evidência do sujeito, que é seu produto: “o *non-sens* inconsciente não para de voltar no sujeito e no sentido que nele pretende se instalar” (PÊCHEUX [1978] 1988, p. 300).

Nesse ponto de sua argumentação, Pêcheux menciona uma afirmação de Jacques Lacan feita ao longo do seminário sobre os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise: “só existe causa para o que manca” (LACAN [1964] 1985, p. 27). Pêcheux indica que a causa em questão se refere ao registro do inconsciente, e se manifesta de formas diferentes (no lapso, no ato falho) no próprio sujeito, de forma incessante, uma vez que “os traços inconscientes do significante não são jamais ‘apagados’ ou ‘esquecidos’, mas trabalham, sem se deslocar, na pulsação sentido / *non-sens* do sujeito dividido” (PÊCHEUX [1978] 1988, p. 300).

É relevante lembrar que, em um determinado ponto de *Semântica e Discurso*, Pêcheux retoma a afirmação de Lacan de que “a metáfora se coloca no ponto exato em que o sentido se produz

⁴⁸ Nome original, em francês, de *Semântica e Discurso*.

no não-senso” (LACAN [1957] 1998, p. 512) para dizer que o sentido existiria somente nas relações de metáfora que têm lugar numa formação discursiva determinada, em suas relações com outras formações discursivas. Portanto, a argumentação de Pêcheux havia indicado que é na relação entre significantes que se constitui o sentido, porém o significante foi então considerado como um elemento da língua enquanto lugar material onde se realizam efeitos de sentido engendrados pelos processos discursivos. É dentro dessa perspectiva que o autor havia retomado a questão acerca da primazia do significante sobre o significado, para afirmar que essa supremacia “se exerce no quadro de uma formação discursiva determinada por seu exterior específico” (PÊCHEUX [1975] 1988, p. 176).

Ora, as articulações de Pêcheux na retificação escrita em 1978 correspondem a um deslocamento em relação à argumentação desenvolvida em *Semântica e Discurso*, uma vez que a retificação aponta para a dimensão de uma ausência de sentido que não se resolve numa referência à formação discursiva como constitutiva do sentido e do sujeito evidentes, mas que aponta para um retorno insistente do *non-sens* no sujeito e no sentido. A esse respeito, a retificação de 1978 contém considerações fundamentais:

Continua, pois, bastante verdadeiro o fato de que “o sentido” é produzido no “*non-sens*” pelo deslizamento sem origem do significante, de onde a instauração do primado da metáfora sobre o sentido, mas é preciso acrescentar imediatamente que *esse deslizamento não desaparece sem deixar traços* no sujeito-ego da “forma-sujeito” ideológica, identificada com a evidência de um sentido. Apreender até seu limite máximo a interpelação ideológica como *ritual* supõe reconhecer que não há ritual sem falhas; enfraquecimento e brechas, “uma palavra por outra” é a definição da metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso (e o mínimo que se pode dizer é que os exemplos são abundantes, seja na cerimônia religiosa, no processo jurídico, na lição pedagógica ou no discurso político...). (PÊCHEUX [1978] 1988, p. 300-301, destaque do autor)

De acordo com a reflexão de Pêcheux na retificação de 1978, o deslizamento do significante não desaparece sem deixar rastros. Acredito ser possível sustentar que, nessa perspectiva, o significante não pode ser considerado como elemento da base linguística que corresponderia ao lugar material no qual se desdobram os efeitos produzidos em nível do discurso. A indicação da existência de uma insistência do não-sentido no campo do sujeito e do sentido permite a Pêcheux fazer a suposição de que não há ritual sem falhas, de que o *non-sens* significante corresponde a um ponto a partir do qual o ritual pode se estilhaçar no lapso. Estas articulações apontam para uma inconsistência da interpelação ideológica, sempre pronta a ser infectada pelo tropeço de um lapso ou de um ato falho: no instante de um relâmpago, na irrupção fugidia de um lapso, a ideologia dominante é colocada em xeque. Referindo-se às formações do inconsciente teorizadas por Freud, Pêcheux se pergunta se essa série poderia remeter a algo que infecta constantemente a ideologia dominante, do próprio interior das práticas por ela engendradas.

A discussão presente no texto de 1978 coloca em cena um deslocamento importante, pois aponta para as formações do inconsciente como pontos de ruptura em relação às evidências engendradas pela ideologia. Uma vez que se considera a potência das formações do inconsciente em fazer com que o ritual ideológico se estilhace – e isso do próprio interior das práticas engendradas pela ideologia –, refletir sobre a interpelação ideológica demanda que se coloque em destaque a marca de sua inconsistência, isto é, o fato de que não há ritual ideológico sem falhas.

A reflexão sobre a retificação de 78 nos permite discutir a vicissitude sofrida pela língua ao longo do percurso teórico de Michel Pêcheux, vicissitude que abordamos neste livro. Como vimos, uma primeira abordagem coloca em destaque a sistematicidade fonológica, morfológica, e sintática que constitui a base linguística, base possuidora de uma autonomia relativa. Posteriormente, há um recurso explícito a *lalangue* para

caracterizar a base linguística, recurso que não deixa de vir acompanhado de mudanças significativas na teorização de Pêcheux. Ora, o que faz com que Pêcheux, a partir de certo ponto de seu percurso teórico, leve em consideração o ponto em que há língua e há inconsciente? Entre as duas abordagens da língua discutidas neste livro, há justamente a retificação escrita pelo autor em 1978, retificação que indica que não há interpelação ideológica constitutiva das evidências do sujeito e do sentido que não seja afetada por uma falha, que não engendre um resto. É a consideração da dimensão da falha no ritual ideológico – o que indica que não há interpelação ideológica plenamente bem sucedida – que possibilita abordar a língua em sua relação necessária com o equívoco.

Por um lado, o recurso a *lalangue* se articula de forma estreita à consideração de um ponto de falha – na língua, no ritual ideológico – que até então Pêcheux não havia levado em conta. Entretanto, é possível perguntar: o que é que falha na consideração da relevância de *lalangue* para a Análise do Discurso, uma vez que o registro em que há língua e há inconsciente nos convida a ir para além da dimensão do discurso forjada ao longo do percurso de Pêcheux? Se por um lado há um recurso explícito a *lalangue* – isto é, um recurso que podemos identificar no nível do enunciado – em que outra direção seria possível considerar a falha na língua e no ritual ideológico?

O deslocamento referente à ideologia que vislumbramos na retificação de 1978 corresponde a um efeito da teoria psicanalítica sobre a reflexão de Michel Pêcheux. Há na retificação o questionamento à perspectiva de uma interpelação ideológica sem restos, questionamento que se fundamenta numa consideração das formações do inconsciente, que têm a potência de fazer estilhaçar o ritual ideológico. Como vimos, a reflexão de Pêcheux no texto de 78 indica que algo estaria falhando em relação ao recurso feito à Psicanálise pela Análise do Discurso. A retificação é, portanto, lugar de uma reconsideração do recurso à teoria

psicanalítica, reconsideração que exerce efeitos significativos na reflexão de Pêcheux acerca da ideologia.

Entretanto, não é sem relevância para nossa reflexão abordar as considerações tecidas por Plon no texto *Análise do discurso (de Michel Pêcheux) vs análise do inconsciente*, em que o autor tece considerações sobre a retificação escrita por Pêcheux em 1978. Fazendo menção a um recobrimento da obra de Michel Pêcheux na França, Plon indica que tal recobrimento seria o sintoma daquilo que, no percurso de Pêcheux, pode falhar e dar lugar ao silenciamento. O autor então se pergunta: o que foi que falhou na *démarche* de Pêcheux?

Plon menciona que é comum identificar na retificação de 78 uma proximidade máxima de Pêcheux com a Psicanálise lacaniana da época. Ao longo de sua argumentação, o autor destacará, por outro lado, a ambivalência que marca a relação de Pêcheux com a Psicanálise, e que se mostra inclusive no texto de 78. Ambivalência que é mencionada também a propósito de Althusser, que defendia Lacan no Partido Comunista Francês e o criticava em outros lugares.

Plon recupera alguns elementos da argumentação desenvolvida por Lacan no seminário sobre os quatro conceitos fundamentais da psicanálise, de forma a abordar o que está em jogo na afirmação de que “só existe causa para o que manca” (LACAN [1964] 1985, p. 27), citada por Pêcheux na retificação de 1978. Plon indica que se trata, no contexto da discussão realizada por Lacan, de destacar que o inconsciente freudiano “se situa nesse ponto em que, entre a causa e o que ela afeta, há sempre claudicação” (LACAN [1964] 1985, p. 27). Em relação à discussão de Lacan, Plon fornece a indicação fundamental de que o inconsciente coloca em cena um falhamento⁴⁹, um equívoco insistente, que não cessa de se repetir. Sendo assim, não se trata de fazer com que isso pare de falhar; não se trata, na perspectiva de um tratamento analítico, de curar a neurose.

⁴⁹ Em francês, *clochérie*, neologismo criado por Lacan.

Cabe acrescentar que, de acordo com a argumentação desenvolvida no seminário sobre os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise, Lacan ([1964] 1985) aborda o inconsciente “pela estrutura de uma hiância” (p.33), ou seja, coloca “no núcleo da estrutura do inconsciente a hiância causal” (p. 49). Hiância não-suturável, suturada, entretanto, pelos analistas pós-freudianos, numa psicologização da teoria psicanalítica. Segundo Lacan, o inconsciente remete a algo que fica em espera, algo de não-nascido, da ordem do não-realizado. O psicanalista faz menção ao “umbigo do sonho” de que fala Freud ([1900] 1987) em *A interpretação dos sonhos* para designar um “centro incógnito”, que não é outra coisa senão a hiância destacada acerca do inconsciente. Hiância estrutural, portanto. A esse respeito, Lacan também destaca que tudo que se expande no inconsciente – que deve ser situado “na dimensão de uma sincronia” (LACAN [1964] 1985, p. 31) – se difunde cingindo esse ponto central.

Ao considerar a questão da causa no âmbito da psicanálise, Lacan menciona a existência de um buraco, e de algo que vem oscilar no intervalo entre a causa e o que ela afeta: “só existe causa para o que manca” (LACAN [1964] 1985, p. 27). A partir da afirmação de Lacan, é possível dizer que a causalidade que interessa à psicanálise é aquela referente ao que advém como tropeço num sonho, num ato falho, num chiste. Ou ainda, pode-se dizer, junto a Plon, que “é porque *isso falha* que há as causas e que se pode incansavelmente pesquisá-las sabendo que isso não cessa nunca, que qualquer coisa sempre falha” (PLON [2003] 2007, p. 39, destaque do autor).

A partir da afirmação de Pêcheux de que “levar demasiadamente a sério a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha, eis precisamente algo que falha em *Les Vérites de La Palice*” (PÊCHEUX [1978] 1988, p. 300), Plon fornece uma indicação digna de nota: parece que Pêcheux adota de forma efetiva a argumentação de Lacan, admitindo que isso só pode falhar. Porém, persiste segundo Plon a perspectiva de uma possível reparação, uma retificação mesmo, a partir da qual

[...] isso poderia *não mais* falhar: como se paradoxalmente, não mais fazer deslizar o sujeito [...], não mais reduzi-lo ao eu consciente [...], não mais confundir o sujeito do inconsciente com o sujeito da psicologia [...], como se essa operação, essa retificação constituísse a garantia de que isso não falharia mais, como se o sujeito da psicologia pudesse, efetivamente, desaparecer na medida em que ele constitui a manifestação do eu (PLON [2003] 2007, p. 40, destaque do autor)

Segundo Plon, a Psicanálise parece se configurar, na retificação de 78, como uma espécie de garantia contra todo o retorno da psicologia: uma vez aceito, o falhamento se resolveria de forma definitiva; na mesma perspectiva, uma vez terminada uma análise, a neurose desapareceria: “Seria preciso, então, revestir, recolocar na ordem aquilo que falha, de um lado aceitando aquilo que falha [...], como se fosse possível adotar a perspectiva lacaniana para colocá-la a serviço de uma retomada da referência ao marxismo-leninismo” (PLON [2003] 2007, p. 41). Desenha-se assim, segundo o autor, uma prática política marxista-leninista fundamentada sobre o falhamento, que teria como resultado o fim da falha trágica e insuportável ⁵⁰.

Plon indica que apesar de Pêcheux ter percebido na psicanálise lacaniana algo essencial, ele não chega a se livrar de um “peso”, de uma “armadura” que exigia uma prudência comandada pela política. É, segundo o autor, como se Pêcheux não pudesse ter se autorizado totalmente e aceito “não somente que *isso falha* mas que *isso deve* falhar, que é inelutável que *isso falhe*, que *isso falhará* sempre e que é vão esperar, ou mesmo tentar apressar [...] a chegada do momento, do tempo em que *isso não falhará mais*” (PLON [2003] 2007, p. 41-42, destaques do autor).

⁵⁰ A despeito de suas críticas, Plon não deixa de reconhecer que Pêcheux formula uma interrogação relevante e atual para aqueles que, sem se prosternar diante do “Deus obscuro” do mercado nem resumir a ação política à prática dos “kamikazes”, se propõem a pensar sobre uma política que considera os falhamentos da subjetividade.

Também com o objetivo de abordar o que falha na retificação proposta por Pêcheux – e Plon destaca a ambiguidade do termo “retificação”, que não deixa de evocar também um apagamento daquilo que falha –, o autor reflete sobre dois elementos que roçam aspectos da vida privada de Pêcheux: o tempo e a clandestinidade. Em relação ao primeiro elemento, Plon menciona uma determinada relação de Pêcheux com o tempo, que se mostra em praticamente todos os seus textos: um sentimento opressor de urgência incontornável. Herança althusseriana referente ao tempo que passa e a uma urgência opressora, herança ligada a uma concepção missionária e (Plon ousa dizer) cristã da ação política. Althusser havia militado nas fileiras da ação católica, e teve como mestres dois filósofos cristãos. Por sua vez, Pêcheux recebeu uma educação católica. A urgência que comparece junto a uma concepção salvadora da ação política não deixa de colocar em cena, segundo o autor, a perspectiva de atingir um fim possível, de chegar a um desenlace; e isso a despeito da perspectiva de que a história é um processo sem fim...

Por outro lado, a clandestinidade, e também o gozo – dimensão nunca abordada no percurso teórico de Pêcheux, segundo Plon. Em relação à clandestinidade, o autor lembra que o projeto da AAD 69 se propunha a construir uma “máquina de guerra”, um “cavalo de troia” a ser introduzido nas ciências sociais para produzir mudanças. A vocação de Pêcheux para a clandestinidade se mostra também, segundo Plon, na escolha de publicar seus dois primeiros artigos sob o pseudônimo de Thomas Herbert.

Ainda a respeito da clandestinidade, Plon retoma a indicação de Denise Maldidier (em *(Re)lire M. Pêcheux aujourd'hui*) de que o encontro de Pêcheux com Althusser será decisivo para sua entrada na política. Na *Rue d'Ulm*, quartel general filosófico onde Althusser pregava sua concepção da luta teórica, Pêcheux estabelece outro vínculo essencial, com Georges Canguilhem, que conduz Pêcheux rumo à história das ciências e da epistemologia, e que apoia a entrada de Thomas Herbert no Laboratório de Psicologia Social do CNRS em 1966: Pêcheux aceita sem reservas a

missão de guerra que lhe fora incumbida. Não só a ele, mas também a Paul Henry e ao próprio Michel Plon:

Esse era o clima, o clima de clandestinidade, de redes e de reuniões secretas, de relações duplas com a instituição que apesar de tudo nos pagava, todas as atividades nas quais se apostava, e não tínhamos a menor consciência disso tudo, um gozo que nos levava à euforia, à crença em alguma vitória final até a hora em que o céu começou a escurecer. (PLON [2003] 2007, p. 48)

Segundo Plon, a clandestinidade e a perspectiva de resistência por ela implicada não deixam de estar relacionadas com a questão do tempo, da pressão da urgência. Essa combinação constitui, segundo o autor, o solo fértil que possibilita a sustentação de uma fantasia, qual seja, “aquela de retificar, de suprimir a causa daquilo que falhava e que falha sempre” (PLON [2003] 2007, p. 49). É fundamental a menção feita por Plon a uma fantasia de supressão da causa daquilo que falha, fantasia que se sustenta a despeito de uma suposta admissão da falha... Fantasia que, a nos guiarmos pelas indicações de Plon, parece dar sustentação ao percurso teórico de Michel Pêcheux. Fantasia de supressão que, na argumentação de Plon, parece estar relacionada a um gozo que levava à euforia, à crença na vitória definitiva...

Portanto, o que se desenha na argumentação de Pêcheux na retificação de 78 é, segundo Plon, uma prática política marxista-leninista fundamentada sobre o falhamento, que teria como resultado o fim da falha trágica e insuportável. Por um lado, vislumbramos na retificação um deslocamento importante no que se refere à teorização concernente à ideologia: se de acordo com a teorização de Althusser em *Aparelhos Ideológicos de Estado* fica delineada a perspectiva segundo a qual a interpelação ideológica exerce seus efeitos sem engendrar nenhum resto, a retificação de 78 coloca em cena a inconsistência da ideologia, que não exerce seus efeitos senão engendrando um resto não-interpelável. Contudo, as considerações tecidas por Plon apontam para um apagamento, no

âmbito da retificação, do que a teoria psicanalítica coloca em cena de forma mais radical, uma vez que a retificação de 78 mobiliza a fantasia de “retificar, de suprimir a causa daquilo que falhava e que falha sempre” (PLON [2003] 2007, p. 49).

Vislumbramos aqui um elemento que também identificamos em nossa reflexão acerca da língua no percurso teórico de Michel Pêcheux: por um lado, há um recurso explícito a *lalangue*, ao ponto de equívoco na língua; por outro, a reflexão realizada neste livro indicou que, a despeito do recurso explícito, a consideração do ponto em que há língua e há inconsciente vem acompanhada de um apagamento do que *lalangue* coloca em cena: o gozo que a ordem própria da língua interdita (cf. LEITE, 2000). Delineia-se aqui a perspectiva de que um recurso explícito a um elemento da teoria psicanalítica pode se configurar, paradoxalmente, como lugar de apagamento do que a descoberta freudiana do inconsciente coloca em cena. Em relação a esse ponto, vale a pena retomar a seguinte indicação de Leite (1994) acerca da Análise do Discurso: “assumir a teoria psicanalítica como fundamento de um quadro epistemológico mais amplo, não constitui garantia antecipada da sua efetiva intervenção no campo, podendo inclusive constituir [...] a condição básica para o seu recalçamento” (p. 150).

Resta, portanto, insistir na pergunta feita por Michel Plon: o que foi que falhou na *démarche* de Michel Pêcheux (cf. PLON [2003] 2007, p. 35)? Ou ainda: o que foi que falhou no recurso feito por Pêcheux a *lalangue*?

4.4 – Um atravessamento sem palavras

De forma a abordar, junto a Plon ([2003] 2007), o que falhou no percurso teórico de Michel Pêcheux, e especialmente o que falhou no recurso a *lalangue*, gostaria de retomar elementos da reflexão de Jacques Lacan sobre o discurso no seminário *O avesso da psicanálise*. Como vimos, Lacan indica que o discurso toca sem cessar na dimensão do gozo, uma vez que é daí que ele se origina.

Não há discurso que não seja do gozo. A interdição do gozo, produzindo um mais de gozar, funda a estrutura do discurso.

Segundo Lacan, o objeto *a* – objeto perdido – designa um efeito de discurso que se apresenta como opaco: trata-se de um “efeito de rechaço” (LACAN [1969-1970] 1992, p. 40). Vimos também que, de acordo com Lacan, o objeto *a*, na condição de “efeito real” (LACAN [1969-1970] 1992, p. 146), decorre de que o saber se reduz à articulação significante. O saber é meio de gozo: quando o saber trabalha, produz-se uma entropia, um ponto de perda. A incidência do significante no falante não se dá, portanto, sem que se produza um resto: o objeto perdido, *a*. Não há, portanto, constituição de um corpo atravessado pela linguagem sem que um elemento refratário ao significante se produza como efeito mesmo da incidência do significante sobre o corpo.

Há, por conseguinte, uma “relação primitiva” (cf. LACAN [1969-1970] 1992, p. 16) entre o saber e o gozo, e mesmo uma “dialética” (cf. LACAN [1969-1970] 1992, p. 33), pois o mais-de-gozar se situa a partir do processo do saber. Uma vez que a entrada no campo da linguagem implica em perda de gozo, os meios do gozo são abertos no campo mesmo que demanda sua exclusão. A esse respeito, vale a pena citar novamente o seguinte comentário de Lacan:

Tal saber é meio de gozo. E quando ele trabalha, repito, o que produz é entropia. Essa entropia, esse ponto de perda, é o único ponto, o único ponto regular por onde temos acesso ao que está em jogo no gozo. Nisto se traduz, se arremata e se motiva o que pertence à incidência do significante no destino do ser falante.

Isto pouco tem a ver com sua fala, com sua palavra. Isto tem a ver com a estrutura, que se aparelha. O ser humano, que sem dúvida é assim chamado porque nada mais é que o húmus da linguagem, só tem que se *emparrelhar*, digo, se *apalavrar* com esse aparelho (LACAN [1969-1970] 1992, p. 48, destaques do autor).

O elemento de perda engendrado pela “incidência do significante no ser falante” pouco tem a ver com a fala, com a

palavra, isso tem a ver com a estrutura, como diz Lacan. Acredito que essa indicação é essencial para a reflexão que estamos realizando acerca do recurso feito por Pêcheux a *lalangue* em sua relação com a questão do atravessamento da Análise do Discurso pela Psicanálise. Ora, a dimensão do discurso sem palavras nos possibilita abordar esse atravessamento num nível que, antes de se referir à fala, à palavra, refere-se à estrutura, à incidência do significante no destino do ser falante e à produção do objeto *a*.

Vimos que, segundo Leite, o registro de *lalangue* é relevante para os linguistas na medida em que evidencia uma estratégia específica para lidar com a falta, “fazendo-a incidir sobre o processo de teorização” (LEITE, 1994, p. 114). Ora, em que medida *lalangue* faria a falta incidir sobre o processo de teorização? Na medida em que *lalangue* mantém estreita relação com o objeto *a*, na medida em que *lalangue* é da ordem do objeto. Em nossas considerações sobre o ponto em que há língua e há inconsciente, vimos que a língua não exerce seu efeito de corte senão configurando, no ato do corte mesmo, um elemento que “teria estado lá” (LEITE, 2000, p. 41), diferente da materialidade significante, mas determinado por essa materialidade: um resto se presentifica então, inelutavelmente presente no funcionamento da língua. Resto em relação ao qual é possível abordar a dimensão do desejo e do gozo. *Lalangue* é sempre suposta (cf. LEITE 2000), um estranho anterior que se configura a partir de algo que o terá sucedido, e que se repete de forma insistente. É na medida em que *lalangue* remete a esse resto, a esse estranho anterior, que ela pode ser tomada em sua estreita articulação com o objeto *a*.

Portanto, não é suficiente afirmar, junto a Lacan, que “só existe causa para o que manca”. Não basta reconhecer que não há assujeitamento ideológico perfeito, ou que o espaço da língua é afetado por falhas. Trata-se de, para além da inclusão da falta no nível de um recurso explícito, no nível do enunciado, operar com um conceito que inscreva a falta na teoria. Para que a falta incida sobre o processo de teorização, faz-se necessária a referência a um conceito forjado por Jacques Lacan: o conceito de objeto *a*. E

operar teoricamente com o objeto *a*, de forma a fazer com que a falta se configure como causa do pensamento teórico, está para além de um mero recurso explícito a esse objeto.

Repito a pergunta com a qual a reflexão realizada neste livro se iniciou: o deslocamento referente à língua aqui abordado pode ser tomado como efeito do atravessamento da Análise do Discurso pela Psicanálise? Ora, esse deslocamento não deixa de ser efeito de uma afetação de Pêcheux pela teoria psicanalítica, uma vez que, a partir de certo momento em seu percurso teórico, o autor se refere de forma explícita à relevância de *lalangue* para abordar a língua como condição material do discurso. Se considerarmos tal atravessamento no nível de um recurso explícito, então acredito ser possível responder afirmativamente a pergunta: a vicissitude sofrida pela língua ao longo do percurso de Pêcheux é um efeito do atravessamento da Análise do Discurso pela Psicanálise.

Entretanto, o recurso explícito pode, como vimos, dar lugar a um apagamento do que a teoria psicanalítica coloca em cena, configurando-se como lugar de uma resistência à Psicanálise. A esse respeito, não é sem relevância lembrar dos impasses que o recurso a *lalangue* coloca para a Análise do Discurso, impasses que abordamos anteriormente neste livro. A partir da argumentação desenvolvida por Pêcheux e Gadet em *A língua inatingível*, é possível perguntar em que medida o real da língua poderia se relacionar à contradição histórica. Entendo que elaborar teoricamente esse tipo de relação pode colocar em cena um apagamento da singularidade incomensurável que o registro de *lalangue* mobiliza. Por outro lado, vimos que o recurso a *lalangue* no âmbito de *Discurso: estrutura ou acontecimento?* é feito em estreita relação com a perspectiva de uma descrição da materialidade da língua. Por mais instigante que seja a reflexão de Pêcheux no texto de 83, é para além dessa materialidade que o registro de *lalangue* nos convoca. Constatamos que levar às últimas consequências o ponto em que há língua e há inconsciente nos confronta com a perspectiva do gozo interdito pela língua,

do objeto perdido que a língua, enquanto instância de corte, configura – objeto que não é levado em consideração no percurso teórico de Pêcheux. Levar em consideração o ponto em que há língua e há inconsciente demanda, portanto, que o discurso seja abordado como estrutura que ultrapassa as palavras, estrutura que tem como elemento fundamental o gozo interdito pela língua e a produção de um mais-de-gozar.

Uma rápida consulta ao dicionário permite identificar algumas nuances de significado do verbo atravessar. Entre os significados de tal verbo, encontramos “passar através de”, “cruzar”, mas também “impedir”, “contrariar”, “opor-se”. Talvez seja possível sustentar que a vicissitude sofrida pela língua ao longo do percurso teórico de Pêcheux é um efeito do atravessamento da Análise do Discurso pela Psicanálise, mas na medida em que a teoria psicanalítica não apenas “passa através” do quadro epistemológico, mas também se opõe, contraria esse quadro, demandando que se passe para uma outra coisa.

É relevante retomar aqui a reflexão realizada por Leite (1994) acerca do estatuto da Psicanálise no projeto de Análise do Discurso construído por Michel Pêcheux. Vimos que, segundo a autora, há no percurso de Pêcheux a passagem de um Outro completo – que coloca em cena um apagamento do real do inconsciente – para um Outro esburacado. Como vimos, é no texto *Discurso: estrutura ou acontecimento?* que, de acordo com Leite, desmorona a possibilidade de uma abordagem do discurso apenas como estrutura, e a questão colocada por Pêcheux no título do trabalho sugere um impasse que a autora lê da seguinte forma: “o Outro é esburacado, a estrutura comporta um furo, o lugar do acontecimento. Isto nos conduz diretamente ao conceito de estrutura na especificidade com a qual se reveste na Psicanálise. Portanto, estrutura e acontecimento” (LEITE, 1994, p. 24).

Como afirmei anteriormente, a consideração da dimensão do acontecimento – tomada por Leite como uma consideração da dimensão real do Outro – corresponde a um elemento essencial no percurso de Pêcheux, elemento no qual é possível vislumbrar uma

proximidade com a teoria psicanalítica. Em relação a esse ponto, é relevante perceber que, na argumentação desenvolvida por Pêcheux acerca do acontecimento no texto de 1983, não há uma menção explícita à teoria psicanalítica ou a elementos dela provenientes. Vislumbramos aqui, portanto, a possibilidade de abordar o atravessamento da Análise do Discurso pela Psicanálise de uma forma que não se restrinja ao nível do recurso explícito à teoria psicanalítica. A esse respeito, talvez não seja sem relevância a seguinte afirmação de Pêcheux, encontrada no texto de 1983: “A evocação de alguns nomes próprios (Saussure, Wittgenstein, Althusser, Foucault, Lacan...) ou a menção a campos do real (a história, a língua, o inconsciente...) não são suficientes para caracterizar uma posição de trabalho...” (PÊCHEUX [1983] 1997, p. 18).

Para além do nível de um recurso explícito (ou da ausência de recurso) a elementos provenientes da teoria psicanalítica, é possível considerar a questão do atravessamento da Análise do Discurso pela Psicanálise a partir de uma outra perspectiva, justamente aquela mobilizada por Pêcheux no texto *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação*.

Nesse texto, Pêcheux aborda a questão relativa à resistência às injunções da ideologia dominante. É no contexto dessa discussão que, como vimos, o autor questiona a perspectiva de um assujeitamento sem falhas do indivíduo interpelado e coloca em destaque a inconsistência da interpelação ideológica, que não exerce seus efeitos sem engendrar um resto: “Aprender até seu limite máximo a interpelação ideológica como *ritual* supõe reconhecer que não há ritual sem falhas” (PÊCHEUX [1978] 1988, p. 300-301, destaque do autor). Como indiquei anteriormente, a reformulação relativa à ideologia é feita na retificação a partir da indicação de que, em *Semântica e Discurso*, algo estaria falhando na referência feita aos conceitos forjados no âmbito da Psicanálise. Vimos também que, nessa reformulação, dá-se um papel de destaque às formações do inconsciente: o lapso, segundo Pêcheux, tem a potência de estilhaçar o ritual ideológico.

De acordo com a reflexão de Pêcheux na retificação de 1978, a argumentação desenvolvida ao longo de *Semântica e Discurso* roçou “de uma maneira estranhamente abortada” (PÊCHEUX [1978] 1988, p. 303) essa interrogação acerca da resistência às injunções exercidas pela ideologia dominante, esse questionamento à interpelação ideológica enquanto mecanismo sem falhas. A esse respeito, Pêcheux se refere ao recurso aos chistes feito ao longo de *Semântica e Discurso*, e menciona o “prazer compulsivo”, para ele incompreensível, em introduzir o maior número possível de chistes em sua argumentação.

De forma que seja possível avaliar com cuidado esse ponto da reflexão do autor, detenho-me por um instante no recurso aos chistes feito por Pêcheux em *Semântica e Discurso*. A certa altura de sua argumentação, o autor se propõe a ilustrar com alguns gracejos infantis o fato de que a ilusão subjetiva oculta que o sujeito é, desde sempre, um indivíduo interpelado em sujeito, o fato de que a evidência da identidade oculta que tal evidência resulta da interpelação ideológica: “Senhor Fulano de Tal, o senhor poderia me dizer o seu nome?” (PÊCHEUX [1975] 1988, p. 155). Ou ainda: “eu tenho três irmãos, Paulo, Miguel e eu” (p. 181), e também “Papai nasceu em Estrasburgo, mamãe em Brest e eu em Paris: estranho que a gente tenha se encontrado” (p. 181). Esses gracejos, segundo Pêcheux, colocam em cena uma mistura de absurdo e de evidência, o retorno do estranho no familiar, elementos estes que remeteriam ao conceito de “pré-construído”, ou seja, à “modalidade discursiva da discrepância pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito... ao mesmo tempo em que é ‘sempre-já sujeito’” (PÊCHEUX [1975] 1988, p. 156, destaques do autor). Portanto, o recurso aos chistes em *Semântica e Discurso* é feito de forma a abordar a ilusão subjetiva, isto é, a evidência da identidade que oculta a dimensão da interpelação ideológica.

Na retificação de 78, Pêcheux afirma que percebeu – só depois – que esse era o único meio do qual ele dispunha para expressar, através do *non-sens* no chiste, “o que o momento de uma descoberta tem fundamentalmente a ver com o desequilíbrio

de uma certeza” (PÊCHEUX [1978] 1988, p. 303). O autor indica então que “o pensamento é fundamentalmente inconsciente (‘isso [ça] pensa!’), a começar pelo pensamento teórico” (PÊCHEUX [1978] 1988, p. 303). Em *Semântica e Discurso* tratava-se para Pêcheux de indicar que o sujeito, na ilusão de autonomia que lhe constitui, é determinado pela ideologia. Os chistes são incluídos – em nível de um recurso explícito – a título de elemento que permitiria vislumbrar o fato de que o sujeito afetado pelo funcionamento da ideologia se toma, necessariamente, como se estivesse fora dela (é o que Althusser chama de “negação prática do caráter ideológico da ideologia”; cf. ALTHUSSER [1970] 1998, p. 97). Entretanto, para além do nível do enunciado, o autor coloca em cena, de forma insistente (com um “prazer compulsivo”), um elemento que problematiza a própria argumentação desenvolvida em *Semântica e Discurso*, e que aponta para o *non-sens* que contamina a interpelação ideológica. É no ultrapassamento de uma intenção consciente – qual seja, a intenção de abordar, através dos gracejos infantis, a ilusão subjetiva como efeito de uma interpelação sem falhas – que desponta a perspectiva de uma interpelação ideológica atravessada por uma falha que condena a interpelação a ser inconsistente, e não absoluta. Pêcheux se propõe a utilizar o chiste como elemento que poderia consolidar a perspectiva de uma interpelação sem resto, mas é ultrapassado ao colocar em cena um elemento que aponta justamente para o resto não-interpelável que é produzido pela própria interpelação.

Portanto, abordar o atravessamento da Análise do Discurso pela Psicanálise através da indicação de que o pensamento teórico é inconsciente (cf. PÊCHEUX [1978] 1988, p. 303) nos convida à perspectiva segundo a qual esse atravessamento exerce seus efeitos no ponto em que o sujeito é ultrapassado. Talvez esse seja o nível de atravessamento mais consonante com a descoberta freudiana do inconsciente. O nível em que o pensamento teórico é inconsciente corresponde, portanto, ao nível em que aquilo que falha é incluído na teoria a título daquilo que causa o pensamento teórico. As considerações tecidas por Pêcheux na retificação de 78

permitem dizer que o recurso aos chistes feito em *Semântica e Discurso* corresponde – só depois – ao nível em que a falha incide sobre o processo de teorização, ao nível em que o resto é causa do pensamento teórico que ultrapassa aquele que teoriza. Para além do nível do recurso explícito, esse nível encontra-se estreitamente articulado àquele em que o objeto *a* inscreve, na teoria, um resto irreduzível, exercendo aí seus efeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Freud ([1921] 1976) inicia a reflexão por ele realizada no texto *Psicologia de grupo e a análise do ego* destacando que “O contraste entre a psicologia individual e a psicologia social ou de grupo, que à primeira vista pode parecer pleno de significação, perde grande parte de sua nitidez quando examinado mais de perto” (p. 91). A indicação de que “a psicologia individual [...] é, ao mesmo tempo, também psicologia social” (p. 91) é essencial, na medida em que fundamenta um questionamento da oposição entre o “individual” e o “coletivo”.

De certa forma, Michel Pêcheux ousou explorar a perspectiva delineada por Freud acerca da “psicologia individual” e da “psicologia social”. Ao longo da reflexão empreendida neste livro, foi possível constatar que Pêcheux, em sua abordagem do nível da particularidade correspondente ao discurso – nível intermediário entre a singularidade individual e a universalidade da língua –, reconhece a relevância da Psicanálise, ou melhor, leva em consideração alguns elementos da teoria psicanalítica. Entretanto, a reflexão aqui realizada nos levou a uma interrogação acerca do que falha no recurso feito por Pêcheux à Psicanálise. Para além da referência a elementos da teoria psicanalítica com o objetivo de pensar o discurso como nível que remete ao jogo de relações no âmbito de uma formação social, em que outra direção seria possível explorar o questionamento freudiano da oposição entre “individual” e “coletivo”?

Importante para a escrita deste livro foi a reflexão desenvolvida por Leite em *Psicanálise e Análise do Discurso – o acontecimento na estrutura*. Em determinado momento de sua reflexão, a autora menciona o silenciamento de Pêcheux em relação à teoria dos quatro discursos de Lacan, e formula duas perguntas fundamentais: “Por que esta teoria é ignorada? O que isto nos revela quanto ao plano em que se dá a abordagem da subjetividade

na Análise do Discurso”? (LEITE, 1994, p. 25). O percurso aqui realizado permite esboçar uma resposta para essas questões. Talvez seja possível dizer que, na Análise do Discurso forjada ao longo do percurso teórico de Michel Pêcheux, a teoria lacaniana dos quatro discursos não pode senão ser ignorada, uma vez que o plano da subjetividade que está em jogo na Análise do Discurso deixa de levar em conta um elemento essencial à teoria dos discursos forjada a partir de 1969, qual seja, o gozo interdito que a língua configura: elemento a partir do qual é possível considerar a indicação de Freud ([1921] 1976) de que “a psicologia individual [...] é, ao mesmo tempo, também psicologia social” (p. 91).

Em meu entendimento, a teoria dos discursos construída por Jacques Lacan atualiza a indicação de Freud de que a “psicologia individual” é também “psicologia social”. A esse respeito, vimos que, segundo Lacan ([1972-1973] 1985), o discurso deve ser tomado como “liame social, fundado sobre a linguagem” (p. 28), ou seja, corresponde “a um modo de funcionamento, a uma utilização da linguagem como liame” (p. 43). O discurso é laço social, mas é fundamental destacar que o objeto *a* “só é dedutível conforme a psicanálise de cada um” (LACAN [1970] 2003, p. 412). Trata-se, então, de uma abordagem do laço social que se sustenta no registro de uma singularidade irreduzível, que remete ao desejo e ao gozo. A esse respeito, é importante incluir aqui a seguinte afirmação de Porge: “Para cada discurso, há apenas um lugar para \$, e um lugar para *a*. Ainda que haja dois parceiros, o mestre e o escravo, a histérica e o mestre..., não há senão um lugar para a divisão subjetiva. Esse fato indica a que ponto o privado e o coletivo estão misturados” (PORGE [2000] 2006, p. 328).

Ora, se com Freud aprendemos que a “psicologia individual” é, ao mesmo tempo, “psicologia social”, acredito ser possível dizer que a interdição de gozo que advém da incidência do significante sobre um corpo – com a produção de um objeto *a* perdido – é um elemento que nos permite vislumbrar aquilo de que se trata no questionamento de Freud à oposição entre “individual” e “coletivo”: trata-se do nível da estrutura em que

há perda e um movimento em direção a uma compensação impossível. No nível da incidência do significante sobre um corpo, com a produção de um objeto *a* perdido – nível que, como diz Lacan, pouco tem a ver com a fala, com a palavra, mas sim com a estrutura (cf. LACAN [1969-1970] 1992, p. 48) –, é possível vislumbrar que “a psicologia individual [...] é, ao mesmo tempo, também psicologia social” (FREUD [1921] 1976, p. 91).

Em relação a essa discussão, alguns trabalhos de Slavoj Žižek parecem-me extremamente promissores. Em sua discussão sobre a ideologia nazista, Žižek ([1990] 1992) indica que em todo edifício ideológico existe um elemento paradoxal que, encarnando o antagonismo social impossível, serve ao mesmo tempo como tamponamento desta impossibilidade radical. O autor indica que, através do “judeu”, é possível elidir o antagonismo radical do corpo social. Assim, na perspectiva totalitarista do nazismo não é a sociedade como “todo harmônico” que é impossível; ao contrário, esse “todo” de relações “harmônicas” é possível, basta para tanto que o judeu encarne a impossibilidade como tal, mascarando-a. É a partir daí que, no anti-semitismo, o judeu é configurado como encarnação do mal absoluto, como a fonte de todas as mazelas e de toda corrupção social. Em sua reflexão, Žižek faz uma afirmação importante para a reflexão desenvolvida aqui: “temos que reconhecer, nos traços atribuídos ao ‘judeu’, o produto necessário de nosso próprio sistema social, temos que reconhecer, nos ‘excessos’ atribuídos aos ‘judeus’, nossa própria verdade” (ŽIŽEK [1990] 1992, p. 125).

Segundo Žižek, a imagem ideológica do judeu (maquinador, arquitetador de tramas secretas, explorador dos homens decentes) permite evitar o impasse que se coloca ao sujeito do desejo inconsciente, impasse a que o falante é confrontado a partir do momento em que se constitui no campo da linguagem. O autor indica que na crítica da ideologia anti-semita se trata de confrontar o real que aí desponta, se trata de abordar “a maneira como a figura do judeu afeta um certo impasse do real de nosso desejo” (ŽIŽEK [1988] 1991, p. 151). A argumentação de Žižek me

parece amplamente compatível tanto com o questionamento realizado por Freud acerca da oposição entre “individual” e “coletivo” quanto com a teoria dos discursos desenvolvida por Lacan. Trata-se de abordar a ideologia anti-semita no ponto em que ela remete ao registro da singularidade, no ponto em que cada falante se confronta com um impasse constitutivo.

Gostaria também de retomar outro elemento da argumentação de Žižek ([1990] 1992), elemento que permitirá explorar o questionamento de Freud numa outra direção. Ao longo da reflexão tecida neste livro, recuperamos a reflexão de Žižek segundo a qual a realidade social se constitui em torno de um antagonismo básico, pois “não existe relação de classe”, não existe um “campo comum e neutro” a partir do qual se possa lançar um olhar objetivo sobre as classes e classificá-las. O que existe é um núcleo de não-relação (que tem na expressão “luta de classes” um de seus nomes), um antagonismo fundamental que coloca em cena um vazio. Portanto, a luta de classes não é um fato objetivo, mas antes coloca em cena a impossibilidade de uma apreensão neutra do fenômeno social: não há como se colocar numa perspectiva externa à formação social de forma a abordá-la de maneira imparcial. Desponta aqui a luta de classes como uma falta radical, que afeta aquele que se propõe a teorizar sobre fenômenos situados no nível das relações que caracterizam uma formação social.

É importante lembrar que, como indica Lacan no seminário sobre a angústia, somos sempre tentados a esquecer esse ponto de falta (cf. LACAN [1962-1963] 2005, p. 150). Trata-se, portanto, de uma falta incontornável, que afeta aquele que se propõe a teorizar. E o desafio fundamental de qualquer reflexão (que se pretenda atravessada pela descoberta freudiana do inconsciente) acerca de fenômenos que se situam no nível das relações sociais corresponde a incluir, na própria reflexão, esse ponto que, por uma necessidade estrutural, não cessa de ser esquecido, isto é, não cessa de não se escrever.

Gostaria de incluir aqui um comentário feito por Freud nas observações introdutórias do caso do homem dos lobos:

Uma terceira peculiaridade da análise, que será descrita nestas páginas, apenas aumentou a minha dificuldade em decidir fazer dela um relato. No todo, os seus resultados coincidiram, da maneira mais satisfatória, com o nosso conhecimento prévio, ou foram facilmente incorporados por ele. Muitos detalhes, no entanto, pareceram-me tão extraordinários e incríveis, que senti alguma hesitação em pedir a outras pessoas que acreditassem nelas. Solicitei ao paciente que fizesse a mais rigorosa crítica das suas recordações, mas ele nada achou de improvável em suas afirmações e confirmou-as inteiramente. Em todo caso, os leitores podem ficar certos de que só estou relatando o que surgiu como experiência independente, não influenciada pela minha expectativa. De forma que nada mais me restou senão recordar a sábia sentença de que há mais coisas no céu e na terra do que sonha a nossa filosofia. Qualquer um que pudesse conseguir eliminar as suas convicções preexistentes, descobriria, sem dúvida, ainda mais coisas como estas. (FREUD [1918] 1976, p. 24-25)

Ora, encontramos aqui a indicação de que, numa psicanálise, não se trata de reduzir o que comparece na fala de um paciente a categorias teóricas pré-estabelecidas. Trata-se de, na posição de escuta ocupada por um psicanalista, dar lugar para que advenha aquilo que está para além das “convicções preexistentes”. É possível vislumbrar aqui um ponto em que a “psicologia individual” é também “psicologia social”: na abordagem de fenômenos ou acontecimentos que se desenrolam no âmbito de uma formação social, é possível fazer valer a perspectiva de uma singularidade irreduzível no campo das formações sociais, isto é, abordar um acontecimento não na perspectiva de seu enquadramento em categorias teóricas já estabelecidas, mas se colocar na perspectiva de que um fenômeno que se desdobra no campo das relações sociais (assim como um caso na clínica) pode se configurar como exceção às articulações teóricas. Gostaria,

portanto, de concluir a reflexão aqui desenvolvida retomando a argumentação de Lacan acerca da pesquisa etnográfica, desenvolvida no seminário *O avesso da psicanálise*:

Quando digo que não é pela psicanálise que se pode entrar numa pesquisa etnográfica, todos os etnógrafos estariam certamente de acordo. Talvez estivessem menos se eu lhes dissesse que, para ter uma ideia da relativização do discurso da ciência, quer dizer, para ter quem sabe uma pequena chance de fazer uma boa pesquisa etnográfica, *seria preciso, repito, não proceder pela psicanálise, mas talvez, se isso existir, ser um psicanalista.* (LACAN [1969-1970] 1992, p. 86, destaque meu)

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. (1970) *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal, 1998.

FREUD, S. (1895) Projeto de uma psicologia. In: GABBI Jr., O. F. *Notas a Projeto de uma psicologia*. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 2003, p. 171-260.

FREUD, S. (1900) A interpretação dos sonhos. Trad. Walderedo Ismael de Oliveira. In: *Edição Standard brasileira das obras completas de S. Freud*. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1987, v. 4 e 5.

FREUD, S. (1915) Pulsões e destinos das pulsões. Trad. Elsa V. K. P. Susemihl *et al.* In: *Obras psicológicas de Sigmund Freud – escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 2004a, v. 1, p. 133-173.

FREUD, S. (1915) O recalque. Trad. Elsa V. K. P. Susemihl *et al.* In: *Obras psicológicas de Sigmund Freud – escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 2004b, v. 1, p. 175-193.

FREUD, S. (1915) O Inconsciente. Trad. Claudia Dornbusch *et al.* In: *Obras psicológicas de Sigmund Freud – escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 2006, v. 2, p. 13-74.

FREUD, S. (1918) História de uma neurose infantil. Trad. Eudoro Augusto Macieira de Souza. In: *Edição Standard brasileira das obras completas de S. Freud*. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1976, v. 17, p. 11-153.

FREUD, S. (1921) *Psicologia de grupo e a análise do ego*. Trad. Christiano Monteiro Oiticica In: *Edição Standard brasileira das obras completas de S. Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. 18, p. 87-179.

FREUD, S. (1920) *Além do princípio do prazer*. In *Obras psicológicas de Sigmund Freud – escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Trad. Maria Rita Salzano Moraes. Rio de Janeiro: Imago, 2006, v. 2, p. 123-198.

HENRY, P. (1990) Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F. e T. HAK (orgs.) *Por uma análise automática do discurso – uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania S. Mariani et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997, p. 13-36.

HERBERT, T. (1968) *Remarque pour une théorie générale des idéologies*. In: *Cahiers pour l'analyse*, n. 9, 1968, p. 74-92.

LACAN, J. (1955-1956) *O Seminário*. Livro 3. As psicoses. Trad. Aluísio Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 1988.

LACAN, J. (1957-1958) *O seminário*. Livro 5. As formações do inconsciente. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 1999.

LACAN, J. (1959-1960) *O Seminário*. Livro 7. A ética da psicanálise. Trad. Antônio Quinet. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 1988.

LACAN, J. (1962-1963) *O seminário*. Livro 10. A angústia. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 2005.

LACAN, J. (1964) *O Seminário*. Livro 11. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Trad. M. D. Magno. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 1985.

LACAN, J. (1969-1970) *O Seminário*. Livro 17. O avesso da psicanálise. Trad. Ari Roitman. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 1992.

LACAN, J. (1971-1972) O saber do psicanalista. Seminário inédito.

LACAN, J. (1972-1973) *O Seminário*. Livro 20. Mais, ainda. Trad. M. D. Magno. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 1985.

LACAN, J. (1953) Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 238-324.

LACAN, J. (1957) A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 496-533.

LACAN, J. (1959) De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In: *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 537-590.

LACAN, J. (1965) A ciência e a verdade. In: *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 869-892.

LACAN, J. (1970) Radiofonia. In: *Outros Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 2003, p. 400-447.

LEITE, N. (1994) *Psicanálise e Análise do Discurso – o acontecimento na estrutura*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Campo Matêmico, 1994.

LEITE, N. (1995) O que é “língua materna?”. In: *IV Congresso Brasileiro de Lingüística Aplicada - Anais*. Campinas, SP: UNICAMP, 1995, p. 65-68.

LEITE, N. (1996) *Lalíngua má-terna*. Mímeo.

LEITE, N. (2000) Sobre a singularidade. In *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 38, 2000, p. 39-49.

LEITE, N. (2004) Corpolingagem. In: VORCARO, A. (org.) *Quem fala na língua? – sobre as psicopatologias da fala*. Salvador, BA: Ágalma Psicanálise Editora, 2004, p. 180-188.

LEMOS, C. D. (1995) Da morte de Saussure o que se comemora? In: *Psicanálise e Uniuersidade*, São Paulo, n. 3, 1995a, p. 41-51.

LEMOS, C. D. (1995) Língua e discurso na teorização sobre aquisição de linguagem. In: *Letras de hoje*, Porto Alegre, n. 4, 1995b, p. 9-28.

LEMOS, C. D. (2000) Questioning the notion of development: the case of language acquisition. In: *Culture & Psychology*, Londres, vol. 6, 2000, p. 169-182.

MILLER, J. A. (1967) A sutura (Elementos da lógica do significante). In: COELHO, E. P. (org.) *Estruturalismo – antologia de textos teóricos*. Trad. Maria Eduarda Reis Colares et al. São Paulo, SP: Livraria Martins Fontes, 1967.

MILLER, J. A. (1984) *Percurso de Lacan – uma introdução*. Trad. Ari Roitman. Rio de Janeiro, RJ : Jorge Zahar Editor, 1987.

MILNER, J-C. (1978) *L'amour de la langue*. Paris: Éditions du Seuil, 1978.

MILNER, J-C. (1995) *A obra clara*. Trad. Procópio Abreu. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 1996.

PÊCHEUX, M. (1969) Análise Automática do Discurso. In: GADET, F. e T. HAK (orgs.) *Por uma análise automática do discurso – uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania S. Mariani et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997a, p. 61-161.

PÊCHEUX, M. (1975) *Semântica e Discurso – uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, M. (1978) Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: *Semântica e Discurso – uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1988, p. 293-304.

PÊCHEUX, M. (1983) *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 2 ed. Campinas, SP : Pontes Editores, 1997.

PÊCHEUX, M. ; C. HAROCHE ; P. HENRY (1971) La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. In: MALDIDIER, D. *L'inquietude du discours*. Paris: Editions de Cendres, 1990, p. 133-153.

PÊCHEUX, M.; C. FUCHS (1975) A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F. e T. HAK (orgs.) *Por uma análise automática do discurso – uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania S. Mariani et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997, p. 163-253.

PÊCHEUX, M.; F. GADET (1981) *A língua inatingível – o discurso na história da lingüística*. Trad. Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas, SP: Pontes Editores, 2004.

PLON, M. (2003) Análise do discurso (de Michel Pêcheux) vs análise do inconsciente. Trad. Maria do Rosário Gregolin. In: *Michel Pêcheux e Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos, SP: Editora Claraluz, 2007, p. 33-50.

PORGE, E. (2000) Os discursos. In: *Jacques Lacan, um psicanalista – percurso de um ensino*. Trad. Cláudia Thereza Guimarães de Lemos et al. Brasília, DF: Editora UnB, 2006, p. 327-350.

PORGE, E. (2009) Um sujeito sem subjetividade. Trad. Viviane Veras. In: *Literal*, Campinas, n. 12, 2009, p. 145-156.

RABINOVITCH, S. (2000) *A foraclusão – presos do lado de fora*. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 2001.

SAUSSURE, F. (1916) *Curso de Lingüística Geral*. Trad. Antônio Chelini *et al.* 6. ed. São Paulo, SP: Eitora Cultrix, 1974.

SOUZA, A. (2004) A produção dos discursos. In: *Os discursos na psicanálise*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Campo Matêmico, 2004, p. 87-106.

ŽIŽEK, S. (1988) *O mais sublime dos histéricos – Hegel com Lacan*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 1991.

ŽIŽEK, S. (1990) *Eles não sabem o que fazem – o sublime objeto da ideologia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 1992.

ŽIŽEK, S. (1995) O espectro da ideologia. In: ŽIŽEK, S (org.) *Um mapa da ideologia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 1996a, p. 7-38.

ŽIŽEK, S. (1995) Como Marx inventou o sintoma? In: ŽIŽEK, S (org.) *Um mapa da ideologia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 1996b, p. 297-331.

A abordagem do valor como relação entre significantes, relação a partir da qual é possível abordar o sujeito do desejo inconsciente, permite retomar uma pergunta feita por Jean-Claude Milner em *O amor da língua*: o que é a língua se a Psicanálise existe? A pergunta de Milner pode ser retomada de forma a especificar aquilo de que se trata na reflexão realizada neste livro: o que é a língua para a Análise do Discurso se a Psicanálise existe?



ISBN 978-65-5869-468-7



9 786558 694687 >